

**DIMENSÃO ÍDEO-POLÍTICA DA INTERVENÇÃO
PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL:
o debate teórico sobre sua conformação.**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**DIMENSÃO ÍDEO-POLÍTICA DA INTERVENÇÃO
PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL:
o debate teórico sobre sua conformação.**

Por:

Luciana Gonçalves Pereira de Paula

Juiz de Fora

Março/2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

DIMENSÃO ÍDEO-POLÍTICA DA INTERVENÇÃO
PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL:
o debate teórico sobre sua conformação.

Por:

Luciana Gonçalves Pereira de Paula

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, como um dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre.

Linha de Pesquisa: Serviço Social e Sujeitos Sociais

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Lúcia Duriguetto

Juiz de Fora

Março/2009

FICHA CATALOGRÁFICA

Paula, Luciana Gonçalves Pereira de.

Dimensão ídeo-política da intervenção profissional do assistente social: o debate teórico sobre sua conformação / Luciana Gonçalves Pereira de Paula; orientadora: Maria Lúcia Duriguetto – Juiz de Fora: UFJF, Faculdade de Serviço Social, 2009.

Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social.

1. Serviço Social. 2. Dimensão ídeo-política. 3. Intervenção profissional. I. Maria Lúcia Duriguetto. II. Universidade Federal de Juiz de Fora. III. Título.

BANCA EXAMINADORA

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Prof^a. Dr^a. Maria Lúcia Duriguetto

Prof^a. Dr^a. Yolanda Guerra

Prof^a. Dr^a. Maria Rosângela Batistoni

AGRADECIMENTOS

Como é gratificante e prazeroso poder repartir mais uma conquista com amigos que acompanharam minhas vitórias ao longo destes dois anos de mestrado. Todo o meu carinho e os meus agradecimentos:

À nossa turma do Mestrado em Serviço Social que iniciou sua trajetória em março de 2007 – ao longo do percurso os debates e as trocas foram fundamentais para a construção de idéias que consolidaram este sonho.

Aos professores da Pós-Graduação, pelo carinho e dedicação na hora de compartilhar seus conhecimentos conosco. Agradeço de maneira especial às professoras Rosângela Batistoni e Cláudia Mônica pelo incentivo sincero e incansável.

A quatro pessoas que se tornaram verdadeiras companheiras no decorrer desta trajetória: Beth, Stela, Raquel e Alessandra – a torcida de vocês é um estímulo especial.

À Marina, pela amizade, pelo companheirismo e pela certeza de que é muito mais prazeroso crescer junto com outras pessoas, ao lado delas e não à sua frente.

À professora Yolanda Guerra pelas significativas contribuições ao meu processo reflexivo – e pelas muitas contribuições que certamente virão ao longo do meu doutoramento.

À minha querida orientadora Maria Lúcia Duriguetto, que tive o privilégio de encontrar pela terceira vez. Não existem palavras que possam expressar meu carinho, meu respeito e minha admiração por você. Obrigada, novamente, por acreditar em minhas possibilidades. Você será sempre o meu exemplo! Sempre!!!

À minha família – Luiz Carlos, Helena, Anapaula e Mateus – pelo amor, pelo carinho, pelo apoio e pelo incentivo. Obrigada por estarem sempre à postos, por meio de uma dedicação inesgotável. Vocês são minha maior fonte de amor!

Obrigada ao meu amor e sua família – Aparecida e Maurício – pela torcida e pelo afeto. Deimersom: você é parte de minha vida! Obrigada por me incentivar, por me apoiar e por se orgulhar de mim. Mas, principalmente, obrigada por crescer junto comigo! O nosso amor me faz uma pessoa melhor. Te amo!

À Deus, por realizar em minha vida todas as coisas – e sempre nas horas exatas!

RESUMO

A presente dissertação de mestrado – Dimensão ídeo-política da intervenção profissional do assistente social: o debate teórico sobre sua conformação – possui como objetivo a análise da dimensão ídeo-política da intervenção profissional do assistente social, bem como o debate teórico desenvolvido, no âmbito da profissão, acerca de sua conformação, identificando seus elementos constitutivos. Para alcançar tal objetivo foi realizado um estudo bibliográfico das principais publicações, na área do Serviço Social, a partir da década de 1960 até os dias atuais. A sistematização e a análise apresentadas condensam as principais contribuições teóricas de autores de renome no Serviço Social, no que diz respeito a elaborações em torno do elemento ídeo-político inerente ao processo interventivo do assistente social.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social; dimensão ídeo-política; intervenção profissional.

ABSTRACT

This dissertation Masters - ídeo-political dimension of the intervention of social work: the theoretical debate on its conformation - has as objective the analysis of the size ídeo-intervention policy of the professional social worker, as well as theoretical debate developed in the framework the profession, about its conformation, identifying its components. To achieve this goal was made a bibliographical study of the major publications in the field of Social Service, from the 1960s until the present day. The systematization and analysis presented condense the main theoretical contributions of the renowned author of Social Service, with regard to elaborations on the ídeo-political element inherent in the process say the social worker.

KEY WORDS: Social Work; ídeo-political dimension; professional intervention.

SUMÁRIO

Introdução.....	10
Capítulo I – Determinações sócio-históricas no desenvolvimento do Serviço Social...25	
1.1. Condições sócio-históricas da gênese do Serviço Social.....	25
1.2. Trajetória sócio-histórica do Serviço Social no Brasil.....	34
1.3. Desafios sócio-históricos do capitalismo contemporâneo.....	58
Capítulo II – Reflexões sobre a dimensão ídeo-política do Serviço Social.....75	
2.1. Processo de problematização da dimensão ídeo-política do Serviço Social.....	75
2.2. Elementos constitutivos da dimensão ídeo-política da intervenção profissional..	88
2.3. O debate teórico sobre a conformação da dimensão ídeo-política da profissão..	102
2.4. Considerações acerca da dimensão ídeo-política do Serviço Social.....	158
Conclusão.....	175
Bibliografia.....	180

Introdução

O capitalismo contemporâneo tem apresentado um quadro de efeitos desastrosos e devastadores que incidi diretamente sobre amplos setores da sociedade. Estamos assistindo a um fenômeno que transforma a barbarização da vida social em banalidade cotidiana. Estes tempos perversos refletem o auge da maturidade da ordem vigente e incidem sobre todas as instituições e organizações que estruturam a sociedade capitalista. Propiciam implicações diretas no Serviço Social, pois constituem suas bases sócio-históricas. Desta forma, “o período contemporâneo apresenta uma nova situação a ser enfrentada, e pode-se afirmar que é uma das mais duras que a categoria profissional já passou” (ABRAMIDES, 2007, p. 37).

Frente a este quadro, fazem-se necessárias reflexões teóricas que possam contribuir para que o assistente social, mesmo atuando sob a égide do capital – cujas inerentes contradições expressam-se no cotidiano profissional –, possa melhor compreender a natureza e o significado de sua prática no contexto das relações sociais. A produção teórica e a pesquisa científica constituem, neste sentido, elementos importantes, capazes de subsidiar a intervenção profissional, oferecendo aos assistentes sociais aportes teóricos e metodológicos afinados aos reais interesses dos sujeitos com os quais trabalha.

Segundo Iamamoto (2007), a categoria profissional dos assistentes sociais muito tem avançado ao pensar o Serviço Social inscrito na dinâmica societária, em meio às relações e aos processos sociais. A produção acadêmica dos programas de pós-graduação na área de Serviço Social – que em 2007 totalizavam vinte e quatro – registrava, no ano de 2004 – segundo a Avaliação Trienal dos Programas de Pós-graduação da CAPES¹ –, uma produção teórica, englobando projetos em andamento ou concluídos, onde 533 dentre 580,

¹ Fundação Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação.

ou seja, 91,7% produziram reflexões teóricas que lançam olhares sobre as mudanças históricas ocorridas em nosso país, especialmente entre os séculos XX e XXI². “Constatou-se um avanço na análise da profissão ante as transformações recentes operadas no Estado e na sociedade e suas derivações na cultura e na sociabilidade” (IAMAMOTO, 2007, p. 463).

No entanto, dentro deste universo de 580 projetos, apenas 47, ou seja, 8% da produção teórica da pós-graduação na área de Serviço Social, encontra-se dentro do eixo *Formação Profissional em Serviço Social: fundamentos e exercício da profissão*. Estes dados indicam a importância da construção de elaborações teóricas que reflitam sobre as incidências da complexidade dos fenômenos sociais no exercício profissional dos assistentes sociais. Pois, “falta fazer a ‘viagem de volta’ para apreender o trabalho profissional nas suas múltiplas determinações e relações no cenário atual” (IAMAMOTO, 2007, p. 463).

Nesse entendimento, julgamos que seria uma contribuição pertinente desenvolver – neste Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora – uma reflexão que trouxesse como seu foco central o próprio Serviço Social. Desta forma, procurando compreender o processo sócio-histórico de surgimento e desenvolvimento da profissão e as determinações conjunturais que a perpassaram, buscamos analisar a dimensão ídeo-política da intervenção profissional do assistente social, bem como o debate teórico desenvolvido, no âmbito da profissão, acerca de sua conformação, identificando seus elementos constitutivos.

O Serviço Social se constitui em uma profissão eminentemente interventiva, ou

² Distribuindo-se entre os seguintes eixos temáticos: “Políticas sociais: Estado e Sociedade civil – 238 projetos (41%); Relações e processos de trabalho, políticas públicas e Serviço Social – 103 projetos (17,7%); Cultura e identidades: processos e práticas sociais – 83 projetos (14,3%); Família, relações de gênero e geração: sociabilidade, violência e cidadania – 75 projetos (12,9%); Movimentos Sociais, processos organizativos e mobilização popular – 34 projetos (5,8%)” (IAMAMOTO, 2007, p. 458 e 459).

seja, é na prática que a profissão se encerra e informa sua finalidade. A prática profissional é a condição essencial para que o Serviço Social seja reconhecido enquanto profissão e para que ocupe um lugar na divisão social e técnica do trabalho. Mas, este processo interventivo não pode ser compreendido em si mesmo e não se revela a si próprio. O processo de intervenção do assistente social possui um significado social que não se revela de imediato, não se mostra no ato em si do fazer profissional. “A prática profissional não tem o poder miraculoso de se revelar a si própria” (IAMAMOTO, 1991, p. 59).

Para que o assistente social possa realmente compreender o significado social da sua intervenção é preciso lançar olhares sobre o movimento das classes sociais e das suas relações entre si, com a sociedade e com o Estado. Somente através da apreensão da dinâmica societária torna-se possível perceber os fios que articulam a profissão às estratégias políticas das classes sociais.

Apreender, pois o sentido político-social do Serviço Social supõe ir além da máscara social através da qual essa prática se apresenta na superfície da vida social; como um mero conjunto de ações intermitentes, burocratizadas, dispersas, descontínuas, dotadas de um pseudocaráter filantrópico, marcadas pelo fornecimento dos chamados benefícios sociais, podendo ser realizadas por qualquer pessoa, independente de sua qualificação técnica e intelectual (IAMAMOTO, 1991, p. 59).

É por meio do desvelamento das relações sociais que se pode desvendar o Serviço Social enquanto atividade socialmente necessária que possui efeitos na vida social, ao mesmo tempo em que sofre suas influências. Assim, a prática profissional é mediatizada pela correlação de forças entre as classes sociais, estabelecendo limites e possibilidades onde pode se mover o assistente social. Seu desenvolvimento se dá a partir da realidade social, tendo como eixo central a luta de classes – conflito capital/trabalho. “Dito de outro modo, o Serviço Social é constituído, constituinte e constitutivo das relações sociais

capitalistas, que são relações portadoras de interesses antagônicos, incompatíveis e inconciliáveis” (GUERRA, 2000, p. 17).

Desta forma, as reflexões que serão aqui apresentadas pautam-se na compreensão da intervenção profissional do assistente social inserida no jogo das relações sociais que se estabelecem entre as classes em nossa sociedade. Apenas este caminho analítico nos permite compreender o Serviço Social no bojo da contradição entre capital e trabalho, como uma profissão inserida no processo de reprodução das relações sociais em uma sociedade regida pelo capital.

A intervenção profissional do assistente social, enquanto uma prática socialmente útil que contribui no processo de reprodução social, se constitui a partir de três componentes fundamentais: teórico-metodológico – a justificativa que responde ao “por que fazer” –; ético-político – a finalidade que se refere ao “para que fazer” –; técnico-operativo – operacionalidade que remete-se ao “como fazer”. Estes componentes se articulam e constituem uma unidade que se expressa no momento da intervenção profissional.

Em outras palavras: o Serviço Social possui modos particulares de plasmar suas racionalidades que conforma um “modo de operar”, o qual não se realiza sem instrumentos técnicos, políticos e teóricos, tampouco sem uma direção finalística e pressupostos éticos, que incorporam o projeto profissional (GUERRA, 2007a, p. 203).

Quando o assistente social desempenha qualquer ação profissional, estão presentes, neste ato, as suas referências teóricas e metodológicas; os seus valores éticos e a sua concepção política; e o instrumental técnico-operativo escolhido. Não há como separar estes três componentes porque eles encontram-se absolutamente interligados. No processo de utilização de qualquer instrumental técnico-operativo estão automaticamente embutidas

as referências, os valores e os objetivos do profissional.

Este processo interventivo desenvolvido pelo assistente social possui um efeito que incide, diretamente, nas condições materiais e sociais dos sujeitos com os quais trabalha. “(...) o Serviço Social interfere na reprodução da força de trabalho por meio dos serviços sociais previstos em programas, a partir dos quais se trabalha nas áreas de saúde, educação, condições habitacionais e outras” (IAMAMOTO, 2001b, p. 67).

O assistente social pode atuar diretamente vinculado à assistência social³ – através de serviços, programas ou benefícios assistenciais – ou nos mais diferentes campos⁴ onde a população apresente alguma necessidade social – saúde, educação, habitação, trabalho etc. O profissional pode vincular-se a organismos estatais, paraestatais, não-estatais ou privados, dedicando-se ao planejamento, operacionalização e viabilização dos serviços sociais prestados pela instituição à população. Mas é, essencialmente, chamado para constituir-se em agente de “linha de frente” nas relações entre a população e a instituição (IAMAMOTO, 2000).

Neste sentido, a ação profissional possui uma atuação esclarecedora junto à população em relação aos seus direitos e aos mecanismos necessários para obtê-los. Estes serviços prestados pelo assistente social contribuem para que as necessidades básicas e urgentes de sobrevivência dos trabalhadores sejam atendidas, contribuindo para a sua reprodução.

Mas, o assistente social não é solicitado pelas organizações e instituições apenas pelo caráter técnico-especializado da sua atuação profissional. Ele é convocado, essencialmente, pelas funções “educativas”, “moralizadoras” e “disciplinadoras” que,

³ Nesta área o Serviço Social tende a ser o “carro-chefe” da instituição, dando o tom e a direção do trabalho realizado, pois o assistente social tende a ocupar postos principais na hierarquia institucional. Salvo os cargos de confiança que tendem a ser preenchidos por “políticos de carreira” (IAMAMOTO, 2000).

⁴ Em outras áreas o assistente social tende a ocupar cargos na condição de um técnico inferior diante das principais atividades daqueles setores, geralmente exercidas por profissionais com especialização técnica específica, como médico, pedagogo, engenheiro, psicólogo etc. (IAMAMOTO, 2000).

mediante um suporte administrativo-burocrático, pode exercer junto a segmentos da classe trabalhadora⁵ que compõem o público-alvo de tais instituições (IAMAMOTO, 2000). Assim, o assistente social é chamado a colocar-se como anteparo entre a instituição e a revolta ou o inconformismo da população. Ele deve levar o usuário a aceitar as normas da instituição, através de uma ação persuasiva que tenda a mobilizar o mínimo de coerção explícita para o máximo de adesão. A estratégia de individualização dos atendimentos, por exemplo, possibilita aliviar tensões e insatisfações, submentendo-as ao controle institucional.

Desta forma

A funcionalidade do Serviço Social à ordem burguesa, como uma das direções da intervenção, está em eliminar os conflitos, modificar comportamentos, controlar contradições, abrandar as desigualdades, administrar recursos e/ou benefícios sociais, incentivar a participação do usuário nos projetos governamentais ou no alcance das metas empresariais. Neste caso, a profissão tem nos interesses da burguesia uma das suas bases de legitimidade (GUERRA, 1999: 56).

Os assistentes sociais, desde a gênese da profissão, foram historicamente requisitados pela classe dominante para exercer funções de persuasão e coerção sobre as formas de organização dos trabalhadores impulsionando-os a um processo de adesão frente às configurações do capital. Tais funções

(...) vinculam a intervenção profissional ao conjunto de mediações que concretizam a articulação orgânica entre a produção material e a reprodução física e subjetiva da força de trabalho; conectam, portanto, a prática profissional com estratégias e mecanismos

⁵ Utilizo nesta dissertação a categoria *classe trabalhadora* tendo por referência a noção ampliada de classe trabalhadora defendida por Antunes (2002, p. 101 a 104). “Quando tantas formulações vêm afirmando a perda da validade analítica da noção de classe, nossa designação pretende enfatizar o sentido atual da classe trabalhadora, sua forma de ser” (ANTUNES, 2002, p. 101). “Uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário (...), além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital” (ANTUNES, 2002, p. 103).

sociopolíticos, culturais e institucionais, necessários para o enquadramento da reprodução social aos padrões morais de sociabilidade e do controle político sobre os subalternizados (ABREU, 2002, p. 42).

Portanto, embora os serviços sejam a própria materialidade da intervenção profissional, o principal recurso do assistente social é a linguagem (IAMAMOTO, 2000). Através da linguagem é que o profissional realiza ações voltadas para mudanças na maneira de pensar, de ser e de agir dos sujeitos com os quais trabalha. O direcionamento dessa atuação profissional pode atingir a subjetividade da classe trabalhadora, transformando a sua maneira de viver, de se comportar e de se reconhecer na sociedade. Assim, por meio da prestação de serviços sociais, os profissionais realizam uma intervenção que possui uma determinação teórica, uma finalidade e que incide na vida social dos trabalhadores – seja para enfraquecer ou reforçar os seus reais interesses.

Então, o Serviço Social é um trabalho especializado, expresso sob a forma de serviços, que tem produtos: interfere na reprodução material da força de trabalho e no processo de reprodução sociopolítica ou ídeo-política dos indivíduos sociais. O assistente social é, neste sentido, um intelectual que contribui, junto com inúmeros outros protagonistas, na criação de consensos na sociedade. Falar em consenso diz respeito não apenas à adesão ao instituído: é consenso em torno de interesses de classes fundamentais, sejam dominantes ou subalternas, contribuindo no reforço da hegemonia vigente ou criação de uma contra-hegemonia no cenário da vida social (IAMAMOTO, 2001b, p. 69).

Deste modo, percebemos que o assistente social possui, na sua intervenção profissional, uma dimensão material-assistencial – que se configura através da prestação de serviços, dos benefícios, programas, projetos, etc. Inerente a esta dimensão material-assistencial existe uma dimensão que é ídeo-política, que influencia a forma de viver e de pensar dos sujeitos por ele atendidos. Esta dimensão constitui o que há de subjetivo na intervenção profissional do assistente social. “O assistente social presta serviços e/ou

administra serviços sociais que são a base material a partir de qual desenvolve uma ação ideológica, política e educativa” (CELATS, 1985, p. 59).

Por exemplo, quando o assistente social viabiliza o acesso a um óculos, uma prótese, está fornecendo algo que é material e tem uma utilidade. Mas o assistente social não trabalha só com coisas materiais. Tem também efeitos na sociedade como um profissional que incide no campo do conhecimento, dos valores, dos comportamentos, da cultura, que por sua vez, têm efeitos reais interferindo na vida dos sujeitos. Os resultados de suas ações existem e são objetivos, embora nem sempre se corporifiquem como coisas materiais autônomas, ainda que tenham uma objetividade social (e não material) (...) (IAMAMOTO, 2001b, p. 68).

Estas dimensões da intervenção profissional são indissociáveis. A dimensão ídeo-política é inerente à dimensão material-assistencial porque, ao desenvolver qualquer ação, o assistente social repassa para os sujeitos junto aos quais trabalha valores, formas de pensar e concepções de mundo.

Assim, ao definir como objeto desta dissertação a dimensão ídeo-política da intervenção profissional do assistente social, estamos considerando a política como um espaço de luta onde encontram-se em disputa projetos societários diferenciados. A ideologia, por sua vez, é uma concepção de mundo que se manifesta em todos os aspectos da vida coletiva. É mais do que um conjunto de idéias, pois está relacionada com a capacidade de inspirar atitudes concretas e proporcionar orientação para a ação. “É, portanto, na ideologia e pela ideologia que uma classe pode exercer hegemonia sobre outras, isto é, pode assegurar a adesão e o consentimento das grandes massas” (BOTTMORE, 2001, p. 186).

Desta forma, a dimensão ídeo-política que perpassa a intervenção profissional do assistente social é, necessariamente, polarizada pelos interesses antagônicos das classes sociais. É desta forma que o Serviço Social, enquanto parte da organização da sociedade,

encontra-se situado no processo de reprodução das relações sociais. Durante o processo interventivo do assistente social, seja qual for a ação desenvolvida pelo profissional, sua atuação reproduz tanto interesses do capital, como do trabalho.

Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro pólo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, dá resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história (IAMAMOTO e CARVALHO, 2003, p. 75).

Esta é a origem, a raiz da dimensão ídeo-política da intervenção profissional do assistente social. Assim sendo, esta dimensão não deriva da vontade ou da intenção, nem tão pouco da atuação ou do compromisso do assistente social com os interesses dos trabalhadores ou com as demandas do capital. Ela configura-se na medida em que a intervenção profissional é polarizada pelas estratégias desenvolvidas pelas diferentes classes sociais. E, somente através da compreensão desta dimensão, o profissional pode ser capaz de elaborar estratégias de atuação que venham a fortalecer os interesses do capital ou do trabalho.

Assim, mesmo colocando-se a serviço do poder dominante, o assistente social, através da sua intervenção profissional, incide na criação de condições favorecedoras à reprodução da força de trabalho, mediante os serviços sociais prestados. Ao contribuir com o processo de reprodução da força de trabalho, o assistente social colabora com a reprodução das contradições básicas que conformam a sociedade capitalista. A existência deste movimento contraditório é que abre para o profissional a possibilidade de colocar-se a serviço de um projeto de classe pautado nos interesses dos trabalhadores.

Simultaneamente, e através da mesma atividade, a prática profissional atende aos interesses dos setores dominantes e dominados, demandando, por esta razão, uma estratégia político-profissional que fortaleça um dos pólos presentes nas condições de trabalho. Eis o que viabiliza historicamente a construção de um projeto profissional voltado para os interesses sociais dos trabalhadores (CELATS, 1985, p. 58).

Entretanto, o debate em torno da dimensão ídeo-política do Serviço Social, e consequentemente, sobre a inserção da profissão no processo de reprodução das relações sociais, só se tornou efetivamente expressivo, em meio à categoria profissional, a partir do Movimento de Reconceituação⁶ desenvolvido na América Latina em meados da década de 1960. Foi este movimento que trouxe para a arena do debate uma dimensão da prática profissional que o tradicionalismo manteve intocada por muitos anos, através de uma pretensa assepsia ideológica. “O tradicionalismo profissional foi, sempre, visceralmente político, tão visceral quanto inconfessado” (NETTO, 2005, p. 12).

Ao longo das décadas de 1970 a 1990, o debate em torno da dimensão ídeo-política da intervenção profissional do assistente social avançou, especialmente, através do processo de organização e realização dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais – CBAS – e das reformulações do Código de Ética Profissional, em 1986 e 1993⁷.

Em meio a estes processos, vários autores relacionados ao Serviço Social brasileiro e latino-americano vêm se debruçando sobre esta temática ao longo de suas produções teóricas. Por sua vez, o processo de Renovação do Serviço Social brasileiro, especialmente através da perspectiva de intenção de ruptura com o conservadorismo,

⁶ Ou *movimento de reconceptualização* (NETTO, 2002). “O marco inicial da Reconceituação foi o ‘I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social’, realizado em maio de 1965 em Porto Alegre, com a presença de 415 participantes do Brasil, Uruguai e Argentina” (NETTO, 2005, p. 09). O Movimento de Reconceituação constituiu uma indagação global sobre todos os componentes e todas as dimensões do Serviço Social. Ele não teve mais do que uma década de existência – de 1965 a 1975 –, mas seus reflexos provocaram erosões irreversíveis nas bases de cunho tradicional do Serviço Social.

⁷ Os momentos de reformulação do Código de Ética Profissional, tanto em 1986 quanto em 1993, não se deram isoladamente. Ambos foram frutos de processos sócio-históricos gestado, nas respectivas décadas, em nosso país.

também propiciou a elaboração de reflexões importantes sobre esta dimensão da intervenção profissional. Um marco deste debate foi a produção teórica de Marilda Villela Yamamoto e Raul de Carvalho – *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica* – publicada em 1982.

Muitos autores, dentro da literatura especializada, contribuíram com este debate, publicando elaborações teóricas cujo amadurecimento se mostra capaz de desvendar elementos extremamente ricos para as reflexões que propomos realizar. Assim como, há também, questões problemáticas que precisam ser discutidas com maior profundidade a fim de suscitar maiores debates.

Deste modo, tendo como ponto de partida elaborações teóricas produzidas e publicadas pela categoria profissional, a presente dissertação pretende problematizar questões acerca da dimensão ídeo-política do Serviço Social. Este mergulho reflexivo tem por objetivo analisar o debate teórico do Serviço Social acerca da conformação da dimensão ídeo-política da prática profissional dos assistentes sociais, no intuito de identificar os principais elementos que a constituem.

Para a construção teórico-metodológica do objeto de estudo buscamos fundamentação no campo do materialismo histórico e dialético. Este fecundo referencial permite a análise de práticas políticas, que intencionem contribuir para a crítica da sociedade capitalista, apontando suas contradições e perspectivas de superação. Assim, a elaboração teórica do objeto desta dissertação pautou-se na teoria marxista, buscando compreender a ação profissional em suas determinações através de um movimento reflexivo orientado pela crítica, considerando os fenômenos em sua totalidade.

Neste momento, faz-se necessário ressaltar que o objeto desta dissertação – a dimensão ídeo-política contida no processo interventivo do assistente social – não foi escolhido de forma aleatória. Ao contrário, revela o encontro entre o elemento ídeo-

político que sempre esteve presente no centro de minhas investigações⁸ e no campo de minhas atuações⁹, com o Serviço Social – profissão que escolhi, marcada por desafios cujas determinações precisam ser compreendidas para serem enfrentadas.

Para alcançar o objetivo proposto, foi realizado um estudo bibliográfico das principais publicações, na área do Serviço Social, a partir da década de 1960¹⁰ até os dias atuais. O crivo seletivo foi a abordagem da dimensão ídeo-política da prática profissional do assistente social. Tal estudo desdobrou-se, ao longo do processo, em algumas etapas investigativas que serão aqui apresentadas.

O Capítulo I contextualiza a configuração sócio-histórica que possibilitou o surgimento e o desenvolvimento do Serviço Social enquanto profissão socialmente determinada. O embasamento teórico de tal exposição referenciou-se, especialmente, em autores como Netto (1992), Guerra (2000), Iamamoto (2000) e Abreu (2002), cujos estudos apresentam as relações entre o movimento de expansão do capitalismo monopolista e a gênese da profissão.

Este capítulo expõe, também, os caminhos sócio-históricos percorridos pelo Serviço Social no Brasil, analisando suas especificidades. Em nosso país, o solo histórico onde se institucionalizou a profissão foi marcado pela expansão de serviços sociais públicos, “permitindo às famílias de trabalhadores dotados de emprego formal protegido usufruírem a cidadania regulada, com acesso aos direitos, podendo aplicar sua renda

⁸ Especialmente através das monografias realizadas na graduação – “*SE MUITO VALE O JÁ FEITO, MAIS VALE O QUE SERÁ...*” *Movimento Estudantil de Serviço Social: Caminhos Históricos e Contribuições na Formação Profissional* – e na especialização – “*VAMOS PRECISAR DE TODO MUNDO, UM MAIS UM É SEMPRE MAIS QUE DOIS...*” *Participação Popular e Espaços Institucionalizados no SUS: a Experiência do Conselho Local de Saúde Progresso – Juiz de Fora/MG*.

⁹ Seja na militância do Movimento Estudantil (1998 a 2003); na prática profissional, procurando contribuir para a consolidação de um projeto ético-político profissional crítico em nossa categoria (2003 a 2007); seja através da dedicação ao estudo e à pesquisa desde a graduação, passando pela especialização, pelo mestrado e pelo futuro doutorado.

¹⁰ O período histórico demarcado para a investigação se justifica pelo fato de a década de sessenta ter constituído o momento histórico que propiciou a eclosão do Movimento de Reconceituação. Movimento este que trouxe à tona o debate sobre a dimensão ídeo-política da profissão.

monetária para consumir e dinamizar a economia” (IAMAMOTO, 2007, p. 171). A este quadro somaram-se inúmeros trabalhadores destituídos de trabalho e, conseqüentemente, de cidadania.

No Brasil, o Serviço Social expandiu-se, ao longo de muitos anos, sob a influência conservadora da Europa e dos Estados Unidos da América. Este cenário começou a alterar-se apenas a partir da mobilização de segmentos da categoria profissional em torno de um questionamento global da profissão que ficou historicamente conhecido como Movimento de Reconceituação.

Sob as influências progressistas deste movimento e do contexto sócio-político da década de 1970 o Serviço Social no Brasil viveu um amplo movimento de renovação crítica “que derivou em significativas alterações nos campos do ensino, da pesquisa e da organização político-corporativa dos assistentes sociais” (IAMAMOTO, 2007, p. 223).

O Serviço Social brasileiro, nas últimas décadas, redimensionou-se num forte embate contra o tradicionalismo profissional e seu lastro conservador, adequando criticamente a profissão às exigências do seu tempo, qualificando-a teoricamente, como o atesta a produção acumulada nas últimas duas décadas e o crescimento da pós-graduação (IAMAMOTO, 2007, p. 225).

Assim, chegamos ao tempo presente, onde o Serviço Social enfrenta inúmeros desafios. Alguns deles são identificados e discutidos no final deste capítulo.

O Capítulo II, por sua vez, se propõe a apresentar os debates mais pertinentes no que se refere ao objeto de estudo desta dissertação. Nele encontra-se uma exposição crítica acerca do processo de problematização da dimensão ídeo-política do Serviço Social, a partir da década de 1960, onde segmentos da categoria profissional começaram a desenhar uma nova direção sócio-política para a profissão.

O foco central deste capítulo é o objeto desta pesquisa tão bem identificado por

Iamamoto (2007, p. 163) no trecho a seguir:

Os assistentes sociais, por meio da prestação de serviços sócio-assistenciais – indissociáveis de uma dimensão educativa (ou político-ideológica) – realizados nas instituições públicas e organizações privadas, interferem nas relações sociais cotidianas, no atendimento às variadas expressões da questão social, tais como experimentadas pelos indivíduos sociais no trabalho, na família, na luta pela moradia e pela terra, na saúde, na assistência social pública, entre outras dimensões.

Após situar alguns momentos históricos decisivos para o aprofundamento do debate em torno desta dimensão da prática profissional, referenciando-se principalmente em Barroco (2001) e Abramides (2006), o capítulo apresenta a análise da discussão realizada por autores de renome no Serviço Social, no que diz respeito a elaborações em torno do elemento ídeo-político inerente ao processo interventivo do assistente social. Dentre os autores pesquisados encontram-se: Diego Palma (1987), Vicente de Paula Faleiros (1985; 1991; 1993), Marilda Villela Iamamoto (2000; 2001; 2003; 2007), José Paulo Netto (1992; 1996; 1999; 2004) e Marina Maciel Abreu (2002), ressaltando que a análise apresentada nesta dissertação não recai sobre a totalidade das obras destes autores, mas sobre as elaborações que contribuem para uma melhor compreensão da dimensão ídeo-política do Serviço Social.

O capítulo traz, ainda, algumas considerações que ressaltam pontos importantes do debate realizado anteriormente, uma vez que, ao longo de cerca de quatro décadas de discussões, em meio à categoria profissional, muito se avançou ao pensar a dimensão ídeo-política da profissão, mas equívocos também foram cometidos. Estas considerações apontam pontos cruciais para o debate proposto por esta pesquisa e que, nem sempre, emergiram nas análises anteriores com toda a sua força, clareza e importância.

A conclusão deste trabalho destaca momentos importantes da construção desta

dissertação de mestrado e resalta algumas questões que consideramos cruciais para a continuação deste debate, realizando um balanço do processo aqui apresentado.

Neste sentido, a presente dissertação não pretende registrar conclusões definitivas, nem tão pouco oferecer respostas prontas para a discussão proposta, mas constituir-se em uma contribuição teórica no campo dos debates em torno da dimensão ídeo-política do Serviço Social.

“É preciso força pra sonhar e perceber que a estrada vai além do que se vê”.

(Marcelo Camelo).

Capítulo I – Determinações sócio-históricas do desenvolvimento do Serviço Social

1.1. Condições sócio-históricas da gênese do Serviço Social

O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, constituindo-se em uma prática socialmente útil que contribui no processo de reprodução social. A profissão possui, desta maneira, uma “instrumentalidade vinculada à forma de inserção que a ordem burguesa lhe atribui na divisão sociotécnica do trabalho” (GUERRA, 2000, p. 06), uma vez que os processos de trabalho se estruturam a partir das exigências econômicas e sociopolíticas da organização da acumulação de capital.

A gênese histórico-social da profissão, em âmbito mundial, se situa no concreto tratamento da questão social num momento muito específico do desenvolvimento da sociedade burguesa: a era do capitalismo monopolista (NETTO, 1992).

A questão social¹¹, base de fundamentação do Serviço Social, é inerente à forma de organização da sociedade capitalista que promove o desenvolvimento das forças produtivas e, paralelamente, aprofunda e expande a desigualdade, a miséria, a pobreza. Suas mais variadas expressões revelam-se cotidianamente nas experiências vividas pelos indivíduos no trabalho, na família, na saúde etc. “Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem” (IAMAMOTO, 2001b, p. 28). É, portanto, reprodução das lutas sociais, das relações de poder e dos antagonismos de classe.

No final do século XIX o modelo capitalista sofreu profundas modificações em

¹¹ “Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (IAMAMOTO, 2001b, p. 27).

sua organização que levaram a um reordenamento de elementos centrais deste sistema de produção. Este momento histórico foi caracterizado pela passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista e demarcou a ascensão da sociedade burguesa à maturidade de seu desenvolvimento. Tais modificações deram origem a um período que se situa entre 1890 e 1940 e que ficou conhecido como “imperialismo clássico” (NETTO, 1992).

A era monopolista procurou viabilizar a meta primária do capitalismo: o acréscimo dos lucros através do controle dos mercados. A “livre concorrência” se tornou uma batalha vital travada entre os grupos monopolistas e entre estes e os setores ainda não monopolizados. A contradição fundamental que existe entre a produção coletiva e a apropriação privada foi elevada ao ápice por meio da internacionalização do processo de produção.

As principais consequências deste processo foram: a queda do padrão de vida dos assalariados e o aumento da taxa de afluência de trabalhadores ao exército industrial de reserva. “Em síntese, verifica-se a ampliação da miséria absoluta e relativa de grande parcela da população trabalhadora, consubstanciando um processo crescente de dilapidação da força de trabalho coletiva” (IAMAMOTO, 2000, p. 82).

O capitalismo monopolista colocou em patamar ainda mais alto o sistema de contradições produzido pela ordem burguesa, como a exploração e a alienação da força de trabalho. Potencializou antagonismos fundamentais inerentes à ordem do capital, já existentes no estágio concorrencial, e produziu novas contradições ainda mais complexas. Provocou uma “reordenação da dominação burguesa e, conseqüentemente, das relações dessa classe com as demais, com o Estado, com as grandes corporações e as nações centrais, com as quais os laços foram estreitados” (IAMAMOTO, 2000, p. 80).

A sua consolidação ocorreu nas primeiras décadas do século XX, em meio ao

contexto da organização e difusão do conjunto de inovações nos processos de produção e no trabalho, introduzidas pelo modelo fordista/taylorista¹².

De maneira sintética, podemos indicar que o binômio taylorismo/fordismo, expressão dominante do sistema produtivo e de seu respectivo processo de trabalho, que vigorou na grande indústria, ao longo praticamente de todo século XX, sobretudo a partir da segunda década, baseava-se na produção em massa de mercadorias, que se estruturava a partir de uma produção mais homogeneizada e enormemente verticalizada (ANTUNES, 2002, p. 36).

O padrão fordista/taylorista não apenas representou a introdução de novas tecnologias e novas formas de organização do processo produtivo, como foi além disso. Significou, também, uma nova modalidade de controle social, constituindo uma nova política de gerenciamento do trabalhador no interior da fábrica e fora dela. Instituiu novas formas de reprodução da força de trabalho, novos padrões de consumo, um novo tipo de sociedade.

Neste processo de implementação e legitimação da racionalização fordista/taylorista da produção e do trabalho a intervenção do Estado tornou-se uma estratégia indispensável “para a conseqüente formação de um novo tipo humano com as qualidades morais e intelectuais adequadas à nova organização do processo produtivo” (ABREU, 2002, p. 45).

Entre as estratégias estatais combinaram-se processos extremamente coercitivos com ações educativas pautadas na elevação dos salários e na distribuição de benefícios sociais. Assim, a reorganização da produção e do trabalho se deu por meio da articulação da força – ataque ao sindicalismo operário – com a persuasão – melhores condições de

¹² “Uma linha rígida de produção articulava os diferentes trabalhos (...). Esse processo produtivo caracterizou-se, portanto, pela mescla da produção em série fordista com o cronômetro taylorista, além da vigência de uma separação nítida entre elaboração e execução. (...) Esse processo produtivo transformou a produção industrial capitalista, expandindo-se a princípio para toda a indústria automobilística dos EUA e depois para praticamente todo o processo industrial nos principais países capitalistas” (ANTUNES, 2002, p. 37).

trabalho e de vida sustentados pela propaganda da ideologia dominante.

Deste modo, o Estado que sempre desempenhou um importante papel no desenvolvimento das sociedades capitalistas, na era monopolista passou a incidir na organização e na dinâmica econômica de forma contínua e sistemática. Especialmente depois da crise de 1930, quando as demandas que se apresentaram ao Estado impulsionaram a gestação da política keynesiana¹³.

A partir deste período, as funções políticas estatais ligaram-se intimamente às suas funções econômicas e o Estado passou a desempenhar uma multiplicidade de funções diretas¹⁴ e indiretas¹⁵. Ele foi capturado pela lógica monopolista e, a partir daí, o que se viu foi a profunda integração entre aparatos privados e instituições estatais.

Vale dizer: o Estado funcional ao capitalismo monopolista é, no nível das suas finalidades econômicas, o “comitê executivo” da burguesia monopolista – opera para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista (NETTO, 1992, p. 22).

No capitalismo monopolista, devido à ameaça constante da superexploração, a preservação e o controle da força de trabalho, tanto ocupada quanto excedente, passou a ser uma função primordialmente estatal. Afinal, para exercer com sucesso o papel de “comitê

¹³ Na política keynesiana o “Estado, por sua vez, assumia uma variedade de obrigações. Na medida em que a produção de massa, que envolvia pesados investimentos em capital fixo, requeria condições de demanda relativamente estáveis para ser lucrativa, o Estado se esforçava por controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias no período pós-guerra. Essas políticas eram dirigidas para as áreas de investimento público – em setores como o transporte, os equipamentos públicos etc. – vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa e que também garantiam um emprego relativamente pleno. Os governos também buscavam fornecer um forte complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação etc. Além disso, o poder estatal era exercido direta ou indiretamente sobre os acordos salariais e os direitos dos trabalhadores na produção” (HARVEY, 1994, p. 129).

¹⁴ O Estado se inseriu como empresário nos setores básicos não-rentáveis, como os de energia e matérias-primas fundamentais; assumiu o controle de empresas que encontravam-se em dificuldades; entregou a setores monopolistas complexos industriais construídos com fundos públicos (NETTO, 1992).

¹⁵ O Estado assegurou a possibilidade de valorização através de encomendas e compras realizadas junto aos setores monopolizados; forneceu subsídios e realizou investimentos públicos em meios de transporte, infraestrutura, preparação institucional da força de trabalho requerida, investigação e pesquisa (NETTO, 1992).

executivo” da burguesia monopolista o Estado precisava se legitimar politicamente incorporando os outros protagonistas sócio-políticos desta história – os trabalhadores. É neste momento que, no capitalismo monopolista, as funções econômicas e políticas do Estado se articulam de uma forma como jamais havia acontecido antes. O alargamento da sua base de sustentação mediante a generalização e a institucionalização de direitos e garantias sociais, lhe permitiu organizar um consenso capaz de assegurar o seu desempenho.

Ao mesmo tempo, na era monopolista, a imensa quantidade de trabalhadores homogeneizados, aglomerados nas grandes fábricas, vivenciando os mesmos níveis de exploração encontrou as bases necessárias para a identificação coletiva das desigualdades sociais e a constituição de reivindicações por melhores condições de trabalho e de vida. Este cenário propiciou um salto organizativo nas lutas do proletariado, que se deu por meio do aparecimento de partidos operários de massa e da luta pela cidadania.

(...) nas contradições inerentes ao desenvolvimento do padrão fordista/taylorista e sua expansão e consolidação nos países centrais a partir do pós Segunda Guerra Mundial, sob a regulação estatal nos moldes keynesianos, encontram-se as condições de luta e resistência da classe trabalhadora a esse padrão (ABREU, 2002: 66).

A resistência dos trabalhadores organizados gerou conquistas significativas junto ao Estado interventor e ampliou, a tal ponto, o campo das negociações que instituiu as bases fundantes do grande acordo entre capital-trabalho-Estado que viria a se consolidar através do *Welfare State*. Esta geração de trabalhadores, ou melhor, parte dos sindicatos e partidos que os representavam realizaram um pacto com o capital aceitando aumentos salariais diretos e indiretos, benefícios, proteção e assistência em troca do não questionamento da ordem vigente.

O *Welfare State* se constituiu em

(...) uma forma de sociabilidade fundada no “compromisso” que implementava ganhos sociais e seguridade social para os trabalhadores dos países centrais, desde que a temática do socialismo fosse relegada a um futuro a perder de vista. Além disso, esse “compromisso” tinha como sustentação a enorme exploração do trabalho realizada nos países do chamado Terceiro Mundo, que estavam totalmente excluídos desse “compromisso” social-democrata (ANTUNES, 2002, p. 38 e 39).

Ele instaurou-se em nações desenvolvidas ocasionando a introdução de direitos sociais modernos – civis, políticos e sociais. Mas, a instituição e o desenvolvimento destes direitos deu-se de maneira distinta em diferentes países provocando o surgimento de diversos modelos de *Welfare State*. Assim, EUA¹⁶ e Europa¹⁷ passaram por experiências diferenciadas em relação às responsabilidades estatais que procuravam garantir o bem-estar básico dos cidadãos. No entanto, mesmo salvaguardando as devidas diferenças, o *Welfare State* significou um pacto real realizado entre capital e trabalho que permaneceu quase inabalável, nos países desenvolvidos, até a década de 1970.

Todo o processo de desenvolvimento do *Welfare State* foi mediatizado pela correlação de forças das classes sociais mostrando que um componente de legitimação, mesmo que amplo, é suportável, e até mesmo necessário, para que o Estado possa continuar desempenhando a sua funcionalidade econômica.

O Estado, buscando legitimação através do jogo democrático, tornou-se

¹⁶ Nos EUA consolidou-se um *Welfare State* “liberal”, onde predominava a assistência prestada àqueles comprovadamente pobres, fazendo com que os benefícios chegassem apenas a uma parcela da população detentora de baixa renda. Assim, o Estado impulsionava o mercado passivamente – ao garantir modestos benefícios e planos de previdência – como ativamente – ao subsidiar esquemas privados de previdência (ESPING-ANDERSEN, 1991).

¹⁷ A Europa experimentou diferentes experiências através de *Welfare States* “corporativistas” – onde, apesar de todo o aparato estatal provedor de benefícios sociais mais amplos, o que predominava era a preservação das diferenças de *status*, fazendo com que o impacto da redistribuição fosse desprezível –; e “social-democratas” – onde os princípios da universalidade atingiram também as novas classes médias, na busca da promoção de melhores padrões de vida para todos (ESPING-ANDERSEN, 1991).

permeável à demanda dos trabalhadores, que fizeram incidir sobre ele seus interesses e reivindicações imediatas. Mas, ao absorvê-las, o poder público as revestiu com um significado coesionador, ou seja, as colocou em um patamar onde não ameaçavam as bases de acumulação do capital.

Essas condições possibilitaram que as sequelas da questão social se tornassem objeto de uma intervenção contínua e sistemática por parte do Estado, ou seja, alvo de políticas sociais.

A funcionalidade essencial da política social se expressou nos processos de preservação e controle da força de trabalho, seja ela ocupada – mediante a regulamentação das relações capitalistas/trabalhadores – ou excedente – através dos sistemas de seguro social. As políticas sociais asseguraram as condições adequadas ao desenvolvimento capitalista, pois ofereceram um respaldo efetivo à imagem do Estado como “social”, como mediador de interesses conflitantes. Assim “o fato de que as demandas são atendidas a partir de mobilizações e pressões vindas do exterior do aparato estatal permite que aqueles que conquistaram algum atendimento se reconheçam como representados nele” (NETTO, 1992, p. 28).

No entanto, “é importante observar que a lógica de constituição das políticas sociais reside na sua conversão em instrumento a serviço do capital” (GUERRA, 2000, p. 19). A intervenção estatal sobre as seqüelas da questão social se realizou de maneira fragmentada e parcializada, pois tratá-la em sua totalidade, ou seja, remetê-la à relação capital/trabalho, colocaria em xeque a ordem burguesa. Assim, “(...) no plano ideológico, as políticas sociais devem ‘aparecer’ aos trabalhadores apartadas de interesses de classe” (GUERRA, 2007a, p. 135). A questão social é recortada em problemáticas particulares. E a política social, fragmentada em diversas políticas setoriais.

(...) as políticas sociais tornam-se formas racionalizadoras e instrumentais de resolução imediata dos problemas sociais, bem como, ao serem formalizadas no âmbito jurídico-formal, elas convertem-se em procedimentos racionalizadores das necessidades, interesses e lutas da classe trabalhadora (GUERRA, 2000, p. 19).

Deste modo, em meio à ordem societária comandada pelo monopólio foram gestadas as condições histórico-sociais para que, na divisão sócio-técnica do trabalho, aparecesse um espaço onde pudessem se mover práticas profissionais como as do assistente social. Com isso, o profissional passou a inscrever-se numa relação de assalariamento e a significação social do seu fazer passou a ter um sentido novo na malha da reprodução das relações sociais.

O Serviço Social se instituiu como profissão na Europa e nos Estado Unidos da América – EUA –, no período compreendido entre o final do século XIX e começo do século XX¹⁸. A partir de então, as ações sociais e as escolas de Serviço Social se proliferaram por estes dois continentes, estendendo-se por toda a América Latina.

O Serviço Social, tanto na Europa quanto nos EUA, desenvolveu-se sob uma perspectiva reacionária frente aos movimentos revolucionários que vieram à tona no início do século XX, incentivados pela Revolução Russa em 1917. Em ambos os casos, a profissão aliou-se aos interesses capitalistas para desenvolver estratégias de controle social sobre a classe trabalhadora. Mas, a vertente norte-americana fundamentou-se em um pensamento conservador que priorizou a linha da Psicanálise, dando ênfase à “ajuda psicossocial individualizada”; enquanto a vertente européia sustentou-se na orientação da Sociologia, com destaque na “ação social” (ABREU, 2002).

Apesar das diferenças teóricas, em ambas as vertentes, a profissão sofreu forte

¹⁸ Este processo foi impulsionado pela criação das primeiras escolas de formação profissional para atuação no campo da assistência social nos EUA, em 1899; pela ação social desenvolvida pelas Sociedades de Organização da Caridade européias e americanas; pela ação e doutrina social da Igreja Católica; pelas primeiras escolas de Serviço Social na Europa – uma inaugurada na Inglaterra em 1903 e duas na França, sendo uma em 1911 e outra em 1913 (ABREU, 2002).

influência da doutrina católica consubstanciada na filosofia neotomista, como fundamento da racionalização da assistência. O suporte técnico e filosófico pautou-se em duas fontes principais de cunho positivista: o pensamento taylorista que imprimiu organização ao americanismo¹⁹ e a orientação dogmática à base da filosofia humanista cristã.

Nesta perspectiva, as desigualdades sociais foram naturalizadas e tratadas como inerentes às peculiaridades da condição humana. A questão social, traduzida no quadro de miséria dos operários, apresentou-se como reveladora da deterioração dos valores morais, apontando a necessidade de recuperá-los mediante uma intervenção humanizadora.

Com isso, a categoria profissional emergente preocupou-se com o aperfeiçoamento de procedimentos, técnicas e instrumentos que pudessem ser utilizados no processo de elaboração de diagnósticos sobre a situação social e a personalidade do indivíduo buscando o controle técnico do atendimento prestado. Frente ao objetivo maior de manutenção da ordem social os esforços se concentraram na busca por eficácia e eficiência nas ações desenvolvidas²⁰.

Em relação ao processo de institucionalização do Serviço Social como profissão na Europa, este foi inicialmente marcado pela prevalência de uma orientação filosófica neotomista. Os profissionais, nesta perspectiva, apropriaram-se de conceitos e concepções advindas de questões éticas que contribuíram para mistificar a consolidação da cultura dominante. Os avanços técnico-científicos só foram surgir como preocupação desta parte da categoria profissional a partir da década de 1940, com a difusão do padrão fordista/taylorista sob a regulação do Estado keynesiano.

¹⁹ O americanismo se instaurou como um projeto de hegemonia que se contrapôs à perspectiva histórica de emancipação da classe trabalhadora. Emergiu afinado com o objetivo progressista da classe dominante em contrarrestar a queda tendencial da taxa de lucro a partir da multiplicação das variáveis nas condições do aumento regulado do capital constante. E, desenvolveu uma nova forma de pensar, agir e viver que se constituiu em uma nova ideologia – uma nova cultura (ABREU, 2002).

²⁰ Daí a ênfase técnico-instrumental do desenvolvimento do Serviço Social norte-americano, bem traduzida desde os esforços profissionais iniciais de sistematização e racionalização da assistência sob a orientação positivista, em que a obra *Diagnóstico Social* – primeira formulação teórica da profissão, elaborada por Mary Richmond, em 1917 – é emblemática (ABREU, 2002, p. 60).

Todo esse aporte teórico influenciou a atuação profissional dos assistentes sociais no início da consolidação da profissão no Brasil e na América Latina através da influência da vertente norte-americana, a partir dos anos de 1940.

O debate mais detalhado acerca do percurso sócio-histórico percorrido pelo Serviço Social, no Brasil, será apresentado a seguir.

1.2. Trajetória sócio-histórica do Serviço Social no Brasil

No Brasil, o processo de institucionalização do Serviço Social, como profissão reconhecida na divisão social e técnica do trabalho, deu-se em meio ao movimento das classes sociais, às mudanças ocorridas no Estado e à estratégia desenvolvida pela Igreja Católica.

A partir de 1937 percebemos, em nosso país, um período marcado pelo aprofundamento do modelo corporativista do Estado e por uma política nitidamente favorável à industrialização. Nesta época, a burguesia industrial ascendeu ao poder aliada aos grandes proprietários rurais. Esta aliança deparou-se com o imenso crescimento do proletariado urbano. O Estado, por sua vez, procurou envolver a classe operária como um elemento adicional de sua legitimação, através de uma política de massas que, ao mesmo tempo, pudesse, também, reprimir os movimentos reivindicatórios que começavam a surgir.

Para garantir esta fonte de legitimação, o Estado tem necessariamente de incorporar parte das reivindicações populares, ampliando as bases de reconhecimento da cidadania social do proletariado, através de uma legislação social e sindical (...). Emergem, nesta fase, novas instituições, como o salário mínimo, a justiça do trabalho e uma nova legislação sindical etc. (IAMAMOTO, 2000, p. 92).

Entretanto, o usufruto de uma legislação minimamente protetora do trabalho foi subordinado ao atrelamento do movimento operário ao Estado, implicando na abdicação de seu projeto político particular. A maioria dos sindicatos se transformaram em agências de colaboração do poder público, tornando-se centros assistenciais complementares à ação estatal, utilizando recursos extraídos, de maneira compulsória, da própria classe operária. Ocorreu, assim, um esvaziamento político das entidades sindicais, ao mesmo tempo em que o Estado iniciou uma ação normativa e assistencial buscando canalizar o potencial mobilizador dos trabalhadores e manter rebaixados os níveis salariais. Foi nesta perspectiva que surgiram e se desenvolveram as grandes instituições assistenciais.

Nesse período, a posição da burguesia empresarial em face do enfrentamento da questão social altera-se: ela adere à política de controle social da ditadura varguista, ao perceber que a “paz social” imposta através de uma legislação social simultaneamente paternalista e repressiva reverte em elevação da rentabilidade econômica das empresas (IAMAMOTO, 2000, p. 93).

No momento em que ocorreu a criação das grandes instituições assistenciais, o Serviço Social era, ainda, um projeto embrionário de intervenção social. Limitava-se a uma atividade profundamente ligada à Igreja Católica, que desenvolvia ações em obras assistenciais de cunho filantrópico e assistencialista. Utilizava um componente técnico-operativo fundamentado em instrumentos próprios das tradicionais formas de assistência, de cunho católico, individualizado e voltado para legitimar a ordem estabelecida. Os procedimentos mais utilizados eram: estudos de necessidades individuais, familiares e de localidades, avaliação de solicitações de ajuda, concessão de ajuda material, etc. Os agentes também realizavam vistas domiciliares, elaboravam inquéritos sociais, encaminhamentos e triagem/seleção de casos.

Tais ações eram implementadas por segmentos burgueses, essencialmente

femininos, com o intuito de solidificar a penetração católica entre os setores operários, dentro de um projeto de “recristianização” da sociedade. Este projeto expressou uma mudança na postura da Igreja que deixou de ser mais contemplativa e avançou no campo das disputas políticas, procurando recuperar suas áreas de influência ameaçadas pela secularização e pelo redimensionamento do Estado.

Com o surgimento das grandes instituições assistenciais estatais e paraestatais ocorreu uma ampliação e uma modificação no mercado de trabalho do Serviço Social. Este, então, pôde romper com o quadro estreito de atuação presente em sua origem para se tornar uma atividade institucionalizada e legitimada pelo Estado. Com a profissionalização do apostolado social, deu-se um movimento de crescente cooptação destes profissionais pelo Estado e pelo empresariado. O Estado passou a ser um dos principais incentivadores da qualificação técnica da profissão.

Assim, o Serviço Social se transformou em categoria assalariada e o público-alvo do assistente social se alterou. As ações dispersas das obras sociais junto a parcelas insignificantes da população foram substituídas por políticas assistenciais desenvolvidas para grandes setores do proletariado. Os assistentes sociais passaram a realizar investigações sobre as condições de vida das famílias operárias através de visitas domiciliares e inquéritos sociais; e orientar sobre questões morais, de higiene e de utilização racional da renda familiar.

Entre os anos de 1930 e 1940 ocorreu uma importação da produção profissional norte-americana prevalecendo as abordagens individualistas e quantitativas, a hipervalorização da personalidade e da relação interpessoal, dando-se ênfase a resolução dos problemas sociais no âmbito pessoal, individual. Tal influência deu-se por meio da difusão das técnicas e métodos de caso e de grupo que configuram uma perspectiva de atuação profissional pautada na “ajuda psicossocial individualizada”, de cunho moralizador

direcionada para a reforma moral e a reintegração social (ABREU, 2002).

Nesse início da institucionalização da profissão, o Serviço Social de caso aparece como abordagem predominante. Este era voltado para o estudo, diagnóstico e tratamento, baseados na investigação de fatores internos – referentes aos indivíduos – e externos – relativos ao ambiente em que vive –, para a partir dessa reunião de dados e impressões produzir um diagnóstico sobre a situação psicossocial do cliente e viabilizar o tratamento.

Nesse período, também era realizada a abordagem grupal. Os grupos informais e de recreação tinham fins terapêuticos e de tratamento, sendo utilizados também para a resolução de problemas pessoais de relacionamento e socialização.

O processo de “ajuda psicossocial individualizada” pautava-se na convicção de que todo homem possui capacidade para progredir e meios para alcançar sua própria promoção social. Esta concepção teórica desloca a questão social – expressão dos antagonismos de classe – para o campo da psicologia, priorizando componentes individuais e subjetivos em detrimento das expressões materiais e coletivas (ABREU, 2002).

Deste modo, no processo de “ajuda psicossocial individualizada” as necessidades que os indivíduos expressam deixam de ser consideradas como questões objetivas que demandam respostas concretas e passam a ser percebidas como aspectos subjetivos de condutas desviantes e de dificuldades de relacionamento. O relacionamento é, assim, a instância privilegiada dessa perspectiva de atuação profissional. Sob esta ótica é por intermédio do relacionamento psicossocial que o assistente social, imbuído de competência técnica e poder institucional, analisa e seleciona situações e indivíduos que terão acesso aos serviços ou benefícios solicitados.

Este processo de reificação das relações sociais reflete e reforça a tendência à naturalização da vida social, onde as desigualdades sociais apresentam-se como condição inerente à pessoa humana. Este pensamento reforça o fetiche do colaboracionismo entre

capital e trabalho.

(...) atribui à natureza as leis do movimento histórico, subtraindo dos sujeitos a direção consciente na construção desse movimento e remetendo para a esfera moral o específico do social, o que tende para a psicologização das relações sociais, mediante a qual as manifestações da questão social aparecem como problemas de ordem moral (ABREU, 2002, p. 90).

Seguindo esta lógica, muitos valores, conceitos e posturas profissionais foram tomados como universais e utilizados de maneira completamente descolada do contexto sócio-histórico no qual se encontrava o assistente social brasileiro. Não foram levadas em conta as particularidades regionais e locais, adotando-se certos padrões de intervenção divorciados da realidade social de um país periférico e pouco desenvolvido. O modelo de intervenção profissional desenvolvido em uma conjuntura de países centrais e avançados que passavam pela experiência do *Welfare State* foi automaticamente transplantada para os países latino-americanos com padrões culturais muito diferenciados.

Portanto, o desenvolvimento histórico da perspectiva de atuação profissional pautada na “ajuda psicossocial individualizada” contribuiu para a atualização da perspectiva subalternizante de controle sobre os trabalhadores, através de mecanismos capazes reforçar os interesses da classe dominante. Neste processo foram utilizados instrumentos que possibilitaram seletividade, elegibilidade, qualificação e desqualificação dos sujeitos submetidos aos procedimentos de “ajuda”. Tais mecanismos de seleção impõem, historicamente, formas de enquadramento dos sujeitos em normas de conduta estabelecidas pelos interesses dominantes na sociedade capitalista.

Estas práticas assistenciais de “ajuda” perpassaram tanto ações caritativas desenvolvidas pela Igreja, como intervenções de cunho filantrópico estatal. E, a partir do processo de racionalização da assistência social, à prática da “ajuda” foram agregados

elementos pautados em valores morais que desenvolveram uma filosofia da “promoção social”. Tal filosofia mostrava-se capaz de mobilizar os indivíduos para um envolvimento no processo de atendimento de suas próprias necessidades, “cujo corolário é colocado como possível autopromoção, mas, de fato, significa a busca de redução/socialização dos custos dos bens e serviços prestados” (ABREU, 2002, p. 100).

Neste sentido, a partir da década de 1950 o Serviço Social começou a trabalhar com comunidades por meio de processos de mobilização e organização de grupos para promover o desenvolvimento econômico-social de pequenas localidades. Nesse momento, o trabalho em grupo – onde tenta-se resolver os problemas a partir da socialização grupal – perdeu espaço para os trabalhos com comunidades que eram mais abrangentes.

Esta mudança caracterizou o surgimento de uma nova prática profissional do assistente social que desenvolveu-se em meio ao conjunto de mecanismos criados no processo de difusão da cultura do “bem-estar” no continente latino-americano. A perspectiva da “participação” se desenvolveu e se consolidou através das propostas de Desenvolvimento de Comunidade – DC –, sob influência da ideologia desenvolvimentista modernizadora. Tal ideologia possui seu arcabouço teórico pautado na teoria da modernização²¹ que justifica o subdesenvolvimento como uma etapa dentro do processo de desenvolvimento.

As experiências de DC que foram implementadas no Brasil – assim como em demais países da América Latina –, a partir da década de 1950, possuíam a participação popular nos programas de governo como eixo central nos processos de integração e promoção social. Esta política participacionista superdimensionava o envolvimento dos sujeitos responsabilizando-os pela conquista de uma possível situação de “bem-estar

²¹ “Esta teoria explica o subdesenvolvimento como um estágio de transição entre tempos históricos distintos, correspondentes a padrões socioculturais constitutivos de pólos atrasados e modernos presentes em uma sociedade” (ABREU, 2002, p. 106). Defende a idéia de que os países em desenvolvimento estão percorrendo um caminho histórico que os levará aos mesmos patamares dos países já desenvolvidos.

social”.

Esta ideologia, ao mesmo tempo em que destaca a participação do próprio povo nos esforços para melhorar seu nível de vida e o apoio técnico governamental para tornar eficazes os programas de ajuda mútua, como ingredientes básicos do DC, oferece sustentação para o entendimento de que estes mesmos elementos constituem-se componentes do processo pedagógico de organização e desenvolvimento locais, em que DC é um importante instrumento desse processo (ABREU, 2002, p. 110).

A estratégia desenvolvimentista encontrava-se integrada aos interesses dos EUA em assegurar condições para a dinamização de desenvolvimento capitalista junto ao mercado latino-americano sob sua hegemonia financeira²². Pretendia fazer frente à ameaça de expansão do comunismo no referido continente, visto como um campo propício para o desenvolvimento desta ideologia.

Os esforços empreendidos nestes objetivos podem ser resumidos no pensamento da Organização das Nações Unidas – ONU – ao justificar o extenso programa de assistência aos países pobres – principalmente os da América Latina – sob o argumento de que

(...) o esforço de ajudar os povos a alcançar um nível de vida mais sadio e mais economicamente produtivo eliminaria os focos de comunismo em potencial; de que a melhoria das condições sociais e econômicas em qualquer parte do mundo livre redundaria em benefício dos Estados Unidos (AMMANN appud ABREU, 2002, p. 96 e 97).

Neste sentido, a ONU foi buscar, junto ao Serviço Social, profissionais especializados, capacitados para desempenhar funções intelectuais voltadas para a

²² Neste sentido, o estímulo ao DC não pode ser visto como uma proposta dirigida exclusivamente ao Serviço Social. Ao contrário, ele fez parte de uma ampla estratégia, através da qual os EUA procuraram impulsionar o desenvolvimento do capitalismo nos países latino-americanos, mantendo seus mercados sob o seu domínio (CASTRO 2006).

participação popular integradas aos programas de governo. Essa demanda provocou a ampliação de programas de capacitação profissional pra qualificar assistentes sociais de acordo com as exigências técnico-operativas dos programas de DC.

As equipes de DC recorriam a instrumentos e técnicas derivados da Pesquisa Social, Dinâmica de Grupo, Comunicação, Psicologia e Educação, impulsionando uma ampliação das abordagens profissionais, mas ainda tinha-se a prevalência da centralidade formalista do método. Este sendo entendido como um conjunto de procedimentos predeterminados que tem por função operacionalizar as ações através de instrumentos e técnicas que são abordados como atitudes e habilidades.

As experiências de DC pautavam-se em uma perspectiva profundamente funcionalista no que se refere ao trato da questão social. Pois esta era reduzida a problemas técnicos que poderiam supostamente ser solucionados através de uma fórmula central que contemplasse múltiplas variantes de intervenção profissional.

De acordo com a proposta do DC, à comunidade – imprecisamente definida – caberia empregar sua energia para a superação do seu atraso, uma vez que os instrumentos necessários para tal empenho encontram-se nela própria. Ou seja, a comunidade, em si, possui todos os elementos necessários para caminhar rumo ao progresso econômico e social. Ao Estado – que supostamente exerce o seu poder em benefício de todos – caberia colocar à disposição da comunidade os recursos financeiros e o apoio técnico – entre os quais encontram-se os assistentes sociais. Esta fórmula suscita o estabelecimento de laços de gratidão e lealdade da comunidade para com o Estado, o que muito contribui para a reprodução da ideologia dominante, por mascarar as relações de exploração e as fundamentais contradições presentes na sociedade capitalista. Foi desta forma que o DC consolidou-se como um procedimento de ação profissional dentro do Serviço Social.

Entretanto, as necessidades da população eram sempre infinitamente maiores do

que os poucos recursos disponibilizados pelo Estado. Esta estratégia de intervenção, centrada nas peculiaridades da sociedade norte-americana, começou, então, a chocar-se com a realidade latino-americana que, naquele determinado momento histórico configurava um contexto social amplamente diverso do gestado nos EUA e na Europa.

A dramática condição do nosso continente, por exemplo, não poderia encontrar respostas apropriadas sobre as premissas emanadas dos procedimentos de organização de comunidade gestadas nos Estados Unidos. Os profundos problemas derivados da sujeição econômica, do processo de proletarização da mão-de-obra, dos efeitos da expansão do domínio imperialista, entre tantos, constituíam barreiras infranqueáveis para as recomendações concernentes ao trabalho dos assistentes sociais, em sua busca de uma combinação mais adequada entre necessidades identificadas e recursos disponíveis (CASTRO, 2006, p. 142 e 143).

Em meio a esta conjuntura adversa, podemos afirmar que as exigências da estratégia desenvolvimentista na América Latina, acabaram por suscitar, em alguns grupos de assistentes sociais de países como Brasil, Argentina, Chile e Uruguai, inquietações e interrogações a respeito do projeto profissional do Serviço Social frente à realidade social deste continente. Nesta época, começaram a surgir, pela primeira vez, posturas profissionais que questionavam o *status quo* e contestavam a prática institucional vigente.

Cabe ressaltar que a proposta desenvolvimentista suscitava grande entusiasmo na maior parte dos profissionais do Serviço Social, que defendiam a estratégia do DC como um caminho capaz “de conduzir as populações a assumirem consciência dos seus problemas sociais, estabelecendo mecanismos para a sua integração ao desenvolvimento do país” (CASTRO, 2006, p. 168).

No entanto, em meio à vitalidade desta posição começaram a surgir vozes divergentes convidando a categoria profissional à reflexão sobre a viabilidade histórica desta proposta e sobre o seu impacto no Serviço Social. O ideário destes grupos cresceu e

transformou-se em um amplo movimento que repercutiu na categoria profissional latino-americana culminando num processo denominado Movimento de Reconceituação²³.

Indagando-se sobre o papel dos profissionais em face de manifestações da “questão social”, interrogando-se sobre a adequação dos procedimentos profissionais consagrados às realidades regionais e nacionais, questionando-se sobre a eficácia das ações profissionais e sobre a eficiência e legitimidade das suas representações, inquietando-se com o relacionamento da profissão com os novos atores que emergiam na cena política (fundamentalmente ligados às classes subalternas) – e tudo isso sob o peso do colapso dos protagonistas sociopolíticos, da revolução cubana, do incipiente reformismo gênero Aliança para o Progresso –, ao mover-se assim, os assistentes sociais latino-americanos, através de seus segmentos de vanguarda estavam minando as bases tradicionais da sua profissão (NETTO, 2002, p. 146).

Este movimento latino-americano rebateu no Serviço Social brasileiro, no início dos anos de 1960, impulsionado pelo contexto de efervescência política que assistia o colapso do populismo e o protagonismo de inúmeros movimentos sociais na luta pela implementação das reformas de base durante o Governo de João Goulart.

Assim, o início dos anos 60 é marcado pela gestação de uma consciência nacional-popular, (...) e pelo engajamento de amplas camadas sociais na luta pelas reformas de base que impulsionaram, sobremaneira, processos de conscientização e politização, envolvendo principalmente trabalhadores rurais e urbanos, intelectuais e estudantes (ABREU, 2002, p. 141).

Em meio a esta conjuntura, a expansão da profissão acabou por promover uma aproximação dos assistentes sociais com a realidade vivida pelos trabalhadores; com as consequências causadas por uma política econômica desfavorável à classe trabalhadora; e com as manifestações populares organizadas através dos movimentos sociais em resposta a estas condições.

²³ O Movimento de Reconceituação será abordado de forma mais detalhada no próximo capítulo.

As lutas dos trabalhadores, tanto urbanos quanto rurais, ganharam, na década de 1960, um corpo mais sólido, mais consistente, impulsionando um processo de maior politização dos setores médios.

Junto a isso, uma parcela da Igreja Católica, denominada “esquerda cristã” conquistou visibilidade nacional e acabou por influenciar muitos assistentes sociais – alunos, militantes ou profissionais, através do movimento pela Teologia da Libertação²⁴. A influência do viés marxista da Teologia da Libertação somada às formulações pedagógicas de Paulo Freire impulsionaram os esforços dos assistentes sociais no sentido de construir um projeto profissional vinculado aos reais interesses dos trabalhadores.

Este processo provocou um redimensionamento da orientação teórica do Serviço Social e o desenvolvimento de uma nova direção ídeo-política da prática profissional. Esta nova direção inspirou-se nas experiências das comunidades eclesiais de base – CEBs²⁵ – que se constituíram em processos pedagógicos de grande repercussão em todo o país, fortalecidos pela Teologia da Libertação, criando novos padrões de sociabilidade com base nas experiências cotidianas dos trabalhadores.

Entretanto, no Brasil, o ano de 1964 significou uma mudança expressiva na correlação de forças que vinha se estabelecendo no cenário nacional, através de um movimento cívico-militar reacionário, apoiado e patrocinado pelos EUA, que derrubou, em 1º de abril, o presidente João Goulart. A ditadura implantada no país por meio de um golpe militar perdurou por longos vinte anos e instaurou um eficiente terrorismo de Estado capaz

²⁴ Este movimento buscava estabelecer uma articulação entre o cristianismo e o marxismo, realizando uma leitura crítica das relações sociais, desvendando os processos de exploração e de dominação inerentes à sociedade capitalista. O objetivo da Teologia da Libertação não era claramente definido, mas seus propósitos foram ganhando contornos revolucionários uma vez que conclamava os cristãos para aderirem à luta pelo socialismo no continente latino-americano (ABREU, 2002).

²⁵ “Enraizadas desde o início nas práticas cotidianas das camadas populares, as CEBs constituem contribuições efetivas na criação de canais de politização das relações sociais, na medida em que encorajam a auto-organização desses segmentos, favorecendo uma formação política e articulação de forças em níveis cada vez mais abrangentes, mediante debate crítico sobre as contradições sociais no bojo de um processo de luta por melhorias de condições de vida e de contestação à ordem estabelecida” (ABREU, 2002, p. 132).

de aniquilar todas as mobilizações e organizações sociais.

Com a repressão militar, os questionamentos políticos que começavam a sensibilizar parcelas de assistentes sociais foram abafados²⁶. O início de um movimento que caminhava no sentido de revisar a prática profissional do Serviço Social foi obrigado a refluir. O golpe de abril interrompeu bruscamente o processo que indicava, pela primeira vez, a criação de núcleos capazes de vincular a intervenção profissional a projeções societárias da classe trabalhadora.

Em meados da década de 1970 – quando a Reconceituação refluiu nos demais países latino-americanos por conta da instauração de regimes ditatoriais –, no Brasil, a ditadura militar começava a dar sinais de crise, especialmente, através do desgaste do “milagre econômico”²⁷.

Este processo suscitou amplas reflexões em meio à categoria profissional, no nosso país, que se desenvolveram em três principais direções que constituíram o processo de Renovação do Serviço Social no Brasil.

Os três direcionamentos construídos por grupos de assistentes sociais, no Brasil, registram três momentos que condensam suas reflexões teóricas: na segunda metade dos anos de 1960 desenvolveu-se a *perspectiva modernizadora*; em meados da década de 1970 registra-se a *reatualização do conservadorismo*; na abertura dos anos de 1980 encontram-se sistematizações da *intenção de ruptura* com o Serviço Social tradicional (NETTO,

²⁶ Todas as experiências que vinham influenciando os assistentes sociais brasileiros, como: as ligas camponesas, do Movimento de Educação de Base – MEB – vinculado, inicialmente, à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB – e outros movimentos de promoção da cultura popular, como os Centros Populares de Cultura – CPCs – ligados a União Nacional dos Estudantes – UNE – e o Movimento de Cultura Popular – MCP – criado pela prefeitura do Recife, foram sufocadas pelo golpe militar (ABREU, 2002).

²⁷ O “milagre econômico” consistiu-se em um processo de desenvolvimento da economia brasileira, absolutamente artificial e antinatural, baseado na extrema exploração dos trabalhadores e no arrocho salarial – que tornava a mão-de-obra barata o bastante para atrair investimentos estrangeiros – sustentado no lema: “vamos fazer o bolo crescer para depois repartí-lo”. Segundo Netto (2002, p. 40), em nota de rodapé nº 53: “na crise do ‘milagre’ entrecruzam-se uma crise cíclica – potenciada inicialmente pela conjuntura internacional – e a crise estrutural do capitalismo no Brasil; daí, também, a extensão e a profundidade do processo aberto com o colapso do ‘milagre’.”

2002). Entretanto, faz-se necessário ressaltar que apesar da divisão temporal apontada por Netto, estes momentos, muitas vezes, se articularam e se entrelaçaram num processo que buscava a renovação do Serviço Social brasileiro.

Portanto, devido ao processo sócio-histórico do Brasil, a Renovação do Serviço Social é um processo exclusivamente brasileiro cujas bases ídeo-políticas encontram-se na Reconceituação latino-americana.

Tal processo de renovação vinculou-se, em seu momento inicial, à uma perspectiva voltada para o desenvolvimento de uma modernização conservadora²⁸ e não para uma tendência que somasse esforços na luta pela defesa dos interesses da classe trabalhadora. Assim, a primeira direção da renovação pautou-se na ideologia desenvolvimentista e na doutrina de segurança nacional e do desenvolvimento – pensamentos que sustentavam a ditadura militar no país, naquele momento.

(...) ela se reporta aos seus valores e concepções mais “tradicionais”, não para superá-los ou negá-los, mas para inseri-los numa moldura teórica e metodológica menos débil, subordinando-os aos seus vieses “modernos” - donde, por outro lado, o lastro eclético de que é portadora (NETTO, 2002, p. 155).

Todo este pensamento se sustenta numa visão funcionalista da sociedade que considera o crescimento econômico um fator do desenvolvimento social. Dentro desta perspectiva o objetivo consiste em alcançar a adesão e o consentimento da população perante a hegemonia desenvolvimentista.

Desta forma, instaura-se um mecanismo capaz de mascarar a estrutura concentradora de poder e de renda na qual se sustenta a sociedade em que vivemos. Ele

²⁸ A perspectiva modernizadora constituiu a primeira expressão do processo de renovação do Serviço Social no Brasil. Emergiu no encontro de Porto Alegre, mas afirmou-se realmente como uma corrente de pensamento nos resultados dos seminários produzidos pelo CBCISS em Araxá - 19 a 26 de março de 1967 - e Teresópolis - 10 a 17 de janeiro de 1970. O Documento de Araxá e o Documento de Teresópolis possuem características e ênfases diferenciadas, mas representaram a consolidação da tentativa de adequar o Serviço Social às tendências sócio-políticas que a ditadura tornou dominantes (NETTO, 2002).

oferece aos trabalhadores um suposto acesso aos bens e serviços necessários para sua sobrevivência e, ao mesmo, tempo encobre reais possibilidades de uma participação política que poderia questionar as estruturas sociais.

Frente às demandas impostas pela modernização conservadora, o projeto profissional do Serviço Social sofreu um redimensionamento e passou a reproduzir as falácias de um transformismo inerente a este padrão de desenvolvimento. Assim, a participação, impulsionada pela prática dos assistentes sociais, inscreve-se na perspectiva de integração social – entendida como integração à ordem capitalista nacional.

Este pensamento impulsionou, dentro do Serviço Social, esforços no sentido de teorizar sobre os processos de participação vistos como possibilidade de superação do “problema da marginalização” e alcance da promoção social. Neste período os assistentes sociais assumiram atividades de planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação de programas sociais. Pois a demanda requiritava profissionais que dominassem a burocracia estatal, a administração e que utilizassem a pesquisa social e o planejamento.

A perspectiva modernizadora teve sua hegemonia posta em questão em meados da década de 1970, frente aos setores da categoria profissional que se colocavam contra a ditadura e em oposição às bases tradicionais da profissão. A expressão teórica destes setores deram origem a outras direções do processo de Renovação do Serviço Social no Brasil: a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura (NETTO: 2002).

Na segunda metade da década de 1970 surgiu um grupo de profissionais que se contrapôs aos padrões vinculados à tradição positivista e às referências do pensamento marxista, dando origem à segunda perspectiva do processo de renovação: a reatualização do conservadorismo²⁹. Esta perspectiva foi responsável por conferir ao Serviço Social um

²⁹ A perspectiva denominada reatualização do conservadorismo começou a apresentar algumas formulações nos seminários realizados no Rio de Janeiro - no Centro de Estudos do Sumaré, em 1978 e no Alto da Boa Vista, em 1984. Esta vertente revelou um elenco de traços que conferiram às concepções conservadoras do

traço microscópico em sua intervenção profissional. Pautou-se em uma visão de mundo derivada do pensamento católico tradicional, mas o resgate de tal ideário deu-se sob o verniz da modernidade. “Aí, exatamente, o seu caráter renovador em confronto com o passado: o que se opera é um reatualização dele, com um consciente esforço para fundá-lo em matrizes intelectuais mais sofisticadas” (NETTO, 2002, p. 157).

Embora tenha ficado muito distante de alcançar o mesmo êxito da perspectiva modernizadora, a reatualização do conservadorismo exerceu algumas influências sobre a categoria profissional que merecem atenção. Segundo Netto (2002, p. 203)

Uma primeira, e evidentemente decisiva, característica relevante desta perspectiva é a exigência e a valorização enérgicas da elaboração teórica. De fato, todos os seus documentos significativos insistem na necessidade de um esforço sistemático no sentido de produzir (e/ou organizar) conhecimentos para fundar as práticas profissionais. A ênfase recai na interdição do empirismo e do praticalismo, ressaltando-se como primordial o investimento na cognição.

Seus aportes fundamentais estão apoiados na compreensão de homem e mundo, orientada por uma hermenêutica da realidade pela teoria personalista do conhecimento, por uma fenomenologia existencial e por uma ética cristã. A utilização do suporte metodológico da fenomenologia emerge como uma das principais balizas diferenciadoras da contribuição desta perspectiva no processo de renovação da profissão.

Na busca por esboçar uma crítica ao tradicionalismo profissional, a perspectiva de reatualização do conservadorismo, guiada pela inspiração fenomenológica, realizou um “regresso ao que há de tradicional e consagrado na herança conservadora da profissão: a recuperação de seus ‘valores universais’ e a centralização nas dinâmicas individuais” (NETTO, 2002, p. 216).

Serviço Social uma nova roupagem (NETTO, 2002).

A tônica central da terceira direção do processo de renovação do Serviço Social brasileiro foi a intenção de ruptura com as bases tradicionais da profissão. Mas, esse processo de redimensionamento do Serviço Social, alicerçado em uma intenção de ruptura com o conservadorismo desdobrou-se em dois momentos diferenciados.

O primeiro deles ocorreu no início dos anos de 1970 e caracterizou-se por um viés mecanicista sustentado por uma visão dicotômica entre estrutura/superestrutura, Estado/sociedade.

Neste momento, algumas universidades constituíam-se em espaços de resistência frente aos ditames ditatoriais, possibilitando o desenvolvimento de experiências e práticas alternativas, comprometidas com os interesses da classe trabalhadora.

Este momento constituiu a maior, senão a única, expressão do Movimento de Reconceitualização no Brasil: a experiência de Belo Horizonte, o chamado “Método BH”.

A emergência visivelmente objetivada desta perspectiva renovadora está contida no trabalho levado a cabo, mais notadamente entre 1972 e 1975, pelo grupo de jovens profissionais que ganhou hegemonia na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, onde se formulou o depois célebre “Método Belo Horizonte” (NETTO, 2002, p. 261).

As experiências³⁰ desenvolvidas sob esta lógica procuraram se contrapor à influência da perspectiva conservadora na prática profissional, mas não conseguiram superar elementos problemáticos que acompanhavam o Serviço Social na sua relação com o marxismo. Tais práticas foram muito influenciadas por um marxismo vulgar que reproduziu nestas experiências os equívocos de um viés mecanicista voluntarista. Assim, tais equívocos foram sustentados pelo estruturalismo de Althusser e pelo marxismo vulgar

³⁰ Alguns dos principais aspectos que caracterizaram tais experiências foram: um superdimensionamento da participação popular no processo de construção do projeto profissional; um descompasso entre os avanços político-ideológicos, no que se refere à intensionalidade da prática profissional, e a efetiva análise das condições objetivas de tal prática.

que apresentam uma análise positivista e empiricista encoberta por uma fraseologia marxista. Elas acabaram por adquirir contornos de partidarização que, em muitos momentos, – seguindo a lógica que confundia testemunho cristão com prática profissional – misturou intervenção profissional com militantismo político.

O segundo momento do redimensionamento do Serviço Social pautado em uma intenção de ruptura com as bases conservadoras da prática profissional foi influenciado pelo contexto político dos anos de 1980. Esta década representou a abertura política que culminou no chamado período de transição democrática. A redemocratização envolveu vários segmentos organizados da sociedade, incorporando diversas reivindicações dos trabalhadores e culminou na aprovação da nova Constituição Federal de 1988.

A perspectiva de intenção de ruptura com as bases tradicionais da profissão consolidou-se em meio à categoria profissional no início da década de 1980, trazendo como substrato nuclear uma crítica sistematizada ao seu desempenho conservador e aos seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos. “Com efeito, ela manifesta a pretensão de romper quer com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador (a tradição positivista), quer com os seus paradigmas de intervenção social (o reformismo conservador)” (NETTO, 2002, p. 159).

Uma forte expressão de publicização e espraimento de todo este processo construído por setores da categoria profissional foi o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais realizado em 1979, em São Paulo, que ficou conhecido como “Congresso da Virada”.

O projeto de ruptura com o conservadorismo no Serviço Social se instalou em meio aos debates da categoria e vem dando o tom da produção intelectual da profissão. Procurando repensar o Serviço Social sob a perspectiva histórico-crítica, vem buscando fundamentação na tradição marxista – especialmente nos pensamentos de Gramsci,

Lukács, Engels e do próprio Marx. Ele tem garantido a hegemonia de um projeto ético-político profissional que indica à categoria uma prática vinculada a um projeto social radicalmente democrático, compromissado com os interesses da classe trabalhadora.

Um marco central desta ruptura foi a produção teórica de Marilda Villela Iamamoto e Raul de Carvalho – *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica* – publicada em 1982.

Neste livro Iamamoto procura compreender o significado social do exercício profissional em suas conexões com a produção e a reprodução das relações sociais na formação social vigente na sociedade brasileira. A sua perspectiva de análise enfoca o Serviço Social como profissão referenciada ao contexto de aprofundamento do capitalismo no país e supõe que a apreensão do significado histórico da profissão só é desvendada em sua inserção na sociedade, pois ela se afirma como instituição peculiar na e a partir da divisão social do trabalho.

De acordo com Netto (2002, p. 292 e 293)

(...) é importante realçar um elemento axial, que a singulariza dentre as elaborações construídas no marco do Serviço Social: a justa compreensão que Iamamoto tem da postura teórico-metodológica marxiana. Provavelmente auxiliada pelo fato de enfrentar as fontes “clássicas”, só adjetivamente recorrendo a intérpretes, ela consegue superar os vieses mais generalizados na tradição marxista e comprometer-se com a perspectiva ontológica original de Marx.

Esta é a razão da riqueza e fecundidade da obra de Iamamoto: a interpretação do Serviço Social a partir da sua inserção na dinâmica capitalista, à luz de uma inspiração teórico-metodológica legitimamente marxiana. Ela consiste no primeiro trabalho que trata, com rigor, o Serviço Social, no interior da reflexão brasileira, enquanto atividade apreendida na perspectiva teórico-metodológica crítico-dialética, a partir de um trabalho

sistemático sobre a obra marxiana.

Os resultados dessa apreensão interferiram profundamente nos rumos do debate profissional, qualificando teórica e politicamente esta profissão. Foi a partir da elaboração de Yamamoto que a vertente intenção de ruptura se consolidou no plano teórico-crítico dentro do quadro nacional do Serviço Social.

Desta forma, o processo de Renovação, especialmente através da intenção de ruptura, pôde dar materialidade não apenas a críticas direcionadas ao tradicionalismo no Serviço Social, como também a críticas voltadas ao próprio Movimento de Reconceitualização, reparando seus equívocos e mantendo vivas as suas inquietações. Este processo de ruptura com o conservadorismo desenvolveu-se, no âmbito do debate profissional, ao longo das décadas de 1980 e 1990.

Na construção deste novo projeto profissional as problemáticas sociais são atribuídas ao capitalismo, rejeitando-se a compreensão das disfunções individuais que precisem de tratamento social. Esse processo expressou a sintonia que se deu entre os princípios e diretrizes deste projeto com tendências significativas de movimentos sociais que se desenvolveram na conjuntura brasileira. Deste modo, tais princípios e diretrizes não significam a vontade de alguns poucos assistentes sociais de vanguarda, mas sim as demandas e aspirações do conjunto dos trabalhadores assalariados que vivenciam a realidade de nosso país.

Numa palavra: este projeto profissional vinculou-se a um projeto societário que, antagônico ao das classes proprietárias e exploradoras, tem raízes efetivas na vida social. Neste sentido, a construção deste projeto profissional acompanhou a curva ascendente do movimento democrático e popular que, progressista e positivamente, tensionou a sociedade brasileira entre a derrota da ditadura e a promulgação da Constituição de 1988 (...) – um movimento democrático e popular que, inclusive apresentando-se como alternativa nacional de governo nas eleições presidenciais de

1989, forçou uma rápida redefinição do projeto democrático das classes proprietárias (NETTO, 1999a, p. 18).

Sintonizado ao movimento das classes sociais em meio à dinâmica que se processava, no Brasil, na passagem da década de 1980 para 1990, aliado aos interesses da classe trabalhadora, o processo de constituição do projeto ético-político profissional expressou o indiscutível amadurecimento do debate em torno da dimensão ídeo-política do Serviço Social³¹.

Desta forma, foram as conquistas da década de 1980 que permitiram a categoria profissional avançar, na década de 1990, na construção de um projeto ético-político profissional crítico. Este projeto conquistou e consolidou sua hegemonia junto à parcelas significativas da categoria profissional, mas isto não significa que ele seja o único projeto existente no corpo profissional. Sua proposta de ruptura com o conservadorismo na profissão não significa que tenham se extinguido as tendências e perspectivas profissionais conservadoras ou neoconservadoras. No interior de uma categoria profissional é comum que existam vários projetos profissionais concorrendo em busca de hegemonia.

O projeto ético-político que consolidou sua hegemonia nos anos de 1990 deparou-se com os desafios colocados pelo antagônico projeto societário – pautado na ofensiva neoliberal – que tornou-se hegemônico em nosso país na mesma década.

Assim, a cruzada antidemocrática do grande capital, expressa na cultura do neoliberalismo – cruzada entre nós capitaneada por setores político-partidários autointitulados social-democratas e, mais recentemente, por setores que outrora se reivindicaram de esquerda –, é uma ameaça real à implementação do projeto profissional do Serviço Social. Do ponto de vista neoliberal, defender e implementar este projeto ético-político é sinal de “atraso”, de “andar na contra-mão da história” (NETTO, 1999a, p. 19).

³¹ Este debate será apresentado no capítulo seguinte.

Este contexto torna-se absolutamente propício para que, no cenário sócio-político da categoria profissional, ressurgam tendências conservadoras ou neoconservadoras que encontravam-se em refluxo desde a década de 1980.

É neste sentido que vimos percebendo, nos últimos anos, um acúmulo crescente de críticas em relação à direção social da profissão. Estas críticas frequentemente referem-se à suposta ortodoxia desta direção ou às pretensas lacunas deixadas por ela no campo da prática profissional.

Do ponto de vista dos parâmetros teóricos, o que é saliente, no Serviço Social no Brasil, na entrada dos anos noventa, é o fato de se registrar a emergência da crítica formal às correntes marxistas no campo profissional. Dada a relevância destas nos desenvolvimentos da década passada, a crítica, todavia, não se apresenta antimarxista; antes, ela se realiza sob duas formas principais, aliás complementares: 1) uma crítica à ortodoxia (que, para os críticos, é sinônimo de dogmatismo) dos marxistas brasileiros no Serviço Social; 2) uma crítica às lacunas (e não aos equívocos) existentes nos seus trabalhos. No primeiro caso, a crítica se dirige no sentido de “ampliar”, “abrir”, “flexibilizar” a perspectiva teórica, incorporando os autores que sejam do gosto do crítico (Harbermas para uns, Foucault para a maioria) e as tendências mais prestigiadas e mais *up to date* nos círculos acadêmicos e na indústria cultural (os pós-modernos). No segundo, constatando-se que a elaboração dos anos oitenta não lavrou sobre um amplo rol de objetos (questões de gênero, de cultura, de minorias etc.), insinua-se que isso se deve a uma espécie de inépcia imanente às correntes marxistas para enfrentá-los (NETTO, 1996, p. 114).

Na realidade, perspectivas conservadoras nunca se desarticularam por completo no interior da categoria profissional. O que ocorre é que com a conquista da hegemonia marxista, no âmbito da produção intelectual e dos órgãos de organização da categoria do Serviço Social, outras tendências contrárias a este pensamento mantiveram-se mais reclusas por algum tempo. Entretanto, em meio às mudanças sociais ditadas pela contra-reforma que se gestaram nos últimos anos, elas se rearticularam e ganharam força e expressividade junto ao corpo profissional.

Estas tendências se complexificam ainda mais frente à atual conjuntura onde o conservadorismo tem caminhado de mãos dadas com as proposições pós-modernas. As críticas pós-modernas vêm desqualificar todos os suportes da direção social que se construiu no Serviço Social contra o conservadorismo. “A recusa pós-moderna da metanarrativa, da macroteoria, da categoria totalidade etc., vem ao encontro do conservadorismo profissional, que privilegia o microssocial, no máximo as ‘teorias de médio alcance’” (NETTO, 1996, p. 118). Esta lógica do fragmento vem se refletindo no Serviço Social através de uma busca por atualização teórico-instrumental focada aos campos de atuação profissional, tratada de maneira isolada.

Mas o conservadorismo contido nas proposições pós-modernas não se restringe ao campo da prática profissional, onde é nítida a dificuldade de penetração da vertente crítico-dialética. Esta ofensiva neoconservadora pós-moderna possui fortes influências acadêmicas, principalmente, no âmbito das ciências sociais. E o argumento mais frequentemente utilizado diz respeito à responsabilização do referencial marxista pela “dicotomia entre teoria e prática”, uma vez que respalda uma formação profissional generalista e, portanto, não daria conta de preocupações microssociais porque não prevê microintervensões. Assim

(...) o conservadorismo agora tem como pré-requisito para se fortalecer a descredibilização da vertente crítico-dialética e o faz, do ponto de vista teórico, incorporando as críticas pós-modernas ao marxismo; e do ponto de vista ideopolítico, investindo na deslegitimação do projeto-ético-político-profissional (SANTOS, 2007b, p. 111).

Partindo destes elementos, Netto (1996) realizou uma prospecção a respeito das concepções profissionais a se desenvolverem no Serviço Social. Este panorama apontado pelo autor já se confirma em meio à categoria profissional através de: uma vertente de

cariz tecnocrático – herdeira da perspectiva modernizadora – mas renovada pelo ideário neoliberal e sustenta no discurso das “parcerias” onde o Estado se retira do campo das responsabilidades sociais em nome do combate à crise do *Welfare State*; um *conservadorismo tradicional* – herdeiro da reatualização do conservadorismo – com aportes teóricos vindos da fenomenologia; uma *vertente neoconservadora* inspirada no pensamento pós-moderno que indica a necessidade de uma revisão nas conquistas anticonservadoras dos anos oitenta; um florescimento de *vertentes aparentemente radiciais* sustentadas em um anticapitalismo ingênuo de bases cristãs que termina por desqualificar a teorização sistemática e a pesquisa rigorosa; uma luta cotidiana para manter a continuidade da *intenção de ruptura* alimentando-se na tradição marxista.

Diante deste quadro, não podemos nos esquecer que “uma profissão é sempre um campo de lutas, em que os diferentes segmentos da categoria, expressando a diferenciação ídeo-política existente na sociedade, procuram elaborar uma direção social estratégica para a sua profissão” (NETTO, 1996, p. 16).

Portanto, um dilema se apresenta à categoria profissional compromissada com o projeto ético-político hegemônico no Serviço Social: como pensar a realização dos seus valores e princípios na sociedade presente?

O caminho é a luta pela concretização dos valores impressos no projeto profissional do Serviço Social sintonizado ao projeto societário da classe trabalhadora na busca pela transformação social.

Neste momento, faz-se necessário destacar que não se pode confundir projeto societário e projeto profissional.

Segundo Netto (1999a), os projetos societários são aqueles que apresentam uma determinada imagem da sociedade a ser construída. São projeções que se justificam através de valores e necessitam de meios materiais e culturais para serem concretizadas. Estes

projetos são coletivos e macroscópicos, pois apresentam propostas a serem implementadas pelo conjunto da sociedade.

Os projetos profissionais, ao contrário, não possuem esta amplitude porque não apresentam propostas para todo o conjunto da sociedade, mas para uma determinada categoria profissional – um segmento desta sociedade. Nenhum projeto profissional possui a capacidade de transformar a sociedade. Esta é uma tarefa maior que qualquer categoria profissional, é uma tarefa da classe trabalhadora. É, portanto uma tarefa pertencente ao projeto societário da classe trabalhadora – que pode ter como aliado vários outros projetos coletivos, incluindo os profissionais, como o do Serviço Social, mas não pode ser substituído por eles.

No tempo presente, o projeto profissional defendido pelo Serviço Social aponta para uma prática profissional crítica aliada aos reais interesses dos trabalhadores na busca pela construção de um novo modelo de sociedade, ou seja, pela transformação social³². Deste modo,

Nosso projeto profissional está nitidamente vinculado a um projeto de transformação da ordem social, sem se confundir e/ou se diluir nele. Seus acepções e valores o vinculam a projeções sócio-históricas que vislumbram a ruptura com a ordem social vigente. A partir daí, seu desenvolvimento se dá em sintonia com os movimentos que pretendem mudanças sociais na sociedade com vistas a transformá-la (REIS, 2004, p. 57).

No entanto, até hoje, muitos profissionais, que encontram-se no mercado de trabalho, atuam sem conseguir elaborar respostas capazes de realizar concretamente uma

³² A transformação social a que o autor se refere é diferente das mudanças sociais mencionadas no primeiro capítulo desta dissertação. A passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, assim como as mutações contemporâneas, onde se inscreve a ofensiva neoliberal são processos de mudanças sociais. Como exemplos de transformação social podemos citar a passagem da Rússia czarista para a República Soviética, em 1917 e a subversão operada na sociedade cubana a partir de 1961, entre outros. A transformação social é mais que uma mudança social porque é mais que um processo de modernização. “É a sinalização de um movimento no sentido da supressão dos fundamentos da ordem burguesa, no sentido da transição socialista” (NETTO, 2001, p. 24).

prática que caminhe na direção apontada por este projeto (VASCONCELOS, 2002).

Esta dificuldade em efetivar, no processo de intervenção profissional, os princípios preconizados pelo projeto ético-político hegemônico no Serviço Social não pode ser atribuída única e exclusivamente ao profissional. Afinal, “as possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais” (IAMAMOTO, 2001b, p. 21). A atuação profissional do assistente social é perpassada, a todo o momento, pelas inúmeras condições impostas pelo contexto social, político e institucional no qual o profissional se encontra.

Estas condições podem provocar um descompasso entre as intenções expressas no discurso e os efeitos sociais objetivos da prática profissional do assistente social. Portanto, a intervenção profissional do assistente social, bem como a dimensão ídeopolítica contida nesta prática, não podem ser compreendidas sem a apreensão da realidade sócio-histórica da qual o Serviço Social é parte e expressão.

Sintonizar o Serviço Social com a atual conformação do capitalismo contemporâneo e com os desafios que esta conjuntura impõe à profissão é condição essencial para compreensão dos limites e das possibilidades da intervenção profissional do assistente social. Estas questões serão tratadas a seguir.

1.3. Desafios sócio-históricos do capitalismo contemporâneo

A história recente do capitalismo tem nos apresentado mudanças sociais de grande porte, responsáveis por significativas alterações na configuração societária de vários países, especialmente os da América Latina.

No Brasil, a conjuntura que começou a ser gestada, logo após a promulgação da Constituição de 1988, é completamente adversa aos princípios que nela foram garantidos.

A década de 1990 fez o país mergulhar profundamente na proposta internacional do neoliberalismo³³.

O neoliberalismo constituiu-se em uma estratégia para retomar o aumento da acumulação de capital depois da crise do *Welfare State*, através da proposta de ajustes estruturais nos Estado nacionais.

Em fins da década de 1960 e início dos anos de 1970, o padrão de acumulação fordista e o regime de regulação keynesiano começaram a apresentar sinais de um quadro crítico. A crise do *Welfare State*, em seu significado mais profundo, representou uma crise estrutural do capital. Significou a expressão da curva decrescente da eficácia econômico-social da ordem capitalista. Demonstrou que o arranjo sócio-político do *Welfare State* tornou-se incompatível com o desenvolvimento do capital, tornando-se um limite à sua própria lógica de acumulação.

Segundo Antunes (2002, p. 31), representou “a manifestação (...) tanto do sentido destrutivo da lógica do capital, presente na intensificação da lei de tendência decrescente do valor de uso das mercadorias, quanto da incontrolabilidade do sistema de metabolismo social do capital”.

Assim, a crise do *Welfare State* constituiu-se em parte de uma dinâmica de crises inerentes ao movimento do capital. E, como toda crise, demanda respostas, ou seja, aponta a necessidade de um redimensionamento de suas bases estruturais para que se perpetue o processo de acumulação.

Este processo de reestruturação do capital visou a recuperação do seu ciclo

³³ O ideário neoliberal surgiu, pela primeira vez, como uma doutrina, através de texto de Fredrich Hayek: “O Caminho da Servidão”, publicado em 1944, defendendo um pensamento contra-hegemônico em oposição ao *Welfare State*. Na década de 1970, quando o Estado de bem-estar entrou em crise, ele se apresentou como solução ao desenvolvimento capitalista, sendo implantado como programática ídeo-política e teórica a partir de 1973. Conjuga elementos do liberalismo clássico e realização de políticas sociais – pautadas numa lógica focalista, privatista e descentralizada. Foi implementado na Inglaterra, em 1979, nos Estados Unidos, em 1980 e o Consenso de Washington – realizado em 1989 – determinou que fosse implantado em todos os países capitalistas para reverter a crise do capital.

reprodutivo e a reposição de seu projeto de dominação societal. As mutações se deram através das formas de acumulação flexível e gestão organizacional, do avanço tecnológico e do modelo toyotista³⁴ em substituição do binômio taylorista/fordista. São características deste processo: uma hipertrofia das atividades de natureza financeira, seja pela superacumulação ou pela especulação desenfreada; uma extraordinária mobilidade espaço-temporal devido ao avanço das tecnologias de comunicação; a produção segmentada, horizontalizada e descentralizada através das “fábricas difusas”, desterritorializadas por pólos produtivos supranacionais, passíveis de intensa mobilidade.

Sob estas circunstâncias, o auge das proposições neoliberais impulsionou o fenômeno chamado de “revanche do mercado”³⁵, pois o regime de acumulação flexível demandou um correspondente modo de regulação. A crise forneceu o combustível necessário para colocar em xeque as funções estatais como indutoras de crescimento econômico e promotoras de políticas sociais.

Porque é precisamente neste arco que está concentrada a essência do arsenal do neoliberalismo: uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável e uma proposição política que repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma para a democracia (NETTO, 1995, p. 77).

Assim, o Estado keynesiano constituiu-se no maior alvo de ataque da ofensiva neoliberal. O ideário neoliberal resgatou o mercado como instância mediadora central da sociedade, o garantidor da liberdade econômica que funda a liberdade civil e política. Na ótica neoliberal, sem mercado livre não há nenhuma forma de liberdade. Ele determinou o

³⁴ Forma de produção flexibilizada, horizontalizada, que introduz a utilização da informática e da tecnologia avançada, gerando grande precarização do trabalho. Busca a adesão por parte dos trabalhadores no interior da empresa e leva a uma alienação mais eficiente do que a propiciada pelo fordismo, através da profunda interiorização do ideário capitalista, avançando no processo de expropriação do trabalho (ANTUNES, 2002).

³⁵ Um fenômeno que coloca o mercado, novamente, no centro da política econômica – seguindo os padrões liberais – em combate ao modelo keynesiano que mantinha o Estado como agente central de uma economia baseada no controle dos mercados.

espaço legítimo do Estado que passou a limitar-se a duas funções: prover ao mercado a estrutura que ele necessita para se desenvolver plenamente e oferecer serviços que ele não pode ofertar.

As corporações transnacionais, o grande capital, implementam a erosão das regulações estatais visando claramente à liquidação de direitos sociais, ao assalto ao patrimônio e ao fundo público, com a “desregulação” sendo apresentada como “modernização” que valoriza a “sociedade civil”, liberando-a da tutela do “Estado protetor” (NETTO, 1996, p. 100).

Os sistemas de previdência e assistência social foram culpabilizados por exercerem “efeitos malignos” sobre a estrutura da sociedade, como: a redução do incentivo para o trabalho; a diminuição da acumulação capitalista e a limitação da liberdade individual. Assim, a mudança mais imediata que se configurou no âmbito estatal foi a diminuição da ação reguladora do Estado, em especial o encolhimento das funções que o legitimaram no período do *Welfare State*. O Estado retirou-se das coberturas sociais públicas e executou cortes nos direitos sociais. Segundo os neoliberais, a estratégia capitalista de “redução do Estado”, num processo de “ajuste” visava à diminuição do ônus do capital no esquema geral de reprodução da força de trabalho.

No entanto, apesar da configuração teoricamente mínima que o Estado ganhou no neoliberalismo, na prática, suas responsabilidades não se realizaram tão mínimas assim. O capitalismo neoliberal não pretende reduzir a intervenção do Estado, mas encontrar as condições favoráveis para direcioná-la segundo seus interesses particulares.

(...) nenhum grande burguês (e/ou seus executivos mais responsáveis) tem a menor ilusão acerca do abstencionismo estatal ou do mercado “livre”; nenhum deles imagina que a crise é uma invenção marxista; nenhum deles pretende erradicar mecanismos reguladores da economia. O que desejam e pretendem, em face da crise contemporânea da ordem do capital, é erradicar mecanismos

reguladores que contenham qualquer componente democrático de controle do movimento do capital (NETTO, 1995, p. 81).

Por isso, a mesma burguesia monopolista foi a que patrocinou a ofensiva neoliberal. Ela tem absoluta clareza da funcionalidade destes princípios num momento de crise do capital. Ela sabe que a “proposta do ‘Estado mínimo’ pode viabilizar o que foi bloqueado pelo desenvolvimento da democracia política – o Estado máximo para o capital” (NETTO, 1995, p. 81).

Deste modo, o neoliberalismo passou a ditar o programa que deveria ser implementado nos países capitalistas centrais e logo depois nos países subordinados contemplando: reestruturação produtiva; privatização acelerada; enxugamento do Estado; políticas fiscal e monetária sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital, como FMI e Bird; desmontagem dos direitos sociais dos trabalhadores; combate ao sindicalismo de esquerda; propagação de um subjetivismo e de um individualismo exacerbados; entre outros.

O *Consenso de Washington* em 1989 estabelece um conjunto de medidas para implantação no projeto neoliberal no continente latino-americano, sob a determinação do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), do Banco Mundial e do Governo norte-americano. Embora as experiências do Chile (1973) e da Bolívia (1983) tenham sido realizadas anteriormente, é no *Consenso* que a programática é garantida sob o controle de grande capital. Na América Latina, o neoliberalismo segue à risca as determinações macroeconômicas de subordinação ao capital internacional, acrescida de medidas, como, por exemplo, a de liberalização comercial, que facilita a dependência necessária dos países periféricos ao imperialismo (ABRAMIDES, 2006, p. 228).

Toda esta conjuntura, somada ao desmoronamento do Leste Europeu que propagou a falsa idéia do “fim do socialismo”, gerou fortes rebatimentos no conjunto dos trabalhadores, na sua forma de ser e de se organizar que se expressaram claramente no

refluxo do movimento operário e sindical. O fim do chamado “bloco socialista” permitiu que os países centrais atacassem brutalmente os direitos e as conquistas sociais dos trabalhadores respaldados no “término”, segundo o capital, do perigo socialista.

As mutações ocorridas no processo de produção diminuíram consideravelmente o operariado fabril, concentrado, típico do fordismo e aumentaram as inúmeras formas de precarização do trabalho – trabalho parcial, temporário, subcontratado, terceirizado etc.

Observou-se, também, um grande aumento do trabalho feminino a salários mais baixos. Expandiram-se os assalariados médios, especialmente, no setor de serviços. Inúmeros trabalhadores jovens e considerados “velhos” têm sido excluídos do mercado de trabalho, gerando o fenômeno do desemprego em massa que se alastrou por todo o mundo.

Todas estas questões refletem uma heterogeneização e, conseqüente, fragmentação da classe trabalhadora³⁶. Estas mutações atingiram fortemente não só a sua materialidade, mas também o universo da consciência, da subjetividade dos trabalhadores e das suas formas de representação.

Assim, todas as mudanças concretizadas a partir da “flexibilização” do capitalismo penalizaram duramente a grande maioria da sociedade – o conjunto dos trabalhadores – e não resolveram nenhum dos problemas fundamentais postos pela própria ordem do capital.

Mais ainda: diante da magnitude hoje atingida por estes problemas – e expressa em três dados: o crescente alargamento da distância entre o mundo rico e o pobre (...); a ascensão do racismo e da xenofobia; e a crise ecológica do globo, que nos afetará a todos (...) –, todas as indicações sugerem que o capitalismo flexibilizado oferecerá respostas predominantemente regressivas, operando na direção de um novo barbarismo, de que as atuais formas de

³⁶ Uma classe trabalhadora fragmentada reflete um sindicalismo fragmentado e vice-versa. A diminuição dos trabalhadores formais, conseqüentemente diminui o número de sindicalizados. A grande maioria dos trabalhadores precarizados não se identifica mais com as lutas sindicais porque não se percebem como parte daquele determinado segmento de trabalhadores. Da mesma forma, hoje, muitos sindicatos já não defendem mais os reais interesses dos trabalhadores.

apartheid social são premonitórias (NETTO, 1996, p. 102).

Todo este drástico cenário, sucintamente apresentado, complexifica-se ainda mais frente aos ecos na pós-modernidade que ecoam em nossa sociedade como a expressão cultural de todas estas mudanças em curso.

A perspectiva teórica estimulada pelo pensamento e programática neoliberal sustenta-se pela concepção da pós-modernidade, como novo tipo de dominação ideológica na esfera da cultura. Essa ideologia invade o conhecimento, as universidades pela negação das teorias estruturantes macro-históricas, e a teoria social de Marx é negada sob alegação da crise de paradigmas (ABRAMIDES, 2006, p. 218).

O pensamento pós-moderno refuta qualquer possibilidade de conhecimento totalizante porque defende a singularidade e especificidade dos fenômenos sociais como expressões isoladas e fragmentadas, sem inter-relação entre si. As teorias pós-modernas não se debruçam sobre o processo de constituição do real; não estão interessadas na apreensão do movimento efetivo do objeto, e sim no modo como esse objeto é assimilado pelas consciências – o centro da questão passa a ser as formas simbólicas de como o real é percebido por cada um dos indivíduos.

A pós-modernidade nega a existência das estruturas e das conexões estruturais, refutando, assim, qualquer análise causal sobre a sociedade. E, se não existem causas determinantes por trás dos fenômenos de opressão na sociedade capitalista, não existe um único poder opressor concentrado, mas diversos poderes pulverizados e dissolvidos em meio aos vários espaços sociais. Portanto, torna-se algo absolutamente inviável tentar chegar à origem dos muitos poderes que nos oprimem e aspirar algum tipo de oposição unificada ao modelo hegemônico de sociedade.

Neste sentido, a pós-modernidade propõe o abandono da determinação classista e

do sujeito revolucionário em detrimento das identidades culturais e da pluralidade. Para os pós-modernos é impossível pensar a sociedade atual a partir de, somente, duas únicas classes principais. Existe uma infinidade de identidades sociais, definidas pela raça, pela etnia, pelo gênero, pela orientação sexual, pela idade, pela moda, pelo gosto musical, pela religião etc. A identidade de classe apresenta-se apenas como mais uma em meio a tantas outras, hoje, disponíveis no “mercado das identidades”³⁷.

Desta forma, no pensamento pós-moderno os conceitos de revolução e de transformação social são abandonados e substituídos pela idéia da micropolítica, do poder microfísico. Os interesses universais e classistas são substituídos por objetivos grupais específicos e localistas.

Romperam-se velhas solidariedades – o que significa especialmente as solidariedades de classe – e proliferaram movimentos sociais baseados em outras identidades e contra outras opressões, movimentos relacionados à raça, ao gênero, à etnicidade, à sexualidade etc. (WOOD, 2003, p. 220).

O pensamento pós-moderno revela-se, portanto, como a mais recente estratégia capitalista de difusão da ideologia dominante e manutenção da ordem hegemônica. Através dele opera-se uma incessante desqualificação da esfera pública universalizadora, sob a justificativa do individualismo travestido em “direito à diferença”. “Nessa cultura, parece vigorar a máxima segundo a qual ‘não há sociedade, só indivíduos’³⁸” (NETTO, 1996, p. 98). Deste modo, percebemos que

(...) a retórica pós-moderna não é uma intencional mistificação

³⁷ O conceito de identidade “(...) afirma ter a virtude de, ao contrário das noções ‘reducionistas’ ou ‘essencialistas’ como classe, ter a capacidade de – igualmente e sem preconceito ou privilégio – abranger tudo, desde gênero a classe, de etnia até raça ou preferência sexual. A ‘política da identidade’ afirma então ser mais afinada em sua sensibilidade com a complexidade da experiência humana e mais inclusiva no alcance emancipatório do que a velha política do socialismo” (WOOD, 2003, p. 220 e 221).

³⁸ Frase de Margaret Thatcher, segundo NETTO, 1996: 98 – nota de rodapé nº 23.

elaborada por moedeiros falsos da academia e publicitada pela mídia a serviço do grande capital. Antes, ela é um sintoma das transformações em curso na sociedade tardo-burguesa, tomadas na sua epidérmica imediatividade (...) (NETTO, 1996, p. 98).

Todo o processo de desenvolvimento do sistema capitalista – seus modelos de acumulação, regimes de regulação e concepções ideológicas – afeta diretamente a dinâmica e a organização das estruturas sociais e nacionais.

No Brasil, na década de 1990, os setores dominantes, mais uma vez saíram na frente, conseguindo eleger governantes consoantes com o projeto político neoliberal. Neste contexto, o receituário de ajuste estrutural seguiu o pressuposto do ideário neoliberal, passando a ser implantado pelo governo Collor.

Assim, o ordenamento constitucional de 1988 – manifestação da anterior densidade das aspirações democráticas – viu-se logo colocado na contracorrente: já desde o capítulo aventureiro (...) de Collor de Melo, a Constituição de 1988 tornou-se o alvo do grande capital (NETTO, 1996, p. 104).

A conjuntura de implementação dos ditames neoliberais impostos pelo processo de reestruturação do capital foi herdada dos países centrais, mas desenvolveu, no Brasil, características próprias devido à sua condição periférica e ao seu nível de desenvolvimento e articulação dentro das relações capitalistas. Desta forma “as transformações societárias (...) processaram-se no Brasil mediadas pela inserção subalterna do país no sistema capitalista mundial (...) e pelas particularidades da sua formação econômico-social” (NETTO, 1996, p. 103).

Não havia, em nosso país, um *Welfare State* a ser destruído. A efetividade dos direitos sociais era residual e não existiam excessos de gastos públicos nas áreas sociais que pudessem ser enxugados. Por isso, aqui, o projeto da hegemonia burguesa precisou mascarar-se com a retórica da “solidariedade”, da “justiça” e da “competência” que

procurou camuflar as reais proposições de rentabilidade, individualismo e desresponsabilidade social.

Em seguida, o governo Itamar administrou a hiperinflação a conta-gotas para produzir o terreno fértil no qual se jogou a semente neoliberal.

Em 1993, o país vivenciou enormes cortes orçamentários que incidiram diretamente sobre a educação, a saúde e o desenvolvimento regional. O modelo da reforma fiscal, proposta pelo Fundo Monetário Internacional – FMI –, limitava os investimentos nas áreas sociais, contribuindo para a polarização social e o empobrecimento de amplos setores da população.

O novo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso – FHC –, assumiu o governo em 1995 baseando sua administração no plano de estabilização econômica – Plano Real. Por trás do discurso de minimização do Estado, adotou a estratégia de manter um Estado forte, capaz de garantir um marco legal adequado para que se criassem as condições próprias à expansão do mercado.

FHC acreditava que seria impossível atribuir um papel nacional para o empresariado brasileiro; que o Estado seria incapaz de abrir novos horizontes de expansão para o capital privado, articulando interesses dos investidores externos e dos capitais nacionais; e incorporava em suas análises, a necessidade de uma economia global. A vinculação entre o ideário da globalização e o desenvolvimento dependente e associado, articulado às visões de FHC nos anos 1990, inaugurou a chamada “novíssima dependência” (PAULA, 2007).

Os setores dominantes, vitoriosos nessa etapa, reelegeram FHC e seu projeto para assegurar a crescente valorização do grande capital. Assim, o Brasil ratificou a inviabilização do projeto social contido no texto constitucional e a continuidade do projeto da classe dominante.

Como a meta do governo não era o social e, sim, a estabilidade da moeda, e como se tratava de reduzir o investimento do Estado nesta área para reduzir o déficit público, as políticas sociais não fizeram senão sofrer sucessivos cortes (...) (LESBAUPIN, 1999, p. 08).

O Estado neoliberal procura gerenciar as políticas sociais utilizando critérios de seletividade, atendendo apenas aqueles que se encontram realmente em estado de miséria, impossibilitados de produzir. É o Estado mínimo para o social e máximo para o capital. O que deveria ser a universalização dos direitos passa a ser o paternalismo aos miseráveis. O Estado, dessa forma, vai representar e subsidiar o interesse do capital, deixando a este os setores rentáveis. Toma para si a responsabilidade com os improdutivos e os que não podem pagar pelos serviços do mercado. O Estado vai garantir a reprodução da força de trabalho e proporcionar a infra-estrutura necessária para a acumulação do capital, fazendo com que a sociedade pague o ônus das políticas sociais, através de impostos e contribuições diversas.

Daí que sua marca evidente seja a segmentação dos usuários, determinando igualmente a qualidade das prestações: para os que mais contribuem, prestações qualificadas; para os que menos contribuem, prestações desqualificadas – ou, como já se observou, para pobre, uma política social pobre (NETTO, 1999b, p. 87).

Estas condições aprofundaram a tendência de redução dos atendimentos estatais e do deslocamento de atribuições e responsabilidades do setor público para o privado via filantropização e mercantilização, intensificadas a partir da institucionalização do chamado terceiro setor³⁹.

³⁹ “Termo que representa uma denominação equivocada para designar um fenômeno real. Bem diferente do que representa o conceito de ‘sociedade civil’ o termo ‘terceiro setor’ encobre o fenômeno das ações que expressam funções a partir de valores. Ou seja, as ações desenvolvidas por organizações da sociedade civil que assumem as funções de resposta às demandas sociais (antes responsabilidade fundamental do Estado), a

A afirmação da hegemonia neoliberal no Brasil, com a redução dos direitos sociais e trabalhistas, o desemprego estrutural e todo o sucateamento dos serviços públicos, transformando as políticas públicas, cada vez mais, em ações focalizadas e compensatórias, adquire uma tendência a debilitar os espaços de representação coletiva e controle social sobre o Estado.

Frente a este quadro dramático, estabelecido pelo capitalismo, em tempos de neoliberalismo e acumulação flexível, o Serviço Social sofre as consequências das mudanças societárias operadas pelo sistema em diversas esferas.

Primeiramente, em sua condição de trabalhador assalariado, o assistente social sofre, como qualquer outro trabalhador, com as precárias condições que vêm se estabelecendo no mercado de trabalho – trabalho temporário, subcontratado, parcializado, terceirizado, entre outros. Prova disso é o aumento significativo de assistentes sociais que ingressam no mercado de trabalho por meio de contratos temporários de prestação de serviço ou por meio de empresas terceirizadas e não através do vínculo empregatício formal. Estes profissionais sujeitam-se a condições de trabalho amplamente desfavoráveis e, não tendo acesso aos direitos trabalhistas, muitas vezes são levados a dobrar ou triplicar sua jornada de trabalho para complementar a renda mensal. A precarização vem ocorrendo

(...) sobretudo em relação às oportunidades de trabalho nos municípios, no bojo dos processos de interiorização (municipalização), mediante, principalmente, o predomínio de contratações por meio de esquemas clientelistas (indicações e convites), sob forma de prestação de serviços (as chamadas assessorias e consultorias) sem registro em carteira profissional (CTPS), sem garantias trabalhistas e com baixa remuneração (...) (ABREU, 2004, p. 62 63).

partir dos valores de solidariedade local, auto-ajuda e ajuda mútua (substituindo os valores de solidariedade social e universalidade e direito dos serviços)” (MONTAÑO, 2005, p. 184).

Os índices de desemprego, por vezes, têm sido mascarados pelo apelo ao voluntariado que leva amplos contingentes de jovens profissionais a atuarem na ação social configurando verdadeiros “exércitos assistenciais de reserva”.

A polivalência, a terceirização, a subcontratação, a queda de padrão salarial, a ampliação de contratos de trabalho temporários, o desemprego são dimensões constitutivas da própria feição atual do Serviço Social e não uma realidade alheia e externa, que afeta “os outros” (IAMAMOTO, 2001b, p. 49).

O próprio mercado profissional de trabalho sofre os impactos diretos dessas mudanças societárias que provocam alterações nas relações estabelecidas entre Estado e sociedade. A retração do Estado frente às suas responsabilidades sociais manifesta-se na drástica redução de verbas orçamentárias e no deterioramento da prestação de serviços sociais públicos que acarretam a redução de postos de trabalho e a não realização de concursos públicos. Isto ocorre paralelo à transferência, para a sociedade civil, de parte das iniciativas do atendimento prestado a parcelas da população que sofrem com as sequelas da questão social, num movimento onde o Estado repassa as obrigações e não os recursos.

Impulsionada pelo amplo processo de privatização dos serviços públicos surge a refilantropização social – uma filantropia do grande capital – absolutamente integrada ao desenvolvimento das forças produtivas. E a emergência das organizações não-governamentais passa a configurar uma nova fatia do mercado de trabalho. Todo esse processo vem repercutindo no mercado de trabalho do assistente social de diferentes maneiras.

Possibilidades novas de trabalho se apresentam e necessitam ser apropriadas, decifradas e desenvolvidas; se os assistentes sociais não o fizerem, outros farão, absorvendo progressivamente espaços ocupacionais até então a eles reservados (IAMAMOTO, 2001b, p. 48).

Por outro lado, através da prática profissional realizada junto aos setores mais pauperizados da sociedade, o assistente social se depara com o aprofundamento das desigualdades sociais e ampliação do desemprego em patamares jamais vistos em nossa história. Isto impõe aos profissionais o desafio de se qualificar para acompanhar e compreender as particularidades da questão social em diferentes momentos e em conjunturas diversas.

Desta forma, o assistente social sofre, duplamente, as consequências das mutações societárias. Pois, além de sentir, enquanto trabalhador assalariado, estas mudanças incidirem no mercado de trabalho do Serviço Social, o assistente social vivencia, no cotidiano da sua intervenção profissional, o drama dos sujeitos com os quais trabalha – habitantes de uma sociedade em que a igualdade jurídica dos cidadãos é negada, todos os dias, pela realização da desigualdade, da exploração e da dominação. Dito de outro modo,

As condições sócio-econômicas e ídeo-políticas dos anos 90 atingem diretamente a população trabalhadora, rebatendo duplamente no Serviço Social; seus agentes são atingidos como cidadãos e trabalhadores assalariados e como profissionais viabilizadores de direitos sociais (BARROCO, 2001b, p. 180).

No ano 2003, a vitória da candidatura presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva – depois de oito anos de governo FHC – sinalizava a possibilidades de mudanças significativas em nosso país. No entanto, o governo capitaneado pelo Partido dos Trabalhadores – PT – assumiu a mesma prática neoliberal que tanto combateu frontalmente durante a era FHC. O governo petista resgatou o discurso pautado na velha retórica – tão utilizada por FHC – da estabilidade econômica e incorporou a falácia da resolução da dívida social através do crescimento econômico.

O primeiro governo Lula – 2003 a 2006 – sustentou-se em uma política

econômica que favoreceu amplamente os interesses do capital financeiro nacional e internacional “(...) garantindo elevada rentabilidade mediante a manutenção de elevadas taxas de juros e viabilizando um lucro bancário recorde” (MARQUES e MENDES, 2007, p. 16).

(...) o governo Lula manteve os juros atrelados às metas de inflação (o que provocou sua permanência em níveis extremamente elevados); aprofundou o esforço de geração de superávit primário com vista ao pagamento do serviço da dívida e comandou um crescimento pífio e errático da economia, fundado principalmente nas exportações do *agribusiness* (MARQUES e MENDES, 2007, p. 16).

Por outro lado, no que diz respeito ao âmbito da política social, empreendeu esforços na implementação de uma série de programas e iniciativas voltadas para os segmentos mais empobrecidos da população, dentre os quais o Bolsa Família apresenta-se como o carro-chefe.

O segundo governo Lula – 2007 a 2010 – vem se desenvolvendo através da mesma lógica e, por meio dela, as medidas e políticas implementadas pelo Estado não demonstram capacidade para impedir que novos contingentes de pobreza surjam e se proliferem pelo país. Ao contrário, estamos próximo ao desastre brasileiro, pois, atualmente, 10% da população mais rica em nosso país detêm, aproximadamente, 75% da renda nacional⁴⁰.

Nosso panorama conjuntural revela, atualmente, um Estado servil ao grande capital internacional, cujos “objetivos mais diretos dizem respeito à formação de um ambiente político-econômico favorável ao capital financeiro, concentrando a riqueza nas mãos dos capitalistas rentistas” (REIS, 2004, p. 53).

As consequências deste cenário ressoam em toda a sociedade e, portanto, rebatem

⁴⁰ Dado do IPEA, divulgado pela Folha de São Paulo, em 15 de maio de 2008.

tanto no Serviço Social, quanto nos serviços públicos onde realizam-se, em grande parte, os processos interventivos dos assistentes sociais.

Como grandes desafios a serem enfrentados pela categoria profissional, na atualidade, Reis (2004) apresenta rebatimentos que provocam impactos negativos sobre o projeto ético-político profissional do Serviço Social. Entre eles encontram-se: a flexibilização das relações trabalhistas e a desregulamentação das profissões que vem provocando debates em torno das competências e atribuições do Serviço Social; a redução do Estado e as restrições orçamentárias que restringem financiamentos públicos de pesquisas, podendo acarretar em uma fragilização da base teórico-acadêmica da profissão; entre outros.

Segundo Reis (2004), compromissos ético-políticos do assistente social – como “a qualidade dos serviços prestados”, o “aprimoramento intelectual” – ficam cada vez mais comprometidos em sua efetivação frente a condições objetivas totalmente adversas. Diante deste cenário

O desafio consiste na manutenção da autonomia política das entidades, buscando apoiar propostas que signifiquem fortalecimento do projeto profissional e recusar outras que o contrariem, movendo esforços no sentido de preservá-lo e de criar condições para que avance (REIS, 2004, p. 63).

Um contexto histórico repleto de intensas modificações conjunturais, constitui-se em base fundante de reconfiguração de profissões já consolidadas. Tais mudanças além de redimensionarem as necessidades sociais, acabam por criar novas necessidades. Este processo influencia diretamente na metamorfose das relações de produção e reprodução da vida social, em todos os seus níveis.

(...) ninguém pode ter dúvidas de que o período histórico em que

estamos situados marca-se por transformações societárias que afetam diretamente o conjunto da vida social e incidem fortemente sobre as profissões, suas áreas de intervenção, seus suportes de conhecimento e de implementação, suas funcionalidades etc. (NETTO, 1996, p. 87).

O Serviço Social, como instituição inserida na estrutura que compõe a sociedade capitalista, não foge a essa realidade. Os elementos que se fazem presentes no cotidiano do exercício profissional são uma concretização da dinâmica das relações sociais vigentes neste modelo de sociedade, em determinadas conjunturas históricas. Assim, o Serviço Social se atualiza e se renova em articulação constante com a realidade, refletindo estas mutações societárias.

As modificações e os avanços que se processam dentro de uma determinada profissão resultam da interação entre as mudanças societárias e o próprio complexo teórico-prático-político produzido por esta categoria profissional.

Neste sentido, as profissões não podem ser tomadas apenas como resultados dos processos sociais macroscópicos – devem também ser tratadas cada qual como *corpus* teóricos e práticos que, condensando projetos sociais (donde as suas inelimináveis dimensões ídeo-políticas), articulam repostas (teleológicas) aos mesmos processos sociais (NETTO, 1996, p. 89).

Esta dimensão ídeo-política da prática profissional no assistente social, bem como sua articulação com projetos societários, será discutida no próximo item desta dissertação, tendo como base o debate constituído por segmentos da categoria e autores de renome no âmbito do Serviço Social, acerca de sua conformação.

Capítulo II – Reflexões sobre a dimensão ídeo-política do Serviço Social

2.1. Processo de problematização da dimensão ídeo-política do Serviço Social

O Serviço Social situa-se no processo de reprodução das relações sociais em uma sociedade regida pelo capital. O processo de reprodução das relações sociais não restringe-se à reprodução da força viva de trabalho, nem aos meios objetivos utilizados no processo produtivo, como instrumentos e a matéria-prima. “A noção de reprodução engloba-os, enquanto elementos substanciais do processo de trabalho, mas, também, os ultrapassa” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2003, p. 72).

Deste modo, a reprodução das relações sociais consiste no processo reprodutivo da totalidade social, ou seja, do modo de vida determinado pela sociedade capitalista. Além da reprodução do processo produtivo em si, ocorre, também, a reprodução da produção cultural, religiosa, artística, filosófica, jurídica, entre outras, que atinge diretamente a totalidade da vida cotidiana. Por isso, o processo de reprodução das relações sociais se expressa no trabalho, na família, na escola, no lazer, no poder e, inclusive, nas profissões.

O movimento de reprodução do capital reproduz também as condições de exploração do trabalho ao mesmo tempo em que reproduz as condições necessárias para o processo de alienação do trabalhador, reproduzindo, portanto a dominação do capital. O conjunto dos capitalistas e dos trabalhadores, enquanto classes sociais, personificam as categorias econômicas capital e trabalho e, conseqüentemente, o seu antagonismo. Capital e trabalho criam-se e recriam-se mutuamente no mesmo processo. Por isso, o processo de reprodução capitalista é um processo de relações sociais entre classes (IAMAMOTO e CARVALHO, 2003).

Ora, o Serviço Social, como instituição componente da organização da sociedade, não pode fugir a essa realidade. As condições que peculiarizam o exercício profissional são uma concretização da dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade, em determinadas conjunturas históricas. Como as classes sociais fundamentais e suas personagens só existem em relação, pela mútua mediação entre elas, a atuação do Assistente Social é necessariamente polarizada pelos interesses de tais classes, tendendo a ser cooptada por aqueles que têm uma posição dominante (IAMAMOTO e CARVALHO, 2003, p. 75).

Entretanto, até meados da década de 1960 a categoria profissional – especialmente o restrito segmento que dedicava-se ao processo de produção teórica – adotava uma perspectiva analítica que desconsiderava a ótica das relações de classes. As personagens sociais que circundam a relação profissional do assistente social eram consideradas meras individualidades, não seres sociais cujo modo de viver contém determinações sociais derivadas das posições que ocupam na sociedade. As análises teóricas realizadas até esta época consideravam os indivíduos focalisticamente. “É a visão a-histórica do indivíduo abstraído, artificialmente, da produção material, das relações de classe, enfim, da sociedade” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2003, p. 76).

O Serviço Social era visto como uma profissionalização das atividades de caridade e filantropia. Partindo de uma concepção endogenista, ou seja, observando a profissão a partir dela mesma, consideravam-na uma evolução da prática caritativa, do “fazer o bem por amor ao homem” (MONTAÑO, 2007, p. 26). Este pensamento revela uma perspectiva ingênua e acrítica que considera a história como uma mera crônica de fatos sucedidos, situando o Serviço Social em diferentes etapas. A história e a sociedade eram consideradas apenas um pano de fundo, onde a profissão se desenvolve de forma autônoma.

Este modo de pensar o Serviço Social, ao desconsiderar a história como fator determinante para o surgimento e desenvolvimento da profissão, desconsidera, também,

toda a dinâmica social constituinte e constituída a partir das relações sociais. Desconsidera o modo como estas relações se constroem, a existência de classes sociais antagônicas e o confronto de interesses: a luta de classes.

Portanto, segundo Montañó (2007), a tese que define o Serviço Social como organização de formas anteriores, ou seja, já existentes de ajuda e caridade, obscurece a percepção sobre aquilo que existe de mais real na sociedade e que perpassa todo o processo interventivo dos assistentes sociais: a contradição entre capital e trabalho.

Esta forma de pensar a profissão não analisa a existência de diferentes projetos de sociedade, encobrendo o vínculo que o Serviço Social – assim como tantas outras profissões – desenvolveu durante décadas com um deles – predominantemente com o da burguesia.

Deste modo, por não se discutir a funcionalidade do Serviço Social na ordem societária, a categoria profissional manteve intocado, desde a gênese da profissão até a eclosão do Movimento de Reconceituação, o debate em torno da dimensão ídeo-política da prática profissional. Por todo este período a profissão foi considerada uma atividade realizada automaticamente através da prestação de serviços a pessoas, grupos ou comunidades, sem que fosse problematizada a sua vinculação a determinadas concepções políticas e ideológicas.

Entretanto, desempenhando funções de controle sobre os trabalhadores e apaziguando suas demandas, os assistentes sociais contribuíram efetivamente com a reprodução das relações sociais e, conseqüentemente, com a acumulação do capital. Por isso, a legitimidade da profissão se deu por meio do papel que ela cumpriu na e para a ordem burguesa, mediante sua participação, principalmente nos espaços estatais, como executora de políticas sociais.

Somente através do Movimento de Reconceituação – impulsionado pelo contexto

sócio-político que se gestou a partir dos anos de 1960 – parcelas da categoria profissional passaram a vislumbrar, no horizonte da intervenção profissional, uma possibilidade de redefinir as bases de legitimidade do Serviço Social articulando-o aos interesses dos trabalhadores.

Essa perspectiva política e ideológica norteou-se pela idéia de liberar o serviço social de seus compromissos ideológicos com as classes dominantes, buscando novos pensamentos científicos extraídos predominantemente da apreensão oblíqua da herança marxista (BATISTONI, 1991: 94).

“Na sua gênese imediata, a Reconceituação foi comandada por uma questão elementar: qual a contribuição do Serviço Social na superação do subdesenvolvimento?” (NETTO, 2005, p. 09). Assistentes sociais latino-americanos iniciaram um processo de questionamentos em relação à funcionalidade da profissão frente às expressões concretas da questão social. Tais questionamentos colocaram em pauta a adequação dos procedimentos profissionais tradicionais em face das nossas realidades regionais e nacionais. Levantaram indagações a respeito da eficácia das ações profissionais e da pertinência dos fundamentos teóricos utilizados. E trouxeram à tona perguntas sobre o relacionamento da profissão com os novos protagonistas que emergiam no cenário político-social. Assim, em meio à realidade latino-americana, o Movimento de Reconceituação expressou uma crítica ao “Serviço Social tradicional”.

Esse perfilou-se, desde o seu nascedouro, como um movimento de denúncia – de autocrítica e de questionamentos societários – que tinha como contraface um processo seletivo de busca da construção de um novo Serviço Social latino-americano, saturado de historicidade, que apostasse na criação de novas formas de sociabilidade a partir do próprio protagonismo dos sujeitos coletivos (IAMAMOTO, 2001b, p. 207).

Dentre as preocupações fundamentais dos profissionais que protagonizaram este movimento, podemos destacar a busca pelo conhecimento e pela compreensão do processo de desenvolvimento dos países latino-americanos e, principalmente, a relação de dependência econômica, política e cultural entre estes e os países centrais. Segmentos da categoria profissional passaram a perceber que somente a partir desta compreensão seria possível uma real contextualização histórica da profissão.

Uma segunda preocupação do Movimento de Reconceituação foi com a reconstrução do próprio Serviço Social, partindo de um novo projeto profissional atento às particularidades latino-americanas. Os profissionais buscavam criar um projeto profissional capaz de se contrapor ao tradicionalismo que impregnava a profissão, buscando para isto novos fundamentos teórico-metodológicos e prático-interventivos para o Serviço Social.

Outra preocupação que mobilizou esforços dos profissionais que impulsionaram a Reconceituação refere-se a explicitação da dimensão ídeo-política da ação profissional. Buscando compreender o Serviço Social inserido no jogo das relações sociais, este movimento convocou os assistentes sociais a pensarem uma profissão “solidária com a ‘libertação dos oprimidos’ e comprometida com a ‘transformação social’, conforme a linguagem usual da época” (IAMAMOTO, 2001b, p. 209).

Por fim, todas estas preocupações se articularam e propiciaram uma reestruturação da formação profissional que passou a articular ensino, pesquisa e prática profissional, “exigindo da Universidade o exercício da crítica, do debate, da produção criadora de conhecimentos no estreitamento de seus vínculos com a sociedade” (IAMAMOTO, 2001b, p. 209).

Deste modo, percebemos que o Movimento de Reconceituação constituiu uma indagação global sobre todos os componentes e todas as dimensões do Serviço Social. Esta

indagação instituiu um campo comum entre diversos profissionais que se uniram contra o tradicionalismo na profissão. Portanto, este movimento não se constituiu de forma homogênea, ao contrário, foi moldado como uma unidade repleta de diversidades. Mas, conseguiu englobar todos os assistentes sociais que desejavam contribuir para a concretização de mudanças sociais na luta contra o subdesenvolvimento.

Foi esta grande união que marcou os primeiros passos da Reconceituação: uma frente profissional que reunia um largo e heterogêneo leque de assistentes sociais (e não só) interessados em promover efetivamente o desenvolvimento econômico e social (NETTO, 2005, p. 10).

No início da década de 1970 o movimento se dividiu e seus protagonistas constituíram dois grandes blocos divergentes: “os reformistas-democratas (rigorosamente desenvolvimentistas) e os radical-democratas (para os quais o desenvolvimento supunha a superação da exploração-dominação nativa e imperialista)” (NETTO, 2005, p. 10). Mas, nenhum dos dois blocos teve tempo suficiente para desenvolver propostas concretas para a profissão, pois em meados dos anos de 1970 as ditaduras, abertamente apoiadas pelos EUA, a serviço das oligarquias latino-americanas derrotaram todas as alternativas democráticas, fossem elas reformistas ou revolucionárias.

O Movimento de Reconceituação viu-se congelado, suas proposições ficam suspensas e não por acaso muitos de seus protagonistas “experimentaram o cárcere, a tortura, a clandestinidade, o exílio e alguns engrossaram as listas dos ‘desaparecidos’ nas ditaduras” (NETTO, 2005, p. 10).

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social, portanto, não teve mais do que uma década de existência – de 1965 a 1975 – (NETTO, 2005), mas seus reflexos provocaram erosões irreversíveis nas bases de cunho tradicional do Serviço Social. Um breve balanço do movimento nos aponta, rapidamente, pelo menos quatro conquistas

imprescindíveis para o Serviço Social na América Latina.

Primeiramente, o Movimento de Reconceituação foi responsável pela construção de uma nova articulação profissional entre os países latino-americanos. Uma articulação que foi capaz de consolidar uma unidade latino-americana voltada para a realidade social deste continente e comprometida com as reais necessidades de seus trabalhadores. Uma unidade profissional construída de maneira autônoma, sem estar atrelada a tutelas confessionais ou imperialistas.

Outro ponto importante foi a inauguração do pluralismo profissional, rompendo com o viés que impunha à profissão uma homogeneidade de visões e práticas, como se o Serviço Social pudesse constituir-se em um bloco de identidade monolítica. O Movimento de Reconceituação reconheceu a existência de diferentes concepções acerca da natureza, do objeto, das funções, dos objetivos e das práticas do Serviço Social, respaldadas em distintas matrizes teórico-metodológicas.

No entanto, o que realmente nos interessa é apontar que o Movimento de Reconceituação foi o grande responsável pela problematização da dimensão ídeo-política da intervenção profissional. O Movimento de Reconceituação deu os primeiros passos na construção de um debate consistente sobre a dimensão ídeo-política da profissão que encontra-se presente em qualquer ação desenvolvida pelo assistente social.

Coube à Reconceituação, desde os seus primeiros passos, trazer à luz do dia a dimensão política que é constitutiva de qualquer intervenção social; e porque em geral o fez pela esquerda, o tradicionalismo – que jamais recusara a politização pela direita – combateu-a incansavelmente (NETTO, 2005, p. 12).

Por outro lado, apesar de todas as conquistas da Reconceituação – que não limitam-se as que foram aqui mencionadas – o movimento também comportou alguns equívocos, dos quais destacamos: a denúncia do conservadorismo – disfarçado em

apoliticismo – conduziu, muitas vezes, os profissionais a um caminho que obscureceu os limites existentes entre a profissão e o militantismo; a recusa às teorias importadas – como resposta à hegemonia das ciências sociais acadêmicas norte-americanas – ocasionou uma relativização da universalidade teórica que, por vezes, desconsiderou qualquer teorização que fosse produzida em outras partes do mundo além da América Latina; a aproximação do Serviço Social à tradição marxista se deu por caminhos indiretos e, por não recorrer diretamente à fonte – a teoria marxiana –, acabou incorrendo no ecletismo.

Entretanto, é por causa do Movimento de Reconceituação que podemos afirmar que

(...) na América Latina, os assistentes sociais há muito acenaram a bandeira da esperança – essa rebeldia que rejeita o conformismo e a derrota –, contradizendo a cultura da indiferença, do medo e da resignação que conduz à naturalização das desigualdades sociais, da violência, de preconceitos de gênero, raça e etnia. E conseguiram manter viva a capacidade de indignação ante o desrespeito aos direitos humanos e sociais de homens e mulheres, crianças, jovens e idosos das classes subalternas com os quais trabalhamos cotidianamente (IAMAMOTO, 2008, p. 05).

Assim, uma das questões centrais do Movimento de Reconceituação foi a explicitação da relação intrínseca entre prática profissional e concepção ídeo-política. A Reconceituação trouxe à tona este debate realizando a denúncia da pretensa neutralidade e do apoliticismo pregado por muitos assistentes sociais ao longo do desenvolvimento da profissão. Entretanto, mesmo com a questão posta sobre a mesa, as discussões que se seguiram não conseguiram enfrentar pontos cruciais desta relação.

Segundo Palma (1987), surgiram, nos anos que decorreram ao Movimento de Reconceituação, inúmeras formas de enfrentamento desta questão demonstrando, apesar de suas diferenças e insuficiências, a relevância e complexidade deste tema. A busca por compreender a dimensão ídeo-política da intervenção profissional não constituiu, num

primeiro momento, uma postura do conjunto dos assistentes sociais, mas de determinados grupos. Alguns segmentos sequer consideraram as relações entre profissão e concepções ídeo-políticas.

Assim, uma parte da categoria profissional realizou um retorno ao aspecto puramente “profissional” do Serviço Social. Estes consideravam a profissão como uma atividade dotada de atribuições conferidas pela sociedade capitalista, indiscutivelmente distinta do exercício político, “recusando a pretensão de buscar o efeito político que este exercício possa ter” (PALMA, 1987, p. 14).

São os mesmos que fazem coro aos juízos pejorativos sobre a política, que a qualificam como atividade suja, veículo de interesses mesquinhos, equivalente à “politicagem”, à “manipulação”. São os que coincidem em distinguir (com ares de engenhosidade) entre política e Política (com maiúscula), que seria uma atividade nobre, privilégio de espíritos seletos, distantes dos simples mortais. Neste discurso, frequentemente comparece a apologia da profissão, da prática limpa, do verdadeiro compromisso com os grupos pobres – compromisso que realmente tentaria ações práticas em seu benefício (PALMA, 1987, p. 14).

No entanto, esta fuga para o campo tecnicista não é capaz de garantir ao assistente social uma atuação objetivamente neutra em meio às relações sociais e aos conflitos de classes que delas provém. Ao contrário disso, através desta postura profissional o assistente social termina por contribuir com o processo de moldagem da classe trabalhadora ao esquema de dominação do capital. Esta posição defendida por assistentes sociais “movidos por um realismo que asfixiava todas as ilusões” (PALMA, 1987, p. 116), não se propunha a discutir as questões que estimularam a própria reconceitualização, apenas as ignorava.

Como contra-resposta a esta tendência, outros profissionais incorporaram o título de “agentes de mudança”. Determinaram para o Serviço Social objetivos claramente

políticos de organização, mobilização e politização dos setores populares, vinculando a prática profissional a diretrizes de partidos políticos de esquerda. Vislumbrando um Serviço Social capaz de realizar verdadeiras mudanças sociais acabaram por manter obscura a relação da profissão com outros importantes atores societários – como partidos políticos, movimentos sociais e, inclusive, os próprios trabalhadores. Este caminho revelou uma intervenção profissional pautada em voluntarismo e ingenuidade. Estes profissionais, em geral, acreditavam em uma capacidade transformadora da profissão, dedicando-se a ela integralmente e posteriormente acabaram percebendo que esta missão transformadora não compete ao Serviço Social.

Convencidos de que, como assistentes sociais, poderiam apenas realizar melhorias parciais, localizadas, reduzir conflitos e contribuir, portanto, para a manutenção da ordem vigente, muitos profissionais abandonaram a profissão e passaram a dedicar-se, exclusivamente, à militância em partidos políticos ou movimentos sociais.

Outros profissionais, adotando uma postura muito semelhante a esta, expressando o mesmo desalento em relação às possibilidades ídeo-políticas da prática profissional, buscaram separar o profissional do militante. Como funcionários procuravam desempenhar um exercício profissional asséptico e dominado pela eficiência técnica. Como militantes buscavam realizar todas as atividades que julgavam não ter resultado dentro do processo interventivo do assistente social. Assim, realizavam “8 horas voltadas para o reforço do sistema e 8 horas comprometidas com a sua destruição” (PALMA, 1987, p. 15).

Outra parcela decidiu buscar uma nova profissão – seja ela Sociologia, Economia, Psicologia, Pedagogia, entre outras – procurando solucionar a questão dedicando-se a uma prática supostamente mesmo conflitiva. “Para estes profissionais, o problema não está nas relações entre o Serviço Social e a prática política – o problema está em que, nesta profissão, as indagações surjam com tanta força diante de tão poucos elementos para

respondê-las” (PALMA, 1987, p. 15).

Tais posturas e proposições desenvolvidas pelos profissionais, ainda que diferentes na aparência, possuem na essência a mesma noção deturpada de prática ideopolítica.

(...), a compreensão deformada do “fazer política” condiciona a prática do Serviço Social na camisa-de-força de proposições igualmente parciais, que ignoram um dos pólos da contradição: ou o dos condicionantes profissionais, ou o da possibilidade de se comprometer com o povo (PALMA, 1987, p. 117).

Tanto os caminhos analíticos que acentuam unilateralmente o caráter conservador do Serviço Social, como apoio ao poder vigente, quanto as reflexões teóricas que sustentam a dimensão necessariamente “transformadora ou revolucionária” da atividade profissional, “acentuam apenas e de modo exclusivo, um pólo do movimento contraditório do concreto, sendo nesse sentido unilaterais” (IAMAMOTO E CARVALHO, 2003, p. 74).

Não se esgota a análise da profissão na afirmativa mecanicista que, sustentando ser o Serviço Social um dos instrumentos a serviço de um poder monolítico, conclui estar a profissão necessariamente fadada a constituir-se num esforço exclusivo do mesmo. Por outro lado, o voluntarismo que impregna a posição oposta, ao considerar o Assistente Social como “o agente de transformação”, não reconhece, nem elucida, o verdadeiro caráter dessa prática na sociedade atual. Ao superestimar a eficácia política da atividade profissional, subestima o lugar das organizações políticas das classes sociais no processo de transformação da sociedade, enquanto sujeitos da história (...) (IAMAMOTO E CARVALHO, 2003, p. 74).

Na tentativa de criar caminhos profissionais que superassem o voluntarismo e fossem capazes de fortalecer os sujeitos políticos coletivos na luta pela criação de um bloco histórico que propicie o surgimento de uma nova hegemonia no conjunto da sociedade, setores da categoria profissional empreenderam esforços num debate que ficou

conhecido como “Serviço Social Alternativo”. Esta proposta, partindo de discussões em torno da dimensão ídeo-política da profissão, procurou situar a prática profissional numa direção progressista, mas terminou por resvalar em alguns descaminhos.

O debate em torno do “Serviço Social Alternativo” possuía uma questão-chave que significou um avanço para a categoria profissional no que diz respeito às possibilidades ídeo-políticas da intervenção profissional. Situava as alternativas de ações profissionais nos processos sócio-históricos das sociedades nacionais, configurando-as como possibilidades históricas e não como fruto de uma posição voluntarista do assistente social, gestada no campo intraprofissional.

Todavia, tal debate traz questões problemáticas e até ilusórias quando indica que o Serviço Social só pode se propor como uma prática alternativa – ou seja, articulada com o projeto societário dos trabalhadores e não da classe dominante – na medida em que se constitui em uma alternativa popular em relação à ordem vigente. “Assim, os profissionais tornam-se alternativos quando sua prática se torna orgânica ao projeto popular alternativo. Em suma, o alternativo é o projeto popular” (IAMAMOTO, 1991, p. 66).

Os entraves desta análise estão presentes, primeiramente, na dificuldade de qualificação do “popular”. Segundo Iamamoto (1991, p. 66)

(...) o campo popular, englobando as camadas médias, o proletariado, o campesinato, parcelas do lumpen, contém tensões internas que não podem ser facilmente reduzidas e seus componentes anticapitalistas e, mais ainda, identificá-los com uma proposta socialista-revolucionária. O povo, em si, como uma totalidade não é revolucionário.

Em segundo lugar, o fato do debate propor um projeto social popular que se oponha a um projeto dominante no âmbito da América Latina, incorre no perigo de generalizar particularidades nacionais dos diferentes países latino-americanos – assim

como as propostas dos partidos políticos de esquerda que possuíam indicações diferenciadas no quadro continental.

Contudo, o que o debate traz de mais complicado é a eliminação da fronteira entre profissão e partido político, entre prática profissional e militância. Ao instituir a revolução como parâmetro central para avaliar alternativas profissionais, as especificidades do Serviço Social são absolutamente diluídas. “Analisar as relações entre profissão e partido supõe acentuar as suas diferenças para elucidar as suas relações, e não diluí-las numa relação de identidade” (IAMAMOTO, 1991, p. 67). Neste sentido, profissão e partido político possuem particularidades que não se excluem, se complementam se não forem tomadas como iguais.

No entanto, apesar dos equívocos, todo o processo desencadeado pelos assistentes sociais – influenciados pela conjuntura sócio-política da época – desde o Movimento de Reconceitualização até as proposições do “Serviço Social Alternativo” possui um grande significado para o conjunto da categoria. Foram estes caminhos que possibilitaram a busca por um Serviço Social mais atento à realidade social e mais direcionado aos reais interesses dos trabalhadores, uma vez que “fertilizar nossa razão com o horizonte da utopia significa acreditar que é possível elevar e efetivar a realização das requisições humano-genéricas no sentido da construção de um mundo radicalmente humano (no sentido de Marx)” (SILVA, 2004, p. 203).

Estes processos propiciaram aos assistentes sociais grandes avanços no campo das discussões políticas. Estes avanços possibilitaram que, ao longo da década de 1980, fosse construída uma nova direção ídeo-política para o Serviço Social.

É neste momento que alcançamos um ponto crucial para o debate proposto por esta dissertação. Realizando uma análise sobre o processo de problematização da dimensão ídeo-política contida na intervenção profissional do assistente social, trabalhamos, até o

presente momento, com a noção de um componente que perpassa a prática profissional articulando dimensão política e concepção ideológica. Entretanto embora ambas se articulem e se encontrem absolutamente vinculadas no momento da intervenção profissional, a política e a ideologia possuem naturezas diferenciadas e guardam uma relativa autonomia.

Por meio da política travam-se lutas em defesa de diferentes concepções de mundo, ou seja, de diferentes concepções ideológicas. Ao dizer que a intervenção profissional do assistente social é perpassada por uma dimensão ídeo-política estamos sustentando que esta prática é permeada por interesses antagônicos advindos de ideologias divergentes, o que demanda da categoria profissional um posicionamento político.

O componente político e o componente ideológico, inerentes a prática profissional do assistente social como elementos constitutivos da sua dimensão ídeo-política, serão o foco de nosso debate no item que se segue.

2.2. Elementos constitutivos da dimensão ídeo-política da intervenção profissional

O debate em torno da dimensão ídeo-política da intervenção profissional do assistente social, iniciado na década de 1960, consolidou significativos avanços ao longo da década de 1970. Um evento que expressou a densidade destes avanços consiste no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS – realizado em 1979, em São Paulo, que ficou conhecido como “Congresso da Virada”.

Nas décadas seguintes – 1980 e 1990 – as reformulações do Código de Ética Profissional expressaram o amadurecimento ainda maior deste debate. Estes momentos demarcaram o caráter eminentemente sócio-histórico do Serviço Social, preconizando a defesa da democracia, enquanto socialização da participação, do poder político e da

riqueza socialmente produzida. Foram responsáveis por importantes avanços político-organizativos da categoria profissional que puderam sustentar e impulsionar o desenvolvimento de outras esferas e dimensões da profissão.

Segundo Abramides e Cabral (1995, p. 168), “a dimensão política da profissão tem na Reconceituação sua referência maior, e a ruptura pública e coletiva com a concepção e prática reiteradora da profissão se expressa no III CBAS⁴¹, em 1979”. Por isso, ele foi chamado de “Congresso da Virada”, pois representou um marco histórico de quebra com poderes conservadores que estavam à frente do evento e mantinham a direção de entidades da categoria profissional. Significou o compromisso político assumido pelos assistentes sociais com a classe trabalhadora.

O III CBAS teve a possibilidade de reversão do conservadorismo, instalada em sua concepção e dinâmica, impulsionada pela ação dirigente e organizada das entidades sindicais e pré-sindicais, coordenadas pela CENEAS⁴², em uma ação coletiva unitária que publicamente assume a direção sociopolítica da profissão (ABRAMIDES, 2006, p. 124).

Por isso, torna-se absolutamente impensável compreender o “movimento da virada” que ocorreu no momento do III CBAS⁴³ sem analisar o período de efervescência política que se instalava em nosso país a partir da década de 1970. A atuação vigorosa do

⁴¹ “(...) o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais realizado de 23 a 28 de setembro do mesmo ano [1979], no Palácio das Convenções do Parque Anhembi, reuniu cerca de 2.500 assistentes sociais de todo o país e decepcionou os presentes pelo caráter anti-democrático e pela versão oficializada que lhe foi imprimida. Se não fosse a presença ativa das entidades sindicais, o congresso teria sido esvaziado logo a partir do segundo dia. Essas entidades realizaram, paralelamente à programação oficial, uma assembléia da qual participaram 600 assistentes sociais, mais uma vez tratando do autoritarismo na condução dos trabalhos e da falta de aprofundamento das questões levantadas. A assembléia conseguiu a vitória e os dirigentes sindicais passaram a assumir a direção dos trabalhos” (Souza *apud* ABRAMIDES e CABRAL, 1995, p. 170).

⁴² Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais e Pré-Sindicais de Assistentes Sociais fundada em setembro de 1979 e extinta em outubro de 1983, dando lugar à ANAS – Associação Nacional Pró-Federação dos Assistentes Sociais.

⁴³ “Nesta ocasião, a categoria profissional dos assistentes sociais delibera que os próximos CBAS sejam organizados e dirigidos pela CENEAS, ao reconhecer e legitimar a força, e, o direcionamento político das entidades sindicais e pré-sindicais organizadas na CENEAS, e que representam emblematicamente, a ruptura pública sociopolítica com o conservadorismo, majoritariamente presente e atuante nas entidades de organização responsáveis pelo exercício profissional” (ABRAMIDES, 2006, p. 132).

movimento sindical e popular, especialmente do *novo* sindicalismo surgido no final da década de 1970, significou um avanço político e organizativo para os trabalhadores e alimentou a luta pela democratização das instituições em todo o país. Esta realidade de grandes mobilizações e greves gerais rebateu no Serviço Social estabelecendo laços de uma articulação orgânica entre assistentes sociais e militâncias político-sindicais.

No contexto da ambiência político-social e cultural, do final dos anos 70 aos anos 80, as vanguardas profissionais, com militância político-sindical e profissional na categoria se inserem nas lutas sociais em curso na sociedade brasileira, no momento histórico de lutas e conquistas das classes trabalhadoras organizadas, sob a autonomia e independência de classe (ABRAMIDES, 2006, p. 126).

Em toda a América Latina, movimentos sociais urbanos se articularam ao longo da década de 1970, em meio a uma conjuntura que confrontava regime autoritário, Estado coercitivo, modelo econômico excludente, contradições urbanas e participação popular.

Em nosso país, a grande base social que deu impulso às novas organizações foi composta por segmentos das camadas pauperizadas da população. A temática dos conflitos sociais daí decorrentes girava em torno da sobrevivência imediata, ou seja, voltava-se para a conquista de bens e serviços coletivos ou infra-estrutura urbana, tais como: moradia, creche, luz, saneamento básico, transporte coletivo, educação, saúde, entre outros. Assim, os movimentos sociais surgiram das demandas por melhorias nas condições de vida, ou seja, melhoria no acesso aos bens de consumo coletivo.

A concentração de uma enorme massa de trabalhadores excluída das vantagens de uma sociedade industrial, aglomerada em bairros pobres e carentes de infra-estrutura e serviços, fez eclodir uma nova força social que desenvolveu uma nova forma de participação.

Partindo de reivindicações isoladas, no final dos anos de 1970, os movimentos

populares começaram a se unificar em torno da luta pelo acesso aos direitos sociais enquanto cidadãos. Podemos observar que, a partir daí, estes movimentos passaram a buscar a concretização dos direitos sociais, canalizando suas reivindicações para o plano legal-institucional. Voltaram-se para campanhas de emendas populares, organizaram caravanas pela educação pública, articularam fóruns sobre reforma agrária e sobre saúde.

Desta forma, entre os anos de 1978 e 1988, surgiram vários movimentos sociais urbanos lutando por conquistas sociais, reformas urbanas, políticas públicas de saúde, educação, habitação, transporte e serviços sociais. Todos estes movimentos influenciaram grande parte dos assistentes sociais de maneira decisiva.

Em meio a este contexto de mobilizações populares surgiu em nosso país, na década de 1970, o *novo* sindicalismo. Fruto de um processo crescente de mobilizações operárias no ABC paulista, o *novo* sindicalismo no Brasil, eclodiu a partir de 1978, como um movimento sindical de massas, independente que constituiu um marco na história da classe trabalhadora.

Esse sindicalismo combativo, de massas, se contrapõe ao sindicalismo “oficial”, à estrutura sindical vigente de cunho corporativista, herdada do período getulista e que tem na *Carta Del Lavoro*, de Mussolini, as bases ideológicas de atrelamento do sindicato ao Estado e sob seu controle. De outro lado, combate e se contrapõe na prática ao “peleguismo”, que é a expressão do colaboracionismo de classe e esteve presente no sindicalismo brasileiro durante todo o período de repressão sob a anuência da ditadura militar (ABRAMIDES e CABRAL, 1995, p. 97).

No ano de 1979, estabeleceu-se a luta pela anistia e ocorreu a conquista do voto direto para a eleição dos governadores dos estados. No mesmo ano sucedeu-se a extinção de bipartidarismo. Com isso, em 1980 foi fundado o Partido dos Trabalhadores – PT⁴⁴.

⁴⁴ “Ao longo de mais de vinte anos, constituiu-se no maior e mais expressivo partido de massas e de esquerda da América Latina, no qual parcelas expressivas dos dirigentes das entidades da categoria profissional e

Seguindo a onda de ebulição política que se instalou entre os trabalhadores com a fundação do PT, em 1983, foi fundada a Central Única dos Trabalhadores – CUT – “constituindo-se em uma central classista e independente, com a maior representação de sindicatos da cidade e do campo no país (...)” (ABRAMIDES, 2006, p. 66).

Neste período, destacou-se também o movimento de luta pelas *Diretas-Já*, em 1984, resultando na transição conservadora para a Nova República.

Em todos estes momentos e processos de luta, alguns setores da categoria profissional dos assistentes sociais estiveram visceralmente presentes. Por isso, este processo histórico influenciou parte dos assistentes sociais fazendo com que estes buscassem sintonizar a organização da categoria com as entidades sindicais de nosso país. Assim,

O III CBAS, realizado de 23 a 28 de setembro de 1979, em São Paulo, se transformou em um espaço vivo de debates, ruptura com posturas conservadoras e é expressão do processo da luta política e social que se travava na sociedade brasileira naquele período, em que os trabalhadores, enquanto sujeitos coletivos, ocupam o cenário nacional em grandes mobilizações e greves a partir do ABC paulista. A categoria, ao afirmar seu compromisso histórico com as classes trabalhadoras, dá um passo decisivo em seu projeto profissional (ABRAMIDES e CABRAL, 1995, p. 174 e 176).

No âmbito deste legado sócio-histórico de avanço na organização da categoria profissional, especialmente em sua dimensão política, o Código de Ética da profissão passou por um processo de reformulação no ano de 1986. “É na efervescência política, intelectual, teórica e cultural dos anos 80 que o Código de Ética de 1986 se constrói no debate com o neotomismo e, pela primeira vez no interior do conjunto CFAS/CRAS⁴⁵, a perspectiva marxista apresenta-se hegemonicamente” (ABRAMIDES, 2006, p. 52).

estudantil de Serviço Social estiveram vinculadas” (ABRAMIDES, 2006, p. 66).

⁴⁵ CFAS – Conselho Federal de Assistentes Sociais; CRAS – Conselho Regional de Assistentes Sociais. Ambos extintos, deram lugar ao conjunto CFESS/CRESS – Conselho Federal de Serviço Social e Conselho Regional de Serviço Social.

Deste modo, a reformulação do Código de Ética, em 1986, não constituiu um acontecimento isolado. Os processos políticos que se construíram desde a década de 1960, propiciando mudanças sociais que tornaram ainda mais explícitas as contradições de nossa sociedade, provocaram, em parcelas da categoria profissional, um repensar sobre o significado social da profissão.

Posicionando-se a favor do projeto societário da classe trabalhadora parte da categoria profissional passou a buscar a superação de uma prática fundada em pressupostos abstratos e imutáveis e a explicitação da dimensão política da profissão. Neste processo, a reformulação do Código de Ética surge como uma necessidade para que se possam efetivar valores consoantes com a concepção ideológica defendida por estes profissionais.

A ética é um fenômeno concreto e histórico, objetivado e subjetivado no cotidiano social, ou seja, “a discussão da ética e as preocupações com os valores e com a moral correspondem a processos sócio-históricos concretos” (PAIVA, 2001, p. 106). Portanto, se a ética constitui a referência valorativa que estabelece parâmetros para as relações entre os indivíduos na sociedade, a ética profissional refere-se aos valores que fundamentam o exercício profissional.

O primeiro Código de Ética dos assistentes sociais aprovado no Brasil é datado de 1947. Este sofreu duas alterações parciais, sendo uma em 1965 e outra em 1975, mas manteve sua base filosófica pautada no humanismo tradicional.

Portanto, todos os Códigos de Ética anteriores ao de 1986 – 1947, 1965, 1975 – postulavam princípios baseados em valores abstratos, metafísicos e mutáveis do ser humano e do bem comum, pautando-se em uma visão de mundo extratemporal e conservadora, em consonância com a doutrina social da Igreja, que muito influenciou o Serviço Social brasileiro.

Até 1986, o Código de Ética dos Assistentes Sociais pautava-se na “ética da neutralidade”, que pela simples formulação demonstrava que em nada era neutra, posto que: orientada pelo conservadorismo e pela visão abstrata de homem defendia uma concepção de homem, desvinculada das classes existentes e em disputa e antagonismo na sociedade capitalista (ABRAMIDES, 2006, p. 174).

A ruptura com o conservadorismo, expressa no Código de Ética de 1986, revelou o compromisso que a profissão assumiu com uma nova ética em oposição à idéia da neutralidade profissional. E, pelo fato da questão ética atingir diretamente o cotidiano da vida profissional, esta discussão configurou-se como uma das mediações entre o saber teórico-metodológico e as determinações da prática profissional a partir de uma nova concepção de ser humano, considerando o seu caráter histórico, social e criador.

Rever esse Código de Ética supunha, de partida, recusar a base filosófica tradicional conservadora e apoiar-se na perspectiva teórica crítica do legado marxiano e da tradição marxista voltada para os interesses da grande maioria explorada e oprimida econômica, social, cultural, ideológica e politicamente (ABRAMIDES, 2006, p. 175).

Deste modo, o Código de Ética de 1986 explicitou o compromisso do Serviço Social com as lutas das classes trabalhadoras; superou a visão do profissional como mero executor de políticas sociais, estabelecendo a participação destes nos espaços decisórios de programas institucionais; possibilitou ao usuário apresentar denúncia aos conselhos profissionais referentes a uma prática contrária aos seus interesses; buscou garantir a ação profissional pautada nos parâmetros de capacitação para pesquisar, elaborar, gerir e decidir sobre as políticas institucionais e seus programas, ao superar a concepção do técnico imparcial.

O Código de Ética de 1986 emerge como uma expressão tardia do debate da reconceituação. Representou uma importante ruptura política com o tradicionalismo profissional: expressa um compromisso ético-político de construção de uma prática articulada àqueles que participam da sociedade por intermédio de seu trabalho, propugnando eticamente o compromisso com a classe trabalhadora e, neste sentido, rompendo com o mito da neutralidade profissional (IAMAMOTO, 2001a, p. 100).

Ele expressou a afirmação de uma direção sócio-política para a profissão – que posteriormente veio a consolidar-se no Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social – articulada aos movimentos sociais, sindicais e político-partidários progressistas, estabelecendo um compromisso político com a classe trabalhadora.

Segundo Barroco (2001a, p. 120) as três principais mudanças trazidas pelo Código de 1986 foram: “a negação à neutralidade, aos pressupostos metafísicos e idealistas e ao papel profissional tradicional”.

No entanto, apesar do grande avanço representado pelo Código de Ética de 1986, “é necessário reafirmar que neste momento não havia ainda na profissão um acúmulo teórico-filosófico que pudesse adensar e explicitar as bases ontológicas necessárias à sua formulação” (ABRAMIDES, 2006, p. 175). Por isso, o Código de 1986 apresenta resquícios de uma visão estática e unilateral ao explicitar a vinculação da categoria profissional com uma determinada classe social – a classe trabalhadora.

(...) a identificação de uma classe, como tendo de forma absoluta os valores do bem, pode indicar uma visão moralista da realidade social: aquela que separa o mundo entre bons e maus, subestimando com isso a possibilidade de contradição e de mobilidade e transformação de valores (BARROCO, 2001a, p. 120).

Esta questão revela outro problema na medida em que um Código de Ética deve ser representativo da categoria profissional e não de suas vanguardas. A vinculação da

profissão com a classe trabalhadora acaba por excluir os profissionais que não tenham feito esta opção.

O compromisso político que uma categoria profissional assume junto a determinada concepção ideológica deve se expressar, em um Código de Ética, através dos valores ali defendidos. Dito de outro modo, “num Código de Ética, o compromisso deve ser com os valores e não com as classes, grupos, indivíduos, isto é, não cabe num Código de Ética prescrever quem são os sujeitos portadores desses valores” (BARROCO, 2001a, p. 121). Um Código de Ética que eleja como valores centrais a liberdade, a democracia, a justiça, a igualdade, a cidadania, já se contrapõe a qualquer situação autoritária e opressora.

Em síntese, subjacente ao Código de Ética de 1986 identifica-se uma velha armadilha já denunciada por Lukács: uma ética de esquerda e uma epistemologia de direita. Enquanto a órbita da interpretação teórica da sociedade era presidida por uma análise dualista, de corte positivista, na órbita do dever ser emergia uma intencionalidade política de compromisso com a classe trabalhadora e com a ultrapassagem do ordenamento social instituído, veiculada na prática profissional quotidiana numa linguagem mais próxima da militância do que de um trabalho profissional (IAMAMOTO, 2001a, p. 101 e 102).

Assim, este novo Código de Ética representou a opção de parcela hegemônica da categoria profissional por um projeto societário vinculado aos interesses dos trabalhadores. Mas, esta opção configurou-se como o resultado da inserção destes profissionais nas lutas da classe trabalhadora – por meio dos sindicatos, partidos políticos, associações etc. Ou seja, representou, muito mais, um avanço de posicionamento ídeo-político do que um aprofundamento teórico-filosófico – este, na verdade, só foi atingido através da revisão do Código de Ética em 1993. Desta forma,

A dimensão política da profissão passa por uma compreensão e um aprofundamento teóricos no interior da tradição marxista a

partir da década de 80. É somente na década de 90 que a dimensão ética da profissão adquire a fundamentação teórica plasmada na fundamentação filosófica ontológica que passa a sustentá-la (ABRAMIDES, 2006, p. 43).

Portanto, se por um lado o Código de Ética de 1986 representou uma ruptura com a concepção ética vigente até então e em descompasso com todo o avanço teórico já obtido no meio acadêmico, desde 1982 – pela aproximação ao legado marxiano –, por outro lado, mostrava-se ainda insuficiente no que se refere ao acúmulo filosófico que possibilita “discernir o que é dimensão ética, diferentemente da dimensão política, embora ambas as dimensões apresentem-se inter-relacionadas e configurem-se mediações da formação e do exercício profissional” (ABRAMIDES, 2006, p. 52).

Entretanto esta constatação não desconsidera todo o processo de construção do compromisso político-ideológico da categoria profissional com os trabalhadores sob novas bases de legitimação para o Serviço Social. A construção de uma nova moralidade profissional iniciou-se na década de 1960, quando parte dos assistentes sociais questionam ideologicamente a ordem burguesa, fazendo a opção pela participação política, mesmo que seja intitulando-se “agentes de mudança”. Esta construção perpassa toda a década de 1970, resistindo à ditadura militar e adentra os anos de 1980 amplamente influenciada pelas lutas político-sindicais e político-partidárias.

Nesse sentido, quando indagamos sobre a ausência de uma reflexão ética sistematizada durante esse período, ou seja, dos anos 60 até a segunda metade da década de 80, podemos nos enganar se entendermos que não houve, durante esse período, a construção de uma nova moralidade profissional (BARROCO, 2001b, p. 142).

Desta forma, se é fato que ao longo destas décadas não ocorreu uma devida sistematização a respeito do debate em torno da ética profissional que lhe propiciasse amadurecimento, é também verdadeiro afirmar que a própria vivência prática da categoria

profissional encarregou-se de criar um novo *ethos*, que tem como princípio a liberdade.

Segundo Barroco (2001b, p. 170),

Uma análise ética da produção da vertente de ruptura, ano 80, evidencia que a concepção ética presente nos anos anteriores permanece praticamente inalterada em suas bases de sustentação, ou seja, a subordinação imediata entre ética e política, entre ética e ideologia não é questionada. Ainda que não se tenha produzido uma literatura ética nesse momento e que tenham sido dadas as bases teóricas para tal superação, isso não se explicitou (...).

Assim, até a década de 1990 a ética permaneceu implícita no debate acerca da dimensão ídeo-política da intervenção profissional do assistente social. Apenas entre os anos de 1992 e 1993 a questão ética se apresenta como um tema emergente no debate realizado pela categoria profissional.

A fragilidade teórica, metodológica e operacional de Código de Ética de 1986 frente às questões emergentes postas para a profissão a partir da opção neoliberal adotada pelos governantes, em nosso país, impulsionou a revisão deste documento e todo um processo de debates em torno da viabilidade do compromisso profissional em condições tão adversas.

O processo de debates éticos que teve início em 1992, culminando com a aprovação do novo Código, um ano depois, foi marcado por um encaminhamento inédito na trajetória da reflexão ética profissional. Historicamente, é em função do Código de Ética que a categoria se mobiliza para tal discussão, o que já aponta para uma concepção restrita acerca da ética profissional; restrita à codificação formal, a ética deixa de ser tratada como tema do cotidiano e apreendida como relação entre as esferas e atividades sociais. Em 1992, o processo foi inverso; iniciando-se como reflexão sobre a ética, em geral, levou à questão da ética profissional e ao Código, como uma de suas dimensões (BARROCO, 2001b, p. 199).

Este processo que coloca na ordem do dia as preocupações com a fundamentação

ética do exercício profissional significou o reflexo, em meio à categoria, do cenário que se configurava em toda a sociedade no início da década de 1990, uma vez que

A questão da dimensão ético-política também ao nível societário adquire proeminência, seja frente à pós-modernidade que mina princípios ético-políticos sedimentadores da vida social na modernidade – a crença na razão, na igualdade, na possibilidade do desenvolvimento humano, na autonomia individual –, seja motivada pela reação coletiva à desmoralização que vem atingindo a esfera pública no país com a multiplicação dos casos de corrupção e escândalos, acompanhada da atenta e vigorosa resistência e vigilância cívica da sociedade civil (IAMAMOTO, 2001a, p. 96).

Estas questões rebatem nas profissões e demandam respostas profissionais frente a esta conjuntura fazendo com que a categoria passe a repensar sua dimensão ética.

Deste modo, o debate sobre a dimensão ídeo-política da profissão ampliou-se no decorrer da década de 1990, expressando-se nos marcos do novo Código de Ética Profissional – 1993 –, na Lei de Regulamentação da Profissão – 1993 – e nas Diretrizes Curriculares – 1996.

Portanto, se as décadas de 1970 e 1980 foram imprescindíveis para o avanço da dimensão política da profissão, foi ao longo dos anos de 1990 que o componente ético da prática profissional alcançou maior maturidade teórica, uma vez que, como afirma Abramides (2006, p. 61) “as dimensões éticas e políticas guardam singularidades relativas às suas naturezas; portanto não se confundem”.

Assim, a renovação ética do Serviço Social, tomada a partir do marco histórico do atual Código e do projeto ético-político profissional – que constrói sua identidade através da crítica teórica e oposição ética e política ao conservadorismo do Serviço Social – é parte de um processo que antecede os anos noventa e permanece em aberto, colocando indagações quanto à nossa capacidade crítica de analisar e responder os/aos desafios do presente (BARROCO, 2004, p. 187).

Sendo assim, o Código de Ética de 1993 representou a incorporação de todo o acúmulo teórico realizado pela categoria profissional ao longo das décadas de 1970 e 1980. Por isso, o Código de Ética Profissional do Serviço Social, assim como o Projeto Ético-Político da Profissão apontam para uma nova ordem social e, conseqüentemente, para a necessidade de revisão dos princípios em que se fundamenta a ordem social atual.

O caráter ético-político do projeto profissional do serviço social aponta para uma hegemonia no interior da profissão, para uma adesão de classe, no sentido de estabelecer alianças com setores progressistas que se empenham na luta pela ampliação dos direitos sociais, tendo em vista um projeto mais amplo de sociedade (MUSTAFA, 2004, p. 176).

No entanto, apesar de seu caráter questionador e da crítica que realiza ao modo de produção capitalista, suscitando discussões em torno da viabilidade de uma nova ordem societária, o atual projeto ético-político hegemônico em meio à categoria profissional não coloca nos ombros dos assistentes sociais a responsabilidade de instaurar o processo revolucionário.

“O projeto ético-político do serviço social não se propõe, portanto, a ser um projeto redentor” (MUSTAFA, 2004, p. 175). Faz-se necessário que os profissionais do Serviço Social compreendam, com clareza, o caráter contraditório que caracteriza a profissão, na sua interconexão entre o capital e o trabalho, bem como a impossibilidade de alcançar uma nova ordem social sem a colaboração dos demais setores da sociedade. “O projeto de uma nova ordem social é, na verdade, um projeto societário – daí a sua dimensão política. Não se pode alcançar tal projeto sem passar pela articulação com os demais setores da sociedade, o que explica que o projeto profissional é também político” (MUSTAFA, 2004, p. 175).

Uma única profissão não pode se arvorar a tarefa de transformar a sociedade. Daí a necessidade de o serviço social estar em sintonia com os anseios populares, com os movimentos sociais, com as representações da sociedade civil – e tudo isto é política. Vale lembrar que todo o avanço implementado desde os anos 80, no que se refere ao código de ética, proposta curricular e desempenho profissional, deve-se à intrínseca articulação com os segmentos mais progressistas da sociedade e, em alguns casos, com o pioneirismo do serviço social na defesa incansável dos interesses da classe trabalhadora (MUSTAFA, 2004, p. 176).

Os princípios éticos e políticos do projeto profissional demonstram o compromisso da categoria profissional com a classe trabalhadora, apontando na direção da ruptura com a ordem burguesa. Eles “se revelam como fundamento filosófico do agir profissional, denotando o avanço no campo teórico e de produção de conhecimento alcançado pela profissão” (MUSTAFA, 2004, p. 177).

Neste sentido, a ética não é uma abstração que preconiza princípios e valores desprovidos de materialidade, nem apenas um conjunto de regras que normatiza a ação individual, profissional e coletiva. É, antes de tudo, um componente da sociabilidade humana e suporte teleológico das lutas sociais (MUSTAFA, 2004, p, 168).

A maturidade teórica que permeou o debate acerca da dimensão ídeo-política inerente ao processo interventivo do assistente social, ao longo da década de 1990, deve-se ao esforço intelectual de autores muito significativos para o Serviço Social.

Um aspecto que contribuiu com este processo foi o desenvolvimento dos programas de pós-graduação – mestrados, doutorados e especializações – cujas produções teóricas, apesar de heterogêneas, consolidaram uma considerável massa crítica⁴⁶ através da

⁴⁶ “A expressão massa crítica denota o conjunto de conhecimentos produzidos e acumulados por uma determinada ciência, disciplina ou área do saber. O Serviço Social é uma profissão – uma especialização do trabalho coletivo, no marco da divisão sociotécnica do trabalho –, regulamentada no Brasil pela Lei 8.662, de 17/06/93; enquanto profissão, não dispõe de uma teoria própria, nem é uma ciência; isto não impede, entretanto, que seus profissionais realizem pesquisas, investigações etc. e produzam conhecimentos de natureza teórica, inseridos no âmbito das ciências sociais e humanas. Assim, enquanto profissão, o Serviço Social pode se constituir, e tem se constituído nos últimos anos, como uma área de produção de

interlocução com as ciências sociais, destacando-se a tradição marxista.

Este quadro representou a consolidação de um espaço no plano da produção de conhecimentos, no âmbito do Serviço Social, que possibilitou um fértil debate sobre a conformação da dimensão ídeo-política da intervenção profissional do assistente social. Este debate consiste no foco central da análise realizada a seguir, que terá como base elaborações teóricas de autores que empreenderam esforços consistentes no debate teórico acerca do Serviço Social, ressaltando a sua dimensão ídeo-política.

2.3. O debate teórico sobre a conformação da dimensão ídeo-política da profissão

A dimensão ídeo-política da intervenção profissional do assistente social vem sendo discutida por diversos segmentos da categoria profissional, principalmente após o Movimento de Reconceituação. Vários autores no âmbito do Serviço Social brasileiro e latino-americano têm produzido elaborações teóricas a respeito desta temática.

A dimensão política como mediação fundante das atividades profissionais tem sido debatida e incorporada na formação e no exercício profissionais, de forma diferenciada no quadro de renovação da profissão a partir dos anos 60, quando o movimento de reconceituação desponta, de forma inaugural, nessa trajetória (ABRAMIDES, 2006, p. 42).

Dentre os muitos autores, dentro da literatura especializada, que contribuíram com este debate, alguns dos mais significativos são: Diego Palma (1987), Vicente de Paula Faleiros (1985; 1991; 1993), Marilda Villela Iamamoto (2000; 2001; 2003; 2007), José Paulo Netto (1992; 1996; 1999; 2004) e Marina Maciel Abreu (2002). Em todas as suas elaborações existem significativas contribuições a uma melhor compreensão dos elementos

conhecimentos (inclusive com o aval de agências oficiais de fomento à investigação, como é o caso do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq)” (NETTO, 1999a, p. 102).

que envolvem a dimensão ídeo-política da profissão. Assim como, existem também, equívocos e questões que ainda necessitam de maior discussão. Por isso, para explicitar e analisar o debate teórico, realizado no âmbito do Serviço Social, acerca da conformação da dimensão ídeo-política da prática profissional do assistente social, recorreremos a algumas das principais produções dos cinco autores mencionados.

Portanto, a exposição que se segue condensa as principais contribuições teóricas dos autores acima mencionados acerca do debate em torno da dimensão ídeo-política do Serviço Social. A análise realizada procurou apresentar, dentre todo o acervo destes autores, suas obras mais relevantes para o debate aqui proposto. Em seguida, apresenta o debate teórico realizado pelos autores, considerando as questões mais pertinentes à temática aqui desenvolvida. Posteriormente ressalta algumas questões problemáticas encontradas nestes autores e, por fim, destaca a importância de suas elaborações para a discussão realizada nesta dissertação.

✓ *Diego Palma*

Para iniciar a explicitação do debate teórico acerca da conformação da dimensão ídeo-política contida na prática profissional do assistente social, abordaremos importantes formulações teóricas produzidas pelo autor Diego Palma⁴⁷, em sua obra: *A prática política dos profissionais – o caso do Serviço Social*, publicada pela Editora Cortez em 1987.

O autor procura analisar o Serviço Social, mas não privilegia discussões sobre a natureza ou a identidade da profissão. Ele toma o Serviço Social como uma profissão situada no tempo e no espaço, tendo a sua frente desafios e possibilidades próprias que lhe conferem a conjuntura sócio-histórica na qual se move.

⁴⁷ “Diego Palma, um chileno que procura ser um latino-americano, durante muitos anos trabalhou com camponeses, moradores de bairros pobres e operários de vários rincões do continente. Sua trajetória envolve também experiências pedagógicas com estudantes universitários de muitas disciplinas e numerosas investigações sobre a realidade de nosso povo e suas possibilidades de libertação” (PALMA, 1987, p. 11).

Palma (1987) pensa o político como um problema relativo ao potencial do cotidiano. O cotidiano não é somente um espaço passível de abordagens profissionais técnicas. Os profissionais que buscam se comprometer com os interesses dos trabalhadores, precisam perceber o cotidiano como uma instância de poder, onde abrem-se espaços para processos educativos de promoção, mobilização e ampliação da democracia.

Neste sentido, Palma (1987), procurou listar e comentar alguns passos que podem ser consolidados pelos assistentes sociais que desejem realizar uma intervenção profissional onde a dimensão ídeo-política de sua prática encontre-se visceralmente articulada aos interesses dos trabalhadores.

O primeiro passo corresponde à recuperação da importância da esfera da reprodução. Segundo Palma (1987), muitos assistentes sociais progressistas já lamentaram, no passado, o fato de sua prática profissional situar-se fora da esfera da produção capitalista, julgando estarem alheios à esfera da relação capital-trabalho.

Frente a este quadro, Palma (1987) empreendeu esforços procurando combater a sensação de estar à margem da luta de classes, sem poder exercer qualquer influência sobre ela, o que provocava em muitos profissionais uma grande insatisfação.

O Serviço Social situa-se na esfera da reprodução social e não diretamente no âmbito da produção. Por muito tempo, esta esfera da reprodução foi percebida como menos importante, como um espaço secundário, um campo de consequências, onde o profissional poderia apenas combater sintomas sem voltar-se diretamente para as causas.

Entretanto, a “produção de riqueza material é inseparável da recriação das formas sociais de que se reveste; assim, a produção não deve ser entendida como um processo estritamente econômico: ao mesmo tempo, é um processo eminentemente social” (PALMA, 1987, p. 120).

Por sua vez, a dinâmica que o sistema capitalista impõe para a sociedade é

extremamente contraditória frente às exigências e necessidades de reprodução desta mesma sociedade. A face oposta da concentração de capital e do aumento dos lucros é o desemprego, o subemprego, a precarização da saúde, da educação etc. Assim, para manter-se legítimo e hegemônico o capitalismo precisa enfrentar seus próprios efeitos de voracidade. “Ou se controla a tendência a aumentar sempre a taxa de exploração ou se procura amenizar as suas consequências” (PALMA, 1987, p. 122).

Não existe uma medida única, universal capaz de traduzir em montante de renda as necessidades de reprodução de uma família. Por isso, o valor necessário para a reprodução de uma determinada família incorpora elementos históricos próprios de cada diferente conjuntura. A fixação de um valor aceitável é fruto de um acordo que só se estabelece por meio de pressões da classe trabalhadora. Quanto maior a organização e a mobilização dos trabalhadores, maior a pressão que estes exercem sobre a classe dominante e maiores as chances de conquistas que lhes favoreçam. “A obtenção de ‘condições de vida adequadas’, pela classe trabalhadora, nunca o foi por uma iniciativa benevolente ou pelo reconhecimento lógico das classes dominantes – cada espaço conquistado foi resultado de uma luta” (PALMA, 1987, p. 122).

Segundo Palma (1987), não há luta de classes que não seja perpassada pela luta por melhores condições de trabalho e de vida. Portanto, em meio à articulação entre produção e reprodução dos sujeitos e da própria sociedade é que se gestam espaços onde o assistente social pode intervir no sentido de potencializar esta luta e contribuir para as conquistas dos trabalhadores.

Desta situação, para Palma (1987), deriva um segundo passo que diz respeito à busca pela conquista de um espaço institucional. Sua obra apresenta elaborações que muito contribuíram para a superação de um equívoco do Movimento de Reconceituação, principalmente em seu início: a recusa, por parte de alguns profissionais, dos espaços

institucionais.

Palma (1987) ressalta que muitos assistentes sociais condenaram a articulação classe dominante/aparelho estatal/políticas sociais, tomando-a de maneira excessivamente simplificada. Na leitura enviesada destes profissionais, qualquer esforço realizado através de instituições públicas estava condenado a reforçar a dominação capitalista.

Todavia, segundo Palma (1987), tanto as políticas sociais quanto o aparelho estatal são perpassados por uma lógica contraditória porque, se por um lado representam determinados interesses da classe dominante, por outro apresentam elementos de conquista da classe trabalhadora. Esse caráter contraditório tem sua origem na relação capital/trabalho e se expressa nas relações sociais que se estabelecem a partir das relações de produção, nos diversos espaços onde se desenvolve e se revela a vida social.

Em meio a todas as expressões contraditórias que caracterizam a sociedade capitalista, a classe dominante procura manter-se hegemônica não apenas através da coerção, mas, principalmente, por meio do consenso e da aprovação dos trabalhadores.

(...) não existe dominação que seja expressão da pura coerção, que não controle e redefina a força imposta segundo as necessidades de legitimação; em termos mais particulares, é o desenvolvimento da luta de classes no espaço da reprodução, tal como se dá em cada situação concreta, que define a tradução destas contradições ao código das instituições e ao espaço das políticas (PALMA, 1987, p. 133).

Deste modo, para manter-se a hegemonia capitalista, além de garantir os interesses da classe dominante, precisa se abrir para incorporar elementos que representem interesses da classe trabalhadora – desde que estes não venham a ferir os principais objetivos do capital. A menor ou maior incorporação destes elementos depende, essencialmente, da capacidade de organização dos trabalhadores e da pressão que estes possam exercer no processo de correlação de forças.

É nesta união dos pólos em contradição que se inserem as possibilidades da pressão popular para influir na ação das instituições. Insisto: a possibilidade é do movimento popular, não do assistente social (PALMA, 1987, p. 133).

Para Palma (1987), aos assistentes sociais, inseridos nas instituições cabe o esforço para direcionar recursos institucionais para o apoio das iniciativas dos sujeitos com os quais trabalham. Neste caminho o assistente social deve procurar estabelecer alianças e parcerias com outros profissionais, no âmbito da instituição, que possam aglutinar-se em torno deste apoio à organização dos trabalhadores. Entretanto, “a aliança mais fundamental que deve ser procurada pelo Serviço Social é com a organização popular, com os usuários organizados” (PALMA, 1987, p. 136). Pois, a mobilização popular é que garante que os interesses dos trabalhadores estarão, de alguma forma, incluídos nas políticas sociais.

O profissional que pretende buscar este estabelecimento de alianças precisa estar atento a alguns elementos que exercem forte influência sobre as articulações intra-institucionais. Além de analisar os processos de correlação de forças e identificar as possibilidades estratégicas que se abrem dentro da instituição, faz-se necessário compreender o contexto societário no qual encontra-se inserido.

(...), em situações nas quais a coerção é muito mais ponderável que a hegemonia, em que a organização popular é excluída como interlocutor pelo Estado na sua estratégia de construção social – nestas situações, as possibilidades dos assistentes sociais para induzir a mudança nas instituições se vêem notavelmente limitadas (PALMA, 1987, p. 137).

Neste sentido, o assistente social precisa, a todo o momento, estar atento às situações conjunturais concretas que incidem no seu espaço de intervenção profissional, tomando os devidos cuidados para não incorrer em atitudes messiânicas – que tentam levar

a instituição a um patamar a frente do que a correlação de forças da sociedade naquele determinado momento permite – ou fatalistas – que paralisam iniciativas propiciadas por possibilidade de mudanças objetivamente dadas na instituição.

Este caminho apontado pelo autor o leva ao terceiro passo que vincula-se à capacidade dos assistentes sociais em realizarem uma boa análise de conjuntura capaz de articular o contexto internacional e nacional às particularidades locais para, a partir daí, elaborar estratégias concretas de intervenção profissional.

Desta maneira, para Palma (1987) faz-se necessário que o assistente social, além de compreender as estruturas e analisar as conjunturas, realize um diagnóstico da realidade local onde encontra-se inserido. Como pontos importantes deste diagnóstico, Palma (1987, p. 144) aponta:

- identificar os problemas objetivamente sérios que afetam o grupo com o qual se trabalha; deve organizar a informação sobre tais problemas e suas dimensões;
- detectar o grau de percepção que a base tem de tais problemas, já que se deve impulsionar a organização e a mobilização responsáveis a partir de situações que a própria base percebe como problemáticas;
- envolver as capacidades positivas que a comunidade reúne para enfrentar responsabilmente a sua situação: a organização, os recursos, os aliados atuais e possíveis que complementam a organização;
- ordenar os obstáculos que a iniciativa encontrará, os interesses e setores sociais opostos, bem como as limitações institucionais que se opõem ao objetivo decidido.

O quarto passo apresentado pelo autor refere-se à luta por um Serviço Social que polarize e estimule as soluções coletivas. A classe trabalhadora encontra-se inserida na sociedade capitalista e submetida aos valores dominantes, entre os quais encontram-se o individualismo e a competitividade. Assim, quando os trabalhadores se vêem diante de alguma dificuldade, tendem a buscar soluções individuais (PALMA, 1987).

Segundo Palma (1987), a coletividade não representa para muitos trabalhadores um valor importante para o seu modo de vida. Eles, geralmente, aderem a uma proposta coletiva apenas quando conseguem vislumbrar que esta lhes trará algum benefício individual. Tal situação não reflete uma postura egoísta, mas um quadro sócio-cultural, uma dimensão que para ser revertida necessita ser educada por um movimento oposto. Este quadro constitui em grande obstáculo para aqueles que pretendem desenvolver trabalhos de mobilização e organização popular.

Para o autor, o assistente social que pretende desenvolver uma intervenção que contribua no processo de organização da classe trabalhadora, precisa empreender esforços em ações que privilegiem os espaços coletivos. Isso não significa deixar de realizar ações de cunho individual, até porque elas, normalmente, são demandas institucionais claras. Mas, o profissional pode direcionar seus atendimentos individuais para a eliminação dos obstáculos que dificultem a participação dos sujeitos nos espaços coletivos. Assim, ao atender um determinado usuário, mesmo que utilizando um instrumental técnico-operativo de cunho individual, o assistente social pode estimular neste sujeito a vontade de inserir-se em uma atividade coletiva. Para Palma (1987), cabe ao Serviço Social o empenho em soldar a solidariedade que não é natural neste modelo de sociedade capitalista, mas essencial para se aspirar o desenvolvimento do potencial político da classe trabalhadora.

Neste ponto de sua obra, outro aspecto que o autor coloca em questão é o debate em torno da identificação do público alvo do Serviço Social. Para Palma (1987), o profissional não pode perder de vista o fato de que todos os sujeitos com os quais trabalha – independente da sua situação particular imediata – pertencem a uma determinada classe social: a classe trabalhadora.

Praticamente, cada instituição caracteriza as pessoas segundo o

problema para o qual ela se organizou; conseqüentemente, ao oferecer uma resposta fragmentária, a instituição separa a pessoa da classe – unidimensiona-se num certo estrato do consumo (PALMA, 1987, p. 148).

Como trabalhadores todos sofrem, na sua vida cotidiana, refrações da questão social – seja na área da saúde, da educação, da moradia, do emprego etc. Deste modo, as demandas apresentadas pelos sujeitos aos assistentes sociais, apesar de uma aparente diferenciação possuem a mesma essência: a questão social, fruto da contradição entre capital e trabalho. Além disso, mesmo se tomadas em sua aparência mais superficial, muitos indivíduos levam ao profissional exatamente as mesmas necessidades.

O autor propõe que observemos um assistente social em dia de plantão social: quantas vezes ele escuta exatamente as mesmas demandas – seja uma mãe solicitando uma vaga na creche municipal para seu filho; seja uma usuária desempregada precisando de uma doação de alimentos; seja um usuário que precisa realizar um tratamento de saúde, mas não tem condições financeiras para comprar os medicamentos; entre outras. Cabe ao profissional detectar contradições comuns que perpassem a vida dos sujeitos para propor estratégias coletivas onde se busquem soluções conjuntas. Propor atendimentos coletivos para reunir, em um mesmo espaço, diversos sujeitos que trazem as mesmas demandas pode ser uma estratégia para a construção de laços de solidariedade. Além de criar uma oportunidade onde os sujeitos podem perceber que seus “problemas” não são somente seus, mas de um conjunto de pessoas que devidamente organizadas adquirem uma força que sozinhas jamais possuiriam. “(...) trata-se de estimular a reunião de pessoas que vivem problemas semelhantes, para que elas passem da solução familiar à solução coletiva” (PALMA, 1987, p. 147).

Outro nível a ser desenvolvido, segundo Palma (1987), para que esta dinâmica não se frustre, é o da organização que deve superar a expectativa da solução imediata. O

próprio grupo deve caminhar no sentido de extrapolar o limite territorial, liberando-se das demandas imediatistas, criando, assim, condições tanto para a ampliação da solidariedade e outros grupos organizados ou não, quanto para a maior compreensão dos seus “problemas”.

Neste momento podem ser trabalhadas, também, aquelas demandas aparentemente diferentes, mas que possuem uma raiz comum. “Estes níveis assinalam um caminho que deve ser percorrido através da educação e do estímulo à práxis popular” (PALMA, 1987, p. 147).

Um quinto passo elaborado pelo autor corresponde a um Serviço Social que conserve e promova a perspectiva da totalidade. Ela é a concepção que compreende a realidade, desvendando o que de fato existe além da superfície: as inter-relações e os processos de causalidade existentes por trás dos fenômenos sociais. A totalidade concreta é a própria realidade como um todo estruturado, dialético, onde um simples fato qualquer, se observado isoladamente, pode revelar as conexões internas existentes nesta realidade.

A discussão de todos estes passos possibilitou avanços importantes na reflexão sobre a intervenção profissional e suas implicações a partir dos caminhos que pode percorrer. No entanto as maiores contribuições da obra de Palma, assim como alguns equívocos detectados no que se refere ao debate acerca da dimensão ídeo-política do Serviço Social, encontra-se no que ainda será destacado.

A primeira questão está diretamente ligada ao fato de a transformação social não ser tarefa do Serviço Social. Ela supõe um processo de conscientização e organização da classe trabalhadora no enfrentamento da ordem capitalista e na construção de uma nova sociedade. “Esta tese implica que o Serviço Social deverá apoiar, mas nunca substituir, a iniciativa das bases organizadas” (PALMA, 1987, p. 124).

Segundo o autor, muitos profissionais no intuito de colocarem-se a serviço dos

trabalhadores e proclamando-se comprometidos com suas reais necessidades, acabam por manipular os seus anseios convertendo-os em uma demanda passível de ser atendida pela instituição. Assistentes sociais, muitas vezes em nome da eficiência, julgando-se tradutores das expectativas populares, transformam-nas em pressão que não ultrapasse as respostas que o sistema se dispõe a oferecer.

Para Palma (1987), mesmo em casos onde o profissional possui o máximo respeito pelas organizações populares, ele sente-se tentado a colocar-se a serviço dos trabalhadores, procurando clarificar, lapidar e organizar as demandas dos trabalhadores. Mesmo cuidando-se para não manipular reivindicações populares, se o assistente social se apresenta como interlocutor nos processos de mobilização, ele termina por assumir uma representação indevida, uma vez que reitera uma relação paternalista que inibe a experiência popular e favorece a dominação.

Segundo Palma (1987), o assistente social que pretende desenvolver uma intervenção realmente comprometida com os interesses dos trabalhadores, ao invés de colocar-se como interlocutor de suas necessidades deve incorporar-se profissionalmente ao seu processo reivindicativo. Deve respeitar as iniciativas e responsabilidades da comunidade para que ela desenvolva o processo de organização popular. “Assim se deve expressar em método de ação a confiança nas bases e o compromisso, verdadeiro, com os setores populares” (PALMA, 1987, p. 128).

Nesta perspectiva, Palma (1987) destaca três funções do assistente social que se articulam e se definem mutuamente: administrador de recursos institucionais; técnico que busca conexões entre demandas e respostas; e educador social. Apesar de cada uma delas só existir e se afirmar em referência às outras, Palma (1987) sublinha a última como esfera de excelência para o desenvolvimento da potencialidade ídeo-política dos assistentes sociais.

(...) o assistente social é um solucionador de problemas, mas que enfrenta esta tarefa de modo tal que exercita a educação social; a administração de serviços sociais é a base material sobre a qual desenvolve o processo educativo. Por isso mesmo, o assistente social não é simplesmente um “educador” – é mais (PALMA, 1987, p. 129).

Por fim, os esforços de Palma (1987), na conclusão de sua obra, concentram-se em refletir sobre o Serviço Social a partir da caracterização de práticas que eram comumente confundidas com a profissão, mas não a conformam.

Segundo o autor, existem várias práticas que, embora possam, momentaneamente, vir a parecer com o Serviço Social, não constituem a profissão. Uma delas refere-se à militância política, seja ela partidária ou não. Alguns autores e segmentos da categoria profissional, ao longo do desenvolvimento do Serviço Social, por vezes atribuíram à profissão objetivos e estratégias que extrapolam o seu limite, que pertencem ao campo da militância. “O Serviço Social não é uma forma disfarçada de realizar a militância política” (PALMA, 1987, p. 163).

Para Palma (1987), o Serviço Social possui um componente ídeo-político inerente a sua prática profissional, cuja raiz encontra-se na contradição entre capital e trabalho que perpassa todas as relações sociais. Esta dimensão ídeo-política da intervenção profissional, através das estratégias de atuação elaboradas pelo assistente social, pode estimular ou inibir o potencial político dos sujeitos. Em cada ação proposta e realizada pelo assistente social está contida a inclinação para determinado projeto de sociedade e o refutamento de outro. Mas este aspecto não pode ser confundido com as tarefas de um partido ou movimento político. Embora as ações desenvolvidas pela categoria profissional possam se articular com as atividades realizadas por estes partidos ou movimentos quando todos defendem um mesmo projeto societário.

Por outro lado, o Serviço Social também não se restringe a um conjunto de instrumentais técnico-operativos capazes de minimizar “problemas sociais”. Ou, segundo Palma (1987, p. 164), “o assistente social também não se reduz a um agente que aplica técnicas adequadas aos problemas sociais”. O assistente social, através da sua intervenção profissional, possui o poder de influir e orientar a consciência dos sujeitos com os quais trabalha explicitando, assim, o componente ídeo-político do Serviço Social.

Entretanto, apesar desta dimensão ídeo-política que lhe é inerente, o Serviço Social também não é educação popular. “O assistente social não é um educador popular – ou não esgota a sua identidade nesta classificação – nem cabe inteiramente nos limites da etiqueta do ‘promotor social’” (PALMA, 1987, p. 165).

Segundo Palma (1987), o assistente social pode vir a praticar a educação popular, mas não é um educador popular. Isso se justifica pelo fato do profissional, que encontra-se atuando junto a grupos populares, fazê-lo por meio de um vínculo institucional. O assistente social, diante de qualquer situação concreta, é o representante de uma determinada instituição a qual se vincula por meio de uma situação de assalariamento. Esta condição coloca limites na intervenção profissional porque impõe condicionalidades à iniciativa e às possibilidades do assistente social, que deve responder às demandas institucionais por mais que almeje apenas atender às necessidades dos trabalhadores.

Por outro lado, o assistente social possui o poder de administrar, em nome de uma determinada política, recursos técnicos e materiais. Estes recursos, mesmo que frequentemente escassos e insuficientes, são essenciais para a organização popular se utilizados a favor do seu projeto e não no sentido da sua manipulação. Desta forma,

O assistente social é um profissional (qualificado) que, numa mesma ação, articula duas dimensões numa só unidade complexa: – enfrenta, com recursos e capacidade técnica, a solução de problemas sociais; – dialeticamente articulado a esta atividade

material, o assistente social realiza a educação social dos setores nela envolvidos (PALMA, 1987, p. 168).

“Estas duas dimensões se definem reciprocamente; não se pode analisar concretamente uma delas sem a referência à relação, concreta em cada caso, que a vincula à outra” (PALMA, 1987, p. 168).

Segundo o autor, em função destas dimensões, articuladas, é que o Movimento de Reconceitualização não conseguiu oferecer respostas que orientassem a prática profissional quando fixou para o Serviço Social objetivos que só correspondiam, nos termos de Palma (1987), à “educação social”, referindo-se a atividades de conscientização, mobilização e organização popular.

Em meio à reflexão das estratégias que podem ser utilizadas pelos assistentes sociais no seu processo interventivo, encontramos uma questão problemática em Palma (1987, p. 130) na afirmação: “não se trata de propor uma manobra tático-metodológica, um recurso participativo com fins motivacionais, uma incorporação de contribuições da base para que esta percepcione o projeto como próprio” – justificando que muitos profissionais, no ímpeto de ser eficiente, acabam por deslocar sua intervenção para a esfera do fazer pelo e não com o usuário.

Ora, mas não seriam as ações e soluções que priorizam os espaços coletivos – apresentadas no quarto passo discorrido pelo autor – estratégias e táticas com fins motivacionais, no intuito de repassar e reforçar junto aos trabalhadores valores pautados na solidariedade de classe? Respeitar as iniciativas dos sujeitos, sem impor para estes objetivos e necessidades que não tenham expressado não significa deixar de estimular processos de participação popular. O investimento em estratégias de ação coletivas, assim como o estímulo ao desenvolvimento de organizações populares pode muito bem ser realizado pelos assistentes sociais sem que estes manipulem as demandas dos sujeitos com

os quais trabalha.

Numa escala diferenciada, Palma (1987) afirma que o mesmo acontece com muitos programas sociais. Além de, normalmente, programas sociais constituírem-se em respostas insuficientes às exigências da população, eles configuram-se mais como uma interrupção do que propriamente como uma resposta. Os programas sociais, geralmente, seguem lógicas institucionais que transmutam as demandas populares em iniciativas que a própria instituição encontra-se disposta a oferecer. “Novamente, a palavra do povo é confiscada, não chega a ser pronunciada” (PALMA, 1987, p. 127). Esta lógica sustenta-se em uma violência imposta pela própria instituição: aqueles que não se conformarem com a oferta institucional, nas condições em que esta impõe, ficarão fora do programa. “Por isso é que as políticas sociais (...) têm um efeito político (desmobilizador)” (PALMA, 1987, p. 127).

Neste ponto de sua reflexão identificamos outra contradição: analisando os programas e as políticas sociais apenas como estratégias utilizadas pela classe dominante para manter subordinados os trabalhadores, o autor acaba por expressar uma visão restrita que se contrapõe ao debate anteriormente apresentado. As políticas sociais – assim como programas, benefícios, serviços etc. – refletem um elemento de dominação quando antecipam-se às demandas do conjunto dos trabalhadores atenuando seu processo de organização e reivindicação. Mas, não se restringem a isto. São também expressão da luta exercida pela classe trabalhadora. Representam vitórias, por vezes duramente conquistadas, através de pressões que não sucumbem frente aos processos de correlação de forças. Expressam, portanto, a própria natureza contraditória da relação entre capital e trabalho que Palma (1987) tão brilhantemente expôs no primeiro e segundo passo anteriormente apresentados.

No entanto, o que a significativa obra de Palma nos apresenta de mais rico

consiste em explicitar e debater a dimensão ídeo-política contida na intervenção profissional, trabalhando algumas particularidades referentes ao Serviço Social. Apesar de constituir-se em um texto polêmico, a obra de Palma faz-se indispensável a qualquer profissional que deseje melhor compreender as possibilidades e os limites de sua prática profissional. O autor construiu uma reflexão criativa capaz de abrir caminhos e estabelecer bases teórico-metodológicas que significaram um avanço real na busca por estratégias coletivas entre os assistentes sociais.

✓ *Vicente de Paula Faleiros*

Outro autor que discute questões importantes para o debate em torno da dimensão ídeo-política da prática profissional do assistente social é Vicente de Paula Faleiros⁴⁸.

Suas principais elaborações teóricas, aqui analisadas, são: o livro *Saber Profissional e Poder Institucional*, publicado em 1985; o texto *Relações Sociais e Sujeitos Históricos da Ação Profissional*, de 1991; o livro *Metodologia e Ideologia do Trabalho Social*, com 8ª edição em 1993.

Para este autor as instituições, enquanto organizações específicas de política social apresentam-se como campo privilegiado onde se situa o profissional do Serviço Social. Assim, a dimensão central de sua análise consiste na prática institucionalizada do assistente social, que, segundo o autor, encontra-se condicionada pelos processos de correlação de forças na disputa pela apropriação da riqueza, em nível global, institucional e local. Esta correlação de forças não é um processo criado pelo assistente social, é um elemento que compõe a própria estrutura das instituições onde os profissionais se

⁴⁸ Faleiros possui doutorado - Université de Montreal (1984) e pós-doutorado pela EHESS - Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais- Paris (1991) e Université de Montréal (1996). Atualmente é pesquisador associado da Universidade de Brasília e professor da Universidade Católica de Brasília . Tem experiência na área de Políticas Públicas, Políticas Sociais e Serviço Social. Seu grupo de pesquisa do CNPq é Geracionalidade, Imaginário e Violência- GEVIM.

encontram.

As instituições, em Faleiros (1985), são um campo de mediações das relações de poder no âmbito econômico, político e ideológico. “Elas ocupam um espaço político nos meandros das relações entre o Estado e a sociedade civil” (FALEIROS, 1985, p. 31). São parte do aparato estatal no processo de implementação e execução das políticas sociais, mas são, também, um espaço de luta político-ideológica.

As instituições representam, contraditoriamente, a expansão dessa gestão do capital sobre a vida cotidiana e das formas organizativas e de mobilização de recursos das classes dominantes em relação aos conflitos e ameaças à ordem social e à expansão das conquistas populares, de formas de organização das categorias atendidas pelas instituições e de mobilização por reivindicações que se tornam expressas justamente pela feição institucional que assumem (FALEIROS, 1985, p. 09).

Segundo Faleiros (1985, p. 42), dentro das instituições, os profissionais – “principais atores desses organismos” – poderiam desenvolver quatro diferentes alternativas de ação.

A primeira delas significaria a integração no processo de modernização, cujo objetivo maior era manter a tecnificação da profissão, sem engajar-se politicamente, procurando ser eficiente e eficaz. Segundo o autor, esta tendência acaba “reforçando e aceitando as funções históricas das instituições na reprodução da ordem e da força de trabalho” (FALEIROS, 1985, p. 43).

A segunda estratégia implicaria na negação do trabalho institucional, tendo como objetivo a colaboração na gestação de “alternativas particulares e globais de respostas reais aos problemas sociais” (FALEIROS, 1985, p. 43).

Uma terceira alternativa seria a contra-institucional, onde a ordem, a disciplina e a hierarquia fossem colocadas de lado em prol de uma “instituição não institucional”

(FALEIROS, 1985, p. 43).

Por fim, uma última via objetivaria a transformação das correlações de forças institucionais, através da formação de alianças entre os técnicos, os profissionais e o público alvo destes organismos. Segundo Faleiros (1985, p. 44),

Essa aliança se manifesta e se concretiza de formas variadas, segundo as possibilidades concretas, por exemplo, utilizando os mecanismos institucionais para incentivar e apoiar reivindicações populares, pondo os recursos à disposição das camadas populares das classes dominadas, contornando os controles e regulamentos.

Portanto, no que diz respeito ao debate em torno da dimensão ídeo-política do Serviço Social, os esforços reflexivos de Faleiros (1985) se debruçam sobre as possibilidades e estratégias políticas que o assistente social pode desenvolver no seu processo interventivo. Para o autor, as estratégias se definem em meio às correlações de forças e a partir dos recursos disponíveis a serem mobilizados.

A estratégia e a tática não são o resultado de uma opção. A gente não faz a guerra conforme quer. Elas são o resultado de forças em presença, de recursos disponíveis, e “mobilizáveis”, e de interesses e objetivos a atingir num momento dado. A estratégia se refere aos objetivos a atingir num período mais longo da história e mais geral. A tática se refere a objetivos particulares num período mais curto e subordinados à estratégia (FALEIROS, 1985, p. 81).

Através das estratégias e táticas, Faleiros propõe uma discussão sobre o processo de negociação que é essencialmente ídeo-político. Seu debate apresenta a reflexão de como o assistente social pode realizar ações que venham a favorecer os interesses dos trabalhadores ou do capital.

As lutas pelo poder realizam-se de forma complexa com divisões e alianças das classes e suas frações e em cuja dinâmica os

profissionais podem inclusive constituir-se como uma força de apoio às classes dominantes ou às classes subalternas. Não se trata de opção pessoal, mas de uma articulação organizada e complexa que implica concepções teóricas e políticas e processos mobilizadores de energias e recursos (FALEIROS, 1985, p. 08).

Neste caminho reflexivo, o autor não comete o equívoco da transferência da militância para o espaço profissional, ele realiza a apreensão de que a correlação de forças, a tensão política existente nos espaços sócio-ocupacionais transforma as instituições em esferas de luta de classes.

Em meio a este processo de correlação de forças, Faleiros (1985) preconiza uma visão ídeo-política da intervenção profissional que seja capaz de articular questões gerais com situações particulares, produzindo contribuições concretas na luta por novas relações sociais em todas as dimensões da vida social. Para tanto, debruça esforços reflexivos ao que denomina “metodologia da articulação”.

A articulação consiste, pois, na elaboração consciente e consequente, teórica, política e técnica das relações sociais (vínculos) presentes no relacionamento profissional, para a construção de estratégias e táticas de solução dos problemas, pela modificação das relações de força existentes, tendo em conta os interesses em presença nas questões complexas apresentadas (FALEIROS, 1985, p. 113).

A análise de Faleiros situa a prática profissional do assistente social dentro de uma perspectiva concretamente política e ideológica. A partir de então, defende a construção de estratégias profissionais que sejam vinculadas aos reais interesses da classe trabalhadora, mas levando em consideração o cenário da política social global e ainda as conjunturas específicas de cada instituição de política social.

Para o autor, todo o processo interventivo realizado pelo assistente social – que envolve negociação, capacitação, fortalecimento de interesses etc. – resulta em uma

dinâmica capaz de alterar a correlação de forças dentro e fora do espaço institucional. Ou seja, o resultado da ação profissional desenvolvida pelo assistente social, no âmbito da instituição, extrapola o campo institucional e rebate na rede de articulações sociais – os sujeitos, suas famílias, os movimentos populares, as ONG's, os sindicatos, enfim, as inúmeras formas de inserção social dos indivíduos.

Segundo Yamamoto (2007, p. 296),

Os resultantes dessa prática conduzem a uma alteração de um vínculo ou relação estabelecida e da correlação de forças, o que depende do poder, recursos e estratégias capazes de debilitar o oponente. Os efeitos da prática profissional, indissociáveis dos aparatos institucionais a que se vinculam – situados como lugares de luta –, são simultaneamente de natureza econômica (acumulação/ distribuição), política (traduzida na elevação do nível de participação e organização) e ideológico (transformações no nível da consciência).

Outra contribuição importante de Faleiros (1991), no que se refere à análise da dimensão ídeo-política do Serviço Social, encontra-se na afirmação de que a principal questão do Movimento de Reconceituação tenha sido a busca pelo rompimento da profissão com a ideologia da neutralidade.

Faleiros (1991) analisa o Serviço Social inscrito, de maneira contraditória, na particularidade das relações sociais capitalistas. E apresenta o assistente social como um assalariado – seja do Estado ou das empresas ou das instituições. Assim, seu exercício profissional “é determinado pelas condições e pelas relações que se dão no capitalismo hoje (...)” (FALEIROS, 1991, p. 113). Desta forma,

Seria ingênuo afirmar que o Serviço Social profissional goza de autonomia, mas seria mecânico e esclerosado dizer que não tem iniciativa de ação, que não tem nenhuma capacidade de articulação, sendo títere do capital ou dos trabalhadores para alguns, que pensam mecanicamente a realidade, apenas em termos

de inversão de um lado para outro (FALEIROS, 1991, p. 115).

Esboçando brevemente uma análise acerca da relativa autonomia profissional do assistente social, Faleiros (1991, p. 115) ressalta que este pode reduzir-se “a um mero agente burocrático na era dos serviços”, ou ampliar suas alternativas de ação na luta pela defesa da cidadania.

Outro debate absolutamente significativo para uma compreensão mais aprofundada sobre a dimensão ídeo-política contida no processo interventivo do profissional do Serviço Social encontra-se na discussão elaborada por Faleiros (1993) a respeito da “lógica da dominação” e da “lógica da libertação”.

Segundo Faleiros (1993), a “lógica da dominação” sustenta-se no positivismo de Comte, que distingue os conhecimentos teóricos dos práticos.

Essa defasagem entre a especulação e a ação reflete a dominação dos que executam pelos que pensam (mandantes, possuidores do saber). Os últimos deteriam não só o poder, mas também as soluções, ficando a prática na dependência dessas elaborações teóricas. Isso exprime a visão da classe dominante burguesa que vê o mundo por intermédio do sistema ideológico, baseado na divisão do trabalho capitalista, que separa a ação do conhecimento e o conhecimento da ação, justificando assim a divisão da sociedade em classes sociais: uma para pensar, outra para trabalhar. (FALEIROS, 1993, p. 62).

No Serviço Social, a lógica da racionalidade positivista influenciou o desenvolvimento da profissão por muitos anos, fazendo com que a prática do assistente social fosse considerada um meio para se chegar a um melhor nível de bem-estar. “O objetivo desta prática era eliminar carências, disfunções, problemas de desadaptação, problemas de condutas desviantes” (FALEIROS, 1993, p. 65). Assim, os profissionais almejavam melhorar as condições de vida em nossa sociedade, sem questionar sua ordem.

Desta forma, por meio da “lógica da dominação”, a prática profissional deveria

(...) trazer uma “ordem” ao mundo “caótico” por um esquema formal com o qual se classificam e ordenam problemas empíricos. Certos manuais de orientação neopositivista insistem justamente na elaboração de questionários, projetos e técnicas de controle. Conhecer a realidade significa, assim, “um esquema” para enquadrá-la e não para transformá-la (FALEIROS, 1993, p. 67).

Através desta concepção, o processo de intervenção do assistente social torna-se burocrático e o profissional resume-se a um administrador de questionários, estatísticas, relatórios. Segundo Faleiros (1993, p. 68), “essa concepção neopositivista serve evidentemente ao processo de dominação e de exploração”.

Por sua vez, a “lógica da libertação” sustenta-se na perspectiva em que “a realidade e o pensamento, o sujeito e o objeto não são entidades isoladas, mas se constituem recíproca e mutuamente na prática. A história é um produto do homem assim como o homem é produto da história” (FALEIROS, 1993, p. 68 e 69).

Para o autor, ao contrário da “lógica da dominação” cujo objetivo maior é a manipulação, a “lógica da libertação” propõe o questionamento, a crítica do próprio processo de dominação. Isto porque “a origem e o fundamento do fenômeno não se mostram de imediato. Não se mostram no conhecimento do sentido comum. É preciso situar o fenômeno historicamente e numa perspectiva de totalidade” (FALEIROS, 1993, p. 69).

A perspectiva histórica busca entender a realidade como movimento que se transforma a partir das suas contradições internas e das suas condições concretas. A perspectiva da totalidade busca entender os fenômenos a partir da contradição geral dessa mesma realidade em suas relações dialéticas (FALEIROS, 1993, p. 69).

Por meio da “lógica da libertação” o Serviço Social encontra-se em meio às

relações, construindo e sendo construído teórica e praticamente. Neste movimento, os assistentes sociais podem aliar-se aos interesses dos dominantes ou dos dominados e construir alianças com organizações, associações que defendam interesses comuns.

Neste momento, Faleiros (1993) nos apresenta uma questão central para o debate da dimensão ídeo-política do Serviço Social: este movimento não depende exclusivamente da vontade do profissional. As relações que os assistentes sociais estabelecem junto aos sujeitos com os quais trabalha são, também, reflexo das relações sociais. Nas palavras de Faleiros (1993, p. 73), “evidentemente as relações que se estabelecem com a clientela não são isoladas das relações globais do próprio sistema de exploração e de dominação”.

Desta forma, Faleiros (1993) nos mostra que, mesmo quando o assistente social intenciona direcionar sua atuação para somar forças junto aos reais interesses dos trabalhadores, o movimento de transformação social não está nas mãos dos profissionais.

O movimento de superação das contradições portanto não depende de agentes externos que vêm levar uma “mensagem de fora” a esta clientela, mas das contradições da realidade e da própria organização das classes subalternas. Mas esse processo pode ser facilitado, esclarecido, sistematizado e refletido teoricamente por certos agentes profissionais externos à própria “clientela” (FALEIROS, 1993, p. 74).

Deste modo, a superação das contradições capitalistas não se constitui tarefa dos assistentes sociais, mas estes podem, e devem, contribuir neste processo. Segundo Faleiros (1993, p. 74),

A constituição teórica e prática do Serviço Social no processo de libertação dar-se-á à medida que ele se vincule, das formas mais diversas possíveis, aos movimentos sociais da própria clientela e da sociedade civil. Para isso ele necessita articular sua prática, mesmo institucional, às formas possíveis de ação junto a clientela, não só enquanto ator institucional, mas enquanto classe dominada, enquanto classe explorada (...) (FALEIROS, 1993, p. 74).

O assistente social que deseja realizar uma intervenção crítica que venha a adicionar esforços na luta pela construção de uma sociedade mais igual deve aliar-se a movimentos contestadores e apoiar manifestações que se contraponham à lógica da exploração. Entretanto, Faleiros ressalta que o assistente social precisa se perceber enquanto trabalhador assalariado que, em meio à luta de classes encontra-se em condições muito semelhantes a muitos trabalhadores. E, desta forma, faz um alerta para que o assistente social não cometa o equívoco de superestimar sua posição, apresentando-se aos sujeitos como uma liderança ou uma vanguarda revolucionária.

Apreender a dimensão ídeo-política da prática profissional e sua conformação implicam em compreender que

(...) a atuação do trabalhador social não significa colocar-se como uma vanguarda conscientizadora das classes dominadas nem o porta-voz, nem sequer o orientador ou o teórico desse projeto de libertação. Significa apenas um compromisso com esse projeto, pois se sabe que é na constituição de um bloco histórico novo e hegemônico que se pode transformar as relações sociais. A vinculação orgânica do trabalhador social com as classes subalternas dá-se num processo de alianças nos quais os limites e possibilidades de sua atuação se vão definindo histórica e praticamente em cada conjuntura. (FALEIROS, 1993, p. 98).

Corroborando com Iamamoto (2007), este autor é um dos estudiosos que sempre procurou privilegiar, em suas elaborações teóricas, o enfrentamento das mediações que envolvem a prática profissional do assistente social: “seus determinantes institucionais, as estratégias e táticas na ação profissional, a relação entre profissional e usuários dos serviços, efeitos dessa intervenção especializada, entre outros aspectos” (IAMAMOTO, 2007, p. 301).

O autor procura situar a relação do profissional do Serviço Social com a

população no “campo da política do cotidiano, isto é, nas relações entre mudanças societárias e aquelas que têm lugar na vida cotidiana” (IAMAMOTO, 2007, p. 299). Estas relações implicam em dois aspectos: saber e poder, e exigem a elaboração de estratégias capazes de articular novas relações dos sujeitos entre si e deles com a estrutura para refletir mudanças na situação apresentada. Segundo Iamamoto (2007, p. 300), “a preocupação do autor com as relações entre sujeito e estrutura desdobra-se, atualmente, para situar, no marco do paradigma da correlação de forças, o *empowerment* como objeto do Serviço Social”⁴⁹.

O conceito de *empowerment* passou a ser utilizado por Faleiros para descrever a noção de fortalecimento dos sujeitos atendidos pelo Serviço Social. Este termo advém da Psicologia Social, mais precisamente, de uma vertente bem atual: a Psicologia Comunitária. Ele possui uma diversidade de significações porque é um termo que recai sobre a problemática do indivíduo – convoca ao fortalecimento do indivíduo – desconsiderando o caráter classista que perpassa a sociedade capitalista.

Entretanto, apesar das muitas críticas que podem ser desfiladas às obras de Faleiros, quando se trata do debate teórico em torno da dimensão ídeo-política do Serviço Social, suas produções nos apresentam discussões muito pertinentes e questões essenciais para analisar tal dimensão. Sem cair nas armadilhas que levaram outros autores a confundir prática profissional com práxis revolucionária, Faleiros (1993), destaca o protagonismo dos trabalhadores num processo que almeje a transformação social. Reafirmando que a posição dos assistentes sociais deve ser sempre a de um suporte aos movimentos contestatórios, define que o objetivo dos profissionais deve ser “a participação decisional da população no seu próprio destino (...)” (FALEIROS, 1993, p. 111).

⁴⁹ “(...) o fortalecimento dos sujeitos da intervenção profissional num processo de articulação de recursos, imaginário, redes que são capitais ou patrimônios disponíveis nas relações sociais de classes, gênero, raça, cultura, envolvidas em todo trabalho social” (Faleiros *apud* IAMAMOTO, 2007, p. 300).

✓ *Marilda Villela Iamamoto*

Para Marilda Villela Iamamoto⁵⁰, pensar a dimensão ídeo-política da intervenção profissional do assistente social significa “pensar o Serviço Social na contradição capital/trabalho” (IAMAMOTO, 2000, p. 119).

Esta assertiva acompanha a autora nas quatro obras aqui analisadas: *Relações Social e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica* – em parceria com Raul de Carvalho – com primeira edição em 1982; *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos* – obra publicada uma década depois da primeira, em 1992, que conforma uma coletânea de textos que foram expostos em seminários, congressos e colóquios ao longo da década de 1980; *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*, publicado pela primeira vez, no Brasil, em 1998; *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*, publicada em 2007.

Sendo a primeira autora brasileira a realizar uma aproximação entre o Serviço Social e a obra de Marx, indo diretamente às fontes do pensamento marxiano, Iamamoto (2000; 2001; 2003; 2007) situa a gênese da profissão no processo de reprodução das relações sociais capitalistas, passando a entendê-la como um ramo específico dentro da divisão sócio-técnica do trabalho. Depois, começa a pensar o Serviço Social em meio a estas relações sociais entre classes. E, pensando o significado social da profissão, indica a necessidade de romper com uma prática profissional controladora, burocrática e neutralizadora das lutas sociais. Em seguida, identifica a articulação entre o Serviço Social

⁵⁰ Marilda Villela Iamamoto é Professora Titular da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, exerceu magistério em distintas universidades do país e na América Latina. É autora de vários livros e textos publicados em periódicos especializados na área de Serviço Social.

e as políticas sociais residuais, através das quais a profissão se institucionaliza, inicialmente com funções subalternas, em organismos públicos e privados.

Neste caminho, discute o significado contraditório da assistência social, da política social e do próprio Serviço Social. Procura romper com a visão fragmentada da questão social e com os métodos que a individualizam em “problemas sociais”.

Situando a profissão dentro da dinâmica social contraditória desvendada por Marx, a autora considera o assistente social como o profissional *da coerção e do consenso*. Mas, ressalta que o fato de a atuação profissional possuir implicações diretas no campo ídeo-político não é uma característica exclusiva do Serviço Social, embora, nesta profissão, esta dimensão se estabeleça com maior intensidade.

Para Iamamoto (2000), isto ocorre porque, desde a sua gênese e ao longo de toda a sua trajetória histórica, o Serviço Social sempre esteve estreitamente vinculado ao confronto que se estabelece entre as duas classes sociais que sustentam a sociedade capitalista: os trabalhadores e os detentores dos meios de produção. É deste vínculo que, segundo a autora, deriva o dilema central do Serviço Social: a contradição entre capital e trabalho que perpassa esta profissão porque ela está inserida no conjunto das relações sociais. Assim,

Para apreender o significado social da prática profissional supõe inseri-la no conjunto das condições e relações sociais que lhe atribuem um sentido histórico e nas quais se torna possível e necessária. O Serviço Social afirma-se como um tipo de especialização do trabalho coletivo, ao se constituir em expressão de necessidades sociais derivadas da prática histórica das classes sociais no ato de produzir e reproduzir seus meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada (IAMAMOTO, 2000, p. 88).

Deste modo, segundo Iamamoto (2000), é pelo fato do Serviço Social estar inserido em meio às relações que se estabelecem entre as classes sociais que conformam o

desenvolvimento da sociedade, que o exercício profissional do assistente social possui implicações diretamente sociopolíticas.

(...), a atuação do Serviço Social é visceralmente polarizada por interesses sociais de classes contraditórias, inscritos na própria organização da sociedade e que se recriam na nossa prática profissional, os quais não podemos eliminar. Só nos resta estabelecer estratégias profissionais e políticas que fortaleçam alguns dos atores presentes nesse cenário. Assim sendo, a prática profissional tem um caráter essencialmente político: surge das próprias relações de poder presentes na sociedade (IAMAMOTO, 2000, p. 122).

Para a autora, o assistente social atende ao mesmo tempo e através das mesmas atividades aos interesses da classe dominante e do conjunto de trabalhadores. Entretanto, é através da compreensão desta contradição que o assistente social pode desenvolver, no decorrer de sua prática profissional, estratégias capazes de potencializar ações que fortaleçam mais os interesses de uma determinada classe social em detrimento de outra.

Neste sentido, encontramos em Iamamoto (2000) questões extremamente relevantes para a compreensão da dimensão ídeo-política da prática profissional. Segundo a autora, “parece-me que aí está o cerne do debate sobre a dimensão política da prática profissional: a relação da profissão com o poder de classe” (IAMAMOTO, 2000, p. 122).

Segundo a autora, o Serviço Social emerge enquanto profissão quando seus agentes são chamados a constituírem-se em mediadores do capital – que é, em última instância, a força que detém o poder de produzir e legitimar tais serviços, de aprovar os estatutos profissionais, de remunerar os agentes. “Portanto, o Serviço Social só se torna possível como profissão institucionalizada como parte de uma estratégia do bloco no poder, que articula interesses homogeneizados pelo grande capital” (IAMAMOTO, 2000, p. 121).

Assim, o desafio de construir um novo projeto profissional voltado para a

“ruptura teórico-prática com a tradição tutelar e manipuladora das classes subalternas segundo interesses que lhe são estranhos” (IAMAMOTO, 2000, p. 91), vai muito além de uma correção técnica, porque constitui-se em uma questão eminentemente ídeo-política.

Desta forma, o desafio que se coloca para os assistentes sociais é o de transformar espaços de trabalho, especialmente estatais, em espaços, de fato públicos, alargando as possibilidades de apropriação da coisa pública por parte da coletividade. Mas, esse direcionamento exige um profissional informado, culto, crítico e competente, capaz de decifrar a gênese das desigualdades sociais. Requer competência teórica e fidelidade ao movimento histórico da realidade.

Para Iamamoto (2000), o assistente social, além de ser um executor terminal de políticas sociais, atuando na relação direta com a população usuária, está sendo chamado para formular e gerir tais políticas. Por isso, é preciso romper com a atividade burocrática e rotineira, pois o exercício da profissão é mais do que cumprir um horário e um leque de atividades pré-estabelecidas. É preciso elaborar projetos e saber negociá-los. Para isso, é importante perceber que as possibilidades estão dadas na realidade. Cabe ao assistente social apropriar-se dessas possibilidades e transformá-las em projetos e frentes de trabalho.

Segundo a autora, os profissionais que fazem a opção de, através da sua prática, ultrapassar as meras exigências mercadológicas, precisam captar a dimensão contestadora que se apresenta mesclada às ideologias dominantes, estimulando-a, desenvolvendo-a para que os próprios trabalhadores façam dela o motor de sua ação transformadora.

Esta postura implica, necessariamente, em ultrapassar a mera demanda institucional, ampliando o espaço ocupacional com propostas de trabalho que potencializem respostas às reais necessidades sociais – materiais e sócio-políticas – dos trabalhadores atendidos pelo Serviço Social.

A nova natureza da prática não se encontra, portanto, na mera recusa ou no menosprezo das tarefas que são socialmente atribuídas ao Serviço Social, nos quadros da divisão sócio-técnica do trabalho. Essa nova natureza está no tratamento teórico-político atribuído a essa prática inscrita no contexto do mercado de trabalho. Envolve a explicitação e apropriação efetiva do espaço ocupacional, decifrando as determinações político-econômicas macroscópicas que o atravessam, para impulsionar a construção e implementação de estratégias de ação que imprimam nova direção social ao planejamento e execução de ações demandadas ao Serviço Social (IAMAMOTO, 2000, p. 104).

Significa apropriar-se, teórica e praticamente, das possibilidades reais e efetivas, apresentadas pelo cotidiano, resultantes de movimentos sociais concretos, traduzindo-as em respostas profissionais criativas e críticas, rechaçando descrenças e ilusões. Descrenças que revelam uma prática impregnada de uma visão fatalista e ilusões que demonstram uma atuação ligada à concepção messiânica da profissão.

Segundo Iamamoto (2000), o fatalismo e o messianismo expressam formas de compreensão da prática profissional, aparentemente opostas, mas intimamente articuladas e, muitas vezes, predominantes entre os assistentes sociais. Em tais interpretações a prática social aparece travestida de concepções naturalistas e idealistas da vida social, presentes no debate intelectual da modernidade. Elas estabelecem uma polarização entre a naturalização da vida social – fatalismo – e a determinação da vida social pela consciência – messianismo.

Assim, o fatalismo se traduz numa visão perversa da profissão, onde a ordem do capital é tida como natural, não existem possibilidades de mudança e, portanto, não resta ao assistente social nada a fazer. O messianismo, por sua vez, privilegia as intenções, os propósitos do sujeito profissional individual, traduzindo-se num voluntarismo heróico que vislumbra de maneira ingênua possibilidades revolucionárias a partir de uma visão mágica de transformação social.

A superação destas interpretações e dos seus rebatimentos no exercício

profissional supõe o desvelamento da realidade social que se constitui em campo de atuação dos assistentes sociais. Implica uma análise profunda da sociedade capitalista e a compreensão de seus determinantes históricos. Isto requer o abandono das concepções teóricas conservadoras que se fizeram presentes ao longo da história do Serviço Social e a apreensão da prática social sob uma perspectiva crítica que explicita as condições de existência real dessa sociedade.

Este pensamento apresenta uma condição à profissão: que o assistente social perceba e compreenda as implicações políticas de sua prática profissional, reconhecendo-a como polarizada pela luta de classes. Esta é a condição fundamental para que a categoria profissional realize sua opção teórico-prática por um determinado projeto de sociedade “e supere as ilusões de um fazer profissionais que paira ‘acima’ da história” (IAMAMOTO, 2000, p. 37). Esta postura requer a utilização de instrumentais científicos que possibilitem a realização de uma análise profunda da realidade social e um olhar atento sobre as mudanças conjunturais.

A interação entre o aprofundamento teórico rigoroso e a prática renovada, politicamente definida, constitui elemento decisivo para superar as artimanhas ideológicas incorporadas pela profissão em sua evolução histórica: o voluntarismo, a prática rotineira e burocratizada, as tendências empiricistas, o alheamento central do modo de vida do povo e o desconhecimento do saber popular etc. (IAMAMOTO, 2000, p. 37).

Para que os profissionais possam concretizar ações que configurem uma perspectiva crítica de atuação, a autora nos aponta algumas pistas importantes, que serão aqui brevemente apresentadas.

O Serviço Social se constitui em uma atividade profissional inserida na divisão social do trabalho e o seu agente executor – o assistente social – é um trabalhador assalariado. Portanto, em Iamamoto, o assistente social é um trabalhador assalariado que

possui, no seu exercício profissional, traços de um profissional liberal. Enquanto trabalhador assalariado o assistente social depende de uma relação contratual para poder exercer suas atividades. O profissional precisa ser demandado por um contratante – que determina suas atividades e suas condições de trabalho – para desenvolver uma atuação profissional e em troca receber um salário. Esta dinâmica coloca o assistente social no mesmo patamar dos demais trabalhadores assalariados.

No entanto, o assistente social possui traços de um profissional liberal explícitos na Lei de Regulamentação da Profissão; no Código de Ética Profissional; e no acúmulo de conhecimentos teórico-práticos da categoria profissional. Estes traços liberais não diferenciam o assistente social dos demais trabalhadores assalariados, mas o particularizam. Oferecem ao profissional do Serviço Social uma autonomia relativa – que todo trabalhador possui – um pouco mais ampliada. Possibilita um espaço de atuação com maior liberdade profissional que precisa ser bem aproveitado pelos assistentes sociais. Essa relativa liberdade presente no processo interventivo dos assistentes sociais pode ser direcionada para a materialização de práticas pautadas em uma perspectiva crítica de atuação.

Segundo Iamamoto (2001b), embora o Serviço Social seja regulamentado como profissão liberal, ele não se realiza como tal. O Assistente social não possui os meios necessários para efetivar o seu exercício como um profissional autônomo. O profissional, para realizar sua intervenção, depende de recursos financeiros, técnicos e humanos previstos nos programas e projetos da instituição que o contrata. “Portanto, a condição de trabalhador assalariado não só enquadra o Assistente Social na relação de compra e venda da força de trabalho, mas molda a sua inserção socioinstitucional na sociedade brasileira” (IAMAMOTO, 2001b, p. 63).

Outra discussão apontada por Iamamoto (2001b) refere-se à importância do

cenário onde se dão as relações sociais: a sociedade civil. Segundo a autora, desconsiderar a sociedade civil significa encobrir todo o movimento de transformações históricas que vêm ocorrendo em nossa sociedade. Desta forma, o assistente social ao ocultar a sociedade civil coloca-se numa postura alheia em relação às mutações ocorridas junto os sujeitos sociais, nas últimas décadas. Sem compreender tais transformações e mutações o profissional do Serviço Social coloca-se em uma posição cada vez mais distante da realidade vivida por tais sujeitos.

Para a autora, é necessário que se consiga desvendar o movimento da sociedade, situando o Serviço Social na dinâmica das relações entre Estado e sociedade civil. Pois, outro equívoco desta profissão ao longo dos anos de 1980 foi ter seus olhares mais voltados para o Estado do que para a sociedade, mais para as políticas sociais do que para os sujeitos com quem e para quem trabalha.

A autora aponta que o campo das políticas sociais foi fundamental para uma redefinição e ampliação das bases de reconhecimento da profissão pelos sujeitos com os quais trabalha. No entanto, tão importante quanto os trabalhadores conhecerem o Serviço Social é o Serviço Social conhecer de perto a realidade destes sujeitos: o modo e as condições de vida, a cultura, suas organizações coletivas, político-partidárias ou sindicais entre outras.

Segundo Yamamoto (2001b) esse desvelamento das condições de vida dos sujeitos proporciona ao assistente social a possibilidade de perceber seus reais interesses, as aspirações, os núcleos de contestação, enfim, elementos de recusa da ordem vigente. E, a partir dessa aproximação o profissional do Serviço Social deixa de ser tão *estranho* para estes indivíduos tão alheios do seu universo.

Desta forma, Yamamoto (2001b) indica que o assistente social deve se aproximar da sociedade civil para desvendar “o modo de vida e de trabalho das classes trabalhadoras,

os processos de diferenciações internas a que vêm sendo submetidas e, as suas expressões político-culturais (...)” (IAMAMOTO, 2001b, p. 246).

Julgamos que esta reflexão da autora seja um ponto central em seu debate teórico no que diz respeito à construção de estratégias capazes de potencializar a prática profissional do assistente social em uma intervenção crítica, ou nas palavras de Iamamoto (2001b, p. 20) “construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo”.

Ainda no que se refere ao debate da dimensão ídeo-política da intervenção profissional do assistente social, Iamamoto (2007, p. 229) afirma:

Sabe-se que a dimensão política da profissão não se confunde com o partido político – trata-se de uma categoria cravejada por diferenças sociais e ideológicas – e, muito menos, com as relações de poder entre governados e governantes, ainda que o assistente social também possa exercer funções de governo. É nesse sentido que se reclama a autonomia do projeto profissional perante os partidos e o governo. Mas não se trata, também, de reduzi-lo à pequena política ou à contrapolítica dos técnicos, que se pretende asséptica e neutra, mas afirma o instituído. Outrossim, sua efetivação implica a decisão de ultrapassar a pequena política do dia-a-dia, tal como se expressa na competência permitida e autorizada pelas organizações, restrita à prática manipulatória imediata e à recepção passiva das informações, que se traduz no empirismo, nas rotinas, no burocratismo, que frequentemente se repõem no trabalho profissional (IAMAMOTO, 2007, p. 229 e 230).

Para Iamamoto (2007) a dimensão ídeo-política do Serviço Social possui consequências ao interferir no pensamento e no comportamento dos homens. Assim como o próprio assistente social também sofre interferências externas, enquanto cidadão e trabalhador, no enfrentamento dos conflitos sociais, passando a fazer parte de um “sujeito coletivo”, “que partilha concepções e realiza, em comum, atos teleológicos articulados e dirigidos a uma mesma finalidade, como parte da comunidade política” (IAMAMOTO,

2007, p. 230).

A trajetória histórica do Serviço Social, nas últimas décadas, tem demonstrado que a profissão vem construindo um projeto profissional aliado a “forças sociais progressistas, comprometidas com a efetivação da cidadania, extensiva a todos e com a irradiação dos preceitos e práticas democráticos a todos os poros da vida em sociedade” (IAMAMOTO, 2007, p. 230).

Entretanto, a autora ressalta que a operacionalização deste projeto supõe e pleno reconhecimento da realidade sócio-histórica onde se realiza o processo de intervenção do assistente social, uma vez que ela lhe impõe limites e lhe abre possibilidades. Assim, os objetivos idealizados pelos profissionais e os projetos que propõem possuem uma determinação social que incide sobre os seus resultados.

Logo, não há uma identidade imediata entre a intencionalidade do projeto profissional e os resultados derivados de sua efetivação. Para decifrar esse processo, é necessário entender as mediações sociais que atravessam o campo de trabalho do assistente social (IAMAMOTO, 2007, p. 231).

E são muitas as mediações que perpassam a intervenção profissional do assistente social. Estas mediações, por sua vez, redimensionam as condições do exercício profissional. Do mesmo modo que o contexto em que esse exercício se realiza interfere diretamente na demanda de trabalho do assistente social, alterando as configurações do mercado de trabalho.

Neste sentido, um aspecto pouco enfrentado pela autora consiste no debate em torno das estratégias técnico-operativas de um exercício profissional voltado para tais objetivos. Iamamoto afirma a necessidade de se construir “alternativas profissionais que representem a inserção e o apoio possível de amplos setores da categoria profissional, na luta pela criação de um novo bloco histórico que conduza ao surgimento de uma nova

hegemonia no conjunto da sociedade” (IAMAMOTO, 2000, p. 123).

No entanto, apesar de indicar que a construção destas alternativas deve ser resultado de análises concretas de situações concretas, Iamamoto (2000, 2001, 2003, 2007) não se debruça sobre uma reflexão teórica que venha a problematizar o processo de constituição destas alternativas prático-operativas.

Assim, embora este não seja o seu objetivo nas obras aqui analisadas, esta percepção foi confirmada pela própria autora, em sua mais recente obra, ao ressaltar que, atualmente, tem voltado seus esforços reflexivos para o “processo de realização do projeto profissional, em suas dimensões técnicas, políticas e éticas, nas condições sociais em que opera o trabalho do assistente social (...)” (IAMAMOTO, 2007, p. 255).

Deste modo, faz-se necessário discutir com maior profundidade caminhos capazes de materializar ações que aproximem os assistentes sociais destes modos de vida e de trabalho dos sujeitos com os quais trabalha. Pois um desafio ainda a ser enfrentado pela categoria consiste em refletir sobre mediações possíveis entre as bases teóricas já acumuladas e a operatividade do trabalho profissional.

No entanto, podemos concluir que algumas das questões mais relevantes e pertinentes para a problematização do debate proposto nesta dissertação encontram-se referenciados em Iamamoto. Isso faz com que a leitura e análise de suas obras tornem-se indispensáveis a qualquer um que deseje aprofundar seus conhecimentos em torno do debate acerca da dimensão ídeo-política do Serviço Social. Realizando uma densa análise do significado da profissão à luz da dinâmica contemporânea do capital, Iamamoto (2007) trouxe questões de inestimável relevância para esta pesquisa ao apresentar uma análise crítica de parte da produção teórica desenvolvida no âmbito de nossa profissão.

✓ *José Paulo Netto*

Outro autor que nos apresenta questões pertinentes para a reflexão da dimensão ídeo-política da prática profissional do assistente social é José Paulo Netto⁵¹. Este autor apresenta em suas produções uma forte influência do pensamento de Lukács – um marxista fiel à obra marxiana.

Entre as elaborações teóricas aqui analisadas encontram-se: o livro *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*, publicado em 1992; o artigo *Transformações Societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil*, escrito por Netto e publicado pela revista *Serviço Social e Sociedade*, no ano de 1996; o artigo *A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social frente à crise contemporânea*, do ano de 1999; o artigo *A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova* – publicado pela revista *Serviço Social e Sociedade*, em 2004.

Inicialmente, Netto (1992) apresenta uma análise que considera a natureza socioprofissional do Serviço Social essencialmente sincrética. Esta estrutura sincrética possui em sua raiz a busca por bases teóricas que pudessem legitimar a profissão – e diferenciá-la de práticas assistencialistas – realizando a unificação de idéias, doutrinas, pensamentos e influências que passam a compor um amálgama de diferentes concepções.

Para Netto (1992), a legitimidade de uma profissão não se constrói a partir do seu fundamento teórico, da base intelectual que incorpora, mas pela sua funcionalidade social, pela demanda que a incorpora na divisão sócio-técnica do trabalho. Portanto, esta inversão que coloca a base teórica como legitimadora da profissão encontra-se no cerne de um

⁵¹ José Paulo Netto é Professor Titular na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ensaísta, com vários livros publicados e artigos em periódicos especializados, participa ativamente do debate marxista no Brasil. Assistente Social desde os anos de 1970, suas idéias e produções sobre o Serviço Social vêm animando a polêmica em torno da profissão no país e no exterior.

sincretismo medular no Serviço Social.

O sincretismo nos parece ser o fio condutor da afirmação e do desenvolvimento do Serviço Social como profissão, seu núcleo organizativo e sua norma de atuação. Expressa-se em todas as manifestações da prática profissional e revela-se em todas as intervenções do agente profissional como tal. O sincretismo foi um princípio constitutivo do Serviço Social (NETTO, 1992, p. 88).

Esta estrutura sincrética da profissão possui, segundo o autor, três fundamentos essenciais: “o universo problemático original que se lhe apresentou como eixo de demandas histórico-sociais, o horizonte do seu exercício profissional e a sua modalidade específica de intervenção” (NETTO, 1992, p. 88).

O primeiro fundamento refere-se à multiplicidade quase infindável de refrações da questão social que se apresentam aos assistentes sociais. Relaciona-se à fragmentação das políticas sociais que recorta a questão social em incontáveis “problemas sociais” e a apresenta em sua fenomenalidade. A questão social é percebida tal como se apresenta na sua superficialidade, na sua aparência imediata – a pobreza, a fome, a falta de saúde, a violência etc. Esta heterogeneidade das refrações da questão social coloca para a profissão uma multiplicidade de demandas que deixam na obscuridade uma categoria essencial para os assistentes sociais: a totalidade.

Verifica-se, portanto, que a problemática que demanda a intervenção operativa do assistente social se apresenta, em si mesma, como um conjunto sincrético; a sua fenomenalidade é o sincretismo – deixando na sombra a estrutura profunda daquela que é a categoria ontológica central da própria realidade social, a totalidade (NETTO, 1992, p. 91).

Segundo Netto (1992), outro fundamento desta estrutura sincrética é o que traz o cotidiano como horizonte do exercício profissional. “Efetivamente, a pesquisa mais recente

e contemporânea tem salientado que o horizonte real que baliza a intervenção profissional do assistente social é o do cotidiano” (NETTO, 1992, p. 91).

A funcionalidade histórico-social do Serviço Social aparece definida precisamente enquanto uma tecnologia de organização dos componentes heterogêneos da cotidianidade de grupos sociais determinados para ressitua-los no âmbito desta mesma estrutura do cotidiano – o disciplinamento da família operária, a ordenação de orçamentos domésticos, a recondução às normas vigentes de comportamentos transgressores ou potencialmente transgressores, a ocupação de tempos livres, processos compactos de ressocialização dirigida etc. –, conotando-se tecnologia de organização do cotidiano como manipulação planejada (NETTO, 1992, p. 92).

A vida cotidiana é, assim, um dos níveis constitutivos da história, onde realiza-se a reprodução social. Suas determinações são a heterogeneidade, a imediatividade e a superficialidade. O cotidiano enquanto efetivação das produções humanas é alienante e opressivo. Segundo Netto (1992), a intervenção profissional não ultrapassa esse cotidiano fazendo com que o Serviço Social opere apenas rearranjos na vida dos sujeitos com os quais trabalha, contribuindo para a manutenção das bases de dominação e exploração.

No âmbito da vida cotidiana, a individualidade se faz predominante colocando os homens em patamares de singularidade que se sobrepõem ao ser humano genérico. Tal dinâmica aponta para a necessidade de procedimentos homogeneizadores como o trabalho criador, a arte e a ciência capazes de despertar a consciência genérica e retornar ao cotidiano desvendando-o como espaço de enriquecimento e ampliação do ser social.

Por fim, ao caracterizar o terceiro fundamento da estrutura sincrética do Serviço Social, Netto (1992) afirma que a profissão não buscou bases teóricas capazes de desvendar as relações sociais. Priorizando a técnica em detrimento do conhecimento da realidade, lançou mão sobre teorias que pudessem instrumentalizar a profissão no processo de rearranjo das estruturas de dominação.

É, porém, a modalidade específica da intervenção profissional dos assistentes sociais que contribui vigorosamente e decisivamente, confluindo com os dois componentes que acabamos de pontualizar, para inscrever o Serviço Social no círculo de giz do sincretismo. No centro desta modalidade de intervenção situa-se, com invulgar ponderação, a manipulação de variáveis empíricas de um contexto determinado (NETTO, 1992, p. 93).

Assim, o Serviço Social foi buscar junto às Ciências Sociais fundamentos teóricos para práticas indiferenciadas que fossem capazes de torná-las eficientes.

Depois de caracterizar o sincretismo no Serviço Social, Netto (1992) desdobra-o em três níveis de reflexão: o sincretismo científico – onde o autor aborda o embate teórico-metodológico entre as ciências sociais e a teoria social –; o sincretismo ideológico – no qual o autor debate as influências conservadoras da Europa e dos Estados Unidos da América na cultura profissional –; e a prática indiferenciada. Todavia, neste processo de análise vamos nos ater à reflexão acerca do sincretismo da prática indiferenciada.

Segundo Netto (1992), no que consiste a atuação profissional como foco central, a estrutura sincrética tem sido referenciada ao componente operacional da profissão que, mesmo diante das mudanças ocorridas na inserção sócio-ocupacional do assistente social, pouco tem avançado em relação às práticas filantrópicas. Para Netto (1992, p. 95), o processo de profissionalização do Serviço Social “pouco feriu a forma da estrutura da prática profissional interventiva, em comparação com a prática filantrópica”.

Mais precisamente: a profissionalização criou um ator novo que, alocado ao atendimento de uma demanda reconhecida previamente, não desenvolveu uma operacionalização prática substantivamente distinta em relação àquela já dada (NETTO, 1992, p. 96).

Para Netto (1992), no plano teórico o Serviço Social não consegue ultrapassar o

senso comum; no plano prático não consegue desvendar sua própria especificidade. O assistente social apresenta-se como um profissional que “faz de tudo” e o Serviço Social se traduz em um caráter sincrético de uma prática indiferenciada.

Em outra produção teórica, de fundamental importância para a reflexão acerca da dimensão ídeo-política do Serviço Social, Netto (1996) considera que a década de 1980 significou o rompimento com a hegemonia das tendências conservadoras que mantinham-se hegemônicas em meio à categoria profissional desde a gênese do Serviço Social. “Numa palavra, democratizou-se a relação da categoria e legitimou-se o direito à diferença ídeo-política” (NETTO, 1996, p. 111).

Segundo Netto, a emergência de uma vertente crítica na profissão deu origem a uma intelectualidade dotada de hegemonia no campo da elaboração teórica do Serviço Social, mas, por outro lado, inibiu a resistência de expressivos segmentos da categoria profissional em relação à tradição marxista. Ocorreu um hiperdimensionamento desta ruptura, uma vez que – embaladas pela efervescência política da década – as vanguardas profissionais ofuscaram a efetividade da persistência conservadora. Este quadro apresenta desafios concretos ao Serviço Social. Faz-se urgente pensar nas possibilidades abertas pela dinâmica dos processos sociais para afirmar, junto a estes segmentos ainda resistentes, a direção crítica hegemônica na profissão.

Neste sentido, o autor expressa que, por vezes, a dimensão ídeo-política da prática profissional dos assistentes sociais foi tratada de forma equivocada pela própria categoria profissional. A comum confusão entre dimensão ídeo-política e militância político-partidária é, também, apontada por Netto (2004, p. 22) ao mencionar que “nem sempre se teve clareza da fronteira entre o político e o político-partidário”.

Em Netto (1999a), a dimensão ídeo-política do Serviço Social consiste na articulação do seu significado social objetivo com os projetos societários existentes.

Na sociedade em que vivemos – a sociedade regida pela ordem capitalista –, Netto (1999a) afirma que os projetos societários são, essencialmente, projetos de classe, porque encontram-se indissociavelmente vinculados aos antagonismos que perpassam a dinâmica social, reforçando interesses de uma das duas classes fundamentais deste sistema – capitalistas ou trabalhadores. Por isso, projetos societários e todos os demais projetos coletivos são perpassados por uma dimensão ídeo-política que lhes é inerente, porque envolve relações de poder e processos de escolha pautados em valores e em concepções teóricas.

É claro que esta dimensão não pode ser diretamente identificada com posicionamentos partidários, ainda que se considere que os partidos políticos sejam instituições indispensáveis e insubstituíveis para a organização democrática da vida social no capitalismo contemporâneo (NETTO, 1999a, p. 03).

Para Netto (1999a), os projetos societários, perpassados por interesses classistas, constituem-se em estruturas que são flexíveis porque podem, a qualquer momento, incorporar novas demandas, novas reivindicações. Portanto, eles se alteram, principalmente em decorrência das mutações ocorridas nas variadas conjunturas sócio-históricas.

Um importante ponto esclarecido pelo autor, diretamente relacionado a contextos históricos, refere-se às condições externas necessárias para que projetos societários distintos possam se contrapor livremente em meio à sociedade. Uma vez que tais projetos carregam consigo propostas contraditórias de modelos societários, para que eles possam disputar a adesão dos membros da sociedade, faz-se necessária uma conjuntura democrática.

Em meio a um contexto ditatorial, “a vontade política da classe social que exerce o poder político vale-se, para a implementação do seu projeto societário, de mecanismos e dispositivos especialmente coercitivos e repressivos” (NETTO, 1999a, p. 03).

No entanto, Netto (1999a) ressalta que mesmo tendo-se uma conjuntura amplamente democrática, a história vem demonstrando que, na conformação societária regida pelos ditames do capital, projetos societários que pautem-se em interesses da classe trabalhadora encontram-se sempre em condições desfavoráveis frente os projetos da classe dominante. Da mesma forma, projetos profissionais que articulem-se organicamente com projetos societários que defendam os trabalhadores, encontram, também, maiores dificuldades do que aqueles atrelados aos interesses dominantes na sociedade.

Segundo Netto (1999a), os projetos profissionais são projetos coletivos diretamente ligados a profissões que possuem uma regulamentação jurídica e uma formação teórico-metodológica e técnico-interventiva. Eles são construídos pela categoria profissional – ou por parte representativa dela – envolvendo os profissionais que encontram-se na prática, o corpo docente, os estudantes, as instituições formativas, os organismos corporativos, acadêmicos sindicais, entre outros.

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais) (NETTO, 1999a, p. 04).

Assim como os projetos societários, os projetos profissionais também constituem-se em estruturas dinâmicas que sofrem os reflexos das mudanças ocorridas na sociedade e

elaboram respostas a estas modificações, sejam elas históricas, econômicas, culturais, entre outras. Portanto eles são uma estrutura em processo, são absolutamente renováveis.

Os projetos profissionais são coletivos e, por isso, se relacionam com particularidades que envolvem os diversos interesses sociais presentes em nossa sociedade. Eles vinculam-se aos interesses universais presentes no movimento da sociedade. Desta forma, interesses particulares de determinados grupos sociais ou profissionais – como o caso dos assistentes sociais – não existem independentemente dos interesses mais gerais que movem a sociedade.

Aqui chegamos a um ponto de extrema relevância no que se refere às contribuições de Netto (1999a) ao debate que propusemos. O autor defende que, também como ocorre com os projetos societários, os projetos profissionais são perpassados por uma dimensão ídeo-política que lhes é ineliminável. Esta dimensão refere-se tanto às relações que se estabelecem entre um projeto profissional e determinado projeto societário, quanto às perspectivas particulares da própria profissão. Mas esta dimensão, embora seja inerente a qualquer projeto profissional, nem sempre se apresenta de maneira explícita. Por vezes – especialmente quando atrela-se a projetos societários conservadores – ela permanece encoberta pelo discurso daqueles que dizem não gostar de política. Assim, um dos traços mais característicos do conservadorismo consiste, justamente, na negação das dimensões políticas e ideológicas.

Para Netto (1999a), o corpo da categoria profissional que molda o projeto profissional consiste em um sujeito coletivo que abarca uma heterogeneidade de profissionais. Assim, o projeto profissional é pensado e defendido – ou refutado – por um universo diversificado de indivíduos dotados de maneiras diferentes de pensar a própria profissão. Dito de outro modo,

O sujeito coletivo que constrói o projeto profissional constitui um universo heterogêneo: os membros do corpo (categoria) profissional são necessariamente indivíduos diferentes – têm origens, situações, posições e expectativas sociais diversas, condições intelectuais distintas, comportamentos e preferências teóricas, ideológicas e políticas variadas etc. O corpo profissional é uma unidade não-homogênea, uma unidade de diversos; nele estão presentes projetos individuais e societários diversos e, portanto, configura um espaço plural do qual podem surgir projetos profissionais diferentes (NETTO, 1999a, p. 05).

Por toda esta diversidade, o universo de uma categoria profissional se constitui em uma arena de disputas políticas e ideológicas, um campo permeado por tensões que propiciam o surgimento não apenas de um, mas de vários projetos profissionais. Desta forma, a existência de determinado projeto profissional hegemônico não elimina a existência de outros projetos, não suprime as divergências e contradições que caracterizam este espaço.

Assim, a hegemonia obtida por determinado projeto deve ter como princípio o respeito ao pluralismo – que não pode ser confundido com ecletismo – e as disputas devem se dar através do confronto de idéias, nunca por meio de processos excludentes ou coercitivos. “Por isso, a elaboração e a afirmação (...) de um projeto profissional deve dar-se com a nítida consciência de que o pluralismo é um elemento factual da vida social e da própria profissão, que deve ser respeitado” (NETTO, 1999a, p. 06). Pluralismo que significa, também, o respeito ao projeto que possua uma hegemonia legitimamente conquistada.

Em decorrência deste quadro plural de idéias e concepções, um projeto profissional pode desenvolver-se reforçando ou contrapondo-se ao projeto societário hegemônico na sociedade. É desta forma que se dá a articulação entre ambos. “Embora seja frequente a sintonia entre o projeto societário hegemônico e o projeto hegemônico de

um determinado corpo profissional, podem ocorrer – e ocorrem – situações de conflito e mesmo de contradição entre eles” (NETTO, 1999a, p. 06).

Portanto, para Netto (1999a) é possível que um determinado projeto profissional conquiste a sua hegemonia em meio à categoria profissional e perante a sociedade contestando a ordem vigente. Este processo torna-se mais propício em conjunturas onde os interesses dos trabalhadores projetem-se de maneira mais explícita junto aos membros da sociedade. Este quadro faz com que outros sujeitos coletivos – como categorias profissionais – possam, mais facilmente, sensibilizar-se com suas demandas e reivindicações.

Um aspecto imprescindível, considerado por Netto (1999a), no processo de constituição de um projeto profissional, é o fato de que mesmo a profissão possuindo a hegemonia de um projeto que contesta e se contrapõe ao projeto societário vigente em nossa sociedade, estas divergências não podem ser resolvidas nos marcos da categoria profissional.

Um exemplo desta contraposição é o projeto ético-político profissional do Serviço Social, hoje, hegemônico na categoria. Este projeto pauta-se em valores e princípios que se apresentam, claramente, contrários àqueles defendidos e difundidos pelo projeto societário hegemônico na atualidade.

Segundo Netto (1999a), é exatamente neste ponto que ocorre a confusão que acaba por diluir as diferenças que existem entre projeto profissional e projeto societário como se ambos fossem a mesma coisa. O Serviço Social possui um projeto profissional dotado de hegemonia legitimamente conquistada. Este projeto defende a constituição de uma nova ordem societária pautada em valores que ele mesmo defende como princípios seus. Uma nova conformação social baseada na liberdade, na justiça social, na equidade e, principalmente na supressão de qualquer forma de exploração e dominação, constitui o

horizonte do projeto ético-político profissional do Serviço Social.

A manutenção da hegemonia de um projeto profissional aliado aos interesses dos trabalhadores não é algo fácil em tempos extremamente perversos de dominação capitalista. A articulação necessária para esta manutenção é complexa e não se realiza em um curto espaço de tempo. Exige que a parcela da categoria profissional interessada em sua sustentação empreenda grandes esforços em estratégias políticas e organizativas.

Entre estas estratégias supõe-se que, considerando o pluralismo profissional, o corpo da categoria profissional realize um pacto que determine os aspectos imperativos⁵² e os indicativos⁵³ dentro do projeto hegemônico. No entanto, até mesmo para se chegar a um consenso a respeito dos aspectos que compõem os componentes imperativos, travam-se disputas em meio à categoria profissional.

O Código de Ética representa a explicitação de uma determinada fundamentação de valores referente à profissão a qual se relaciona. No entanto, a valorização ética não restringe-se a um âmbito particular da profissão, ela perpassa todo o seu projeto profissional. Portanto, este componente ético contido no projeto profissional não limita-se a normas ou prescrições de direitos e deveres, ele envolve as opções e concepções teóricas, ideológicas e políticas da categoria profissional.

Por isso, um projeto profissional é sempre ídeo-político. Ele demarca as escolhas ideológicas e políticas da categoria profissional, dando concretude à dimensão ídeo-política que é inerente a qualquer profissão.

Em relação ao debate realizado por Netto (1992), destacamos a crítica elaborada por Yamamoto (2007). Segundo a autora,

⁵² “Imperativos são os componentes compulsórios, obrigatórios para todos os que exercem a profissão (estes componentes, em geral, são objeto de regulação jurídico-estatal)” (NETTO, 1999a, p. 07).

⁵³ “Indicativos são aqueles em torno dos quais não há um consenso mínimo que garanta seu cumprimento rigoroso e idêntico por todos os membros do corpo profissional” (NETTO, 1999a, p. 07).

O que o autor vai acentuar e colocar como centro de sua análise é a “aparência indiferenciada que se reveste a prática profissional”, isto é, a manutenção de uma mesma estrutura da prática interventiva no tocante à sua operacionalidade, similar às suas protoformas. (...) Como todo o esforço analítico do autor comentado está concentrado na desmontagem dessa aparência de prática indiferenciada, que também é parte do trabalho do assistente social, as determinações sócio-históricas das respostas profissionais e suas distintas possibilidades de configuração ficam obscurecidas nessa construção teórica (IAMAMOTO, 2007, p. 273 e 274).

Entretanto, analisando as demais elaborações construídas pelo autor e aqui apresentadas, percebermos, ainda que não de maneira explícita, um movimento de revisão do sincretismo da prática indiferenciada. Em suas elaborações, especialmente as mais recentes, Netto vem ampliando concepções inicialmente defendidas. Deste modo, para a construção de um debate em torno da dimensão ídeo-política presente na prática profissional do assistente social, algumas das mais pertinentes contribuições encontram-se nas obras de Netto, essencialmente, nas mais recentes.

✓ *Marina Maciel Abreu*

Outra autora que possui relevância no debate em torno da dimensão ídeo-política da profissão é Marina Maciel Abreu⁵⁴, principalmente, através de sua obra *Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*, publicada em 2002.

Em seu livro, Abreu (2002) descreve a dimensão ídeo-política da prática profissional do assistente social como uma “função pedagógica” que se inscreve nos processos de organização da cultura. Esta função é determinada por meio das relações que se estabelecem entre a profissão e as classes sociais que compõem a nossa sociedade. Ela

⁵⁴ Marina Maciel Abreu é professora no Departamento de Serviço Social e no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. A autora vem contribuindo com a comunidade acadêmica do Serviço Social, especialmente no que se refere ao aspecto pedagógico da prática dos assistentes sociais, através dos resultados de sua tese de doutorado no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

se materializa nos resultados construídos pela ação do profissional que interfere no modo de agir e pensar dos sujeitos envolvidos nestes processos. E apresenta-se mediatizada pelas relações que se dão entre o Estado e a sociedade civil no enfrentamento da questão social.

As relações pedagógicas que se estabelecem nessas mediações, concretizam-se sob a forma de ação material e ideológica, nos espaços cotidianos de vida e de trabalho de segmentos das classes subalternas diretamente envolvidos nos processos da prática profissional, interferindo na reprodução física e subjetiva desses segmentos e na própria constituição do Serviço Social como profissão. Por meio do exercício desta função, a prática de assistente social insere-se no campo das atividades que incidem sobre a organização da cultura, constituindo-se elemento integrante da dimensão político-ideológica das relações de hegemonia (ABREU, 2002, p. 17 e 18).

Segundo a autora, refletir sobre a função pedagógica do assistente social implica perceber as determinações históricas, o seu processo de constituição e desenvolvimento em meio às recomposições das bases político-culturais das relações de hegemonia. “Um pressuposto básico é que as distintas perspectivas societárias colocadas pelas classes sociais imprimem orientações diferenciadas quanto à organização/reorganização da cultura” (ABREU, 2002, p. 31).

Sob esta perspectiva, Abreu (2002) apresenta uma análise da trajetória sócio-histórica do Serviço Social apreendida a partir dos diferentes perfis pedagógicos que caracterizaram esta profissão, revelando a inserção do assistente social em processos contraditórios de organização da cultura em nossa sociedade.

No processo de institucionalização do Serviço Social, na Europa e nos EUA, na primeira metade do século XX, a visão psicologista da questão social consubstanciou a “ajuda psicossocial individualizada”. Dentro deste contexto, segundo Abreu (2002) gestou-se, entre os assistentes sociais, a pedagogia da “ajuda” como uma idealização das práticas assistenciais cujo objetivo era manter encobertas as determinações econômicas, políticas e

ideológicas de tais práticas no processo de reprodução dos trabalhadores.

Cabe à pedagogia da “ajuda”, inerente às práticas assistenciais, a própria fetichização destas práticas. Isto quer dizer que a pedagogia da “ajuda” apresenta-se como expressão da “assistência educativa”, contribuindo para dissimular processos e mecanismos autoritários direcionados para uma ressocialização – conformadora da cultura dominante (ABREU, 2002, p. 224).

Sob esta lógica, a “ajuda psicossocial individualizada” foi transplantada para o contexto sócio-histórico dos países latino-americanos, sem que se levassem em conta as suas particularidades.

Em seguida, a autora apresenta alguns debates em torno da pedagogia da “participação”. Segundo Abreu (2002), esta pedagogia desenvolveu-se e consolidou-se, entre os assistentes sociais, através das propostas de Desenvolvimento de Comunidade, sob a influência da ideologia desenvolvimentista modernizadora.

Abreu (2002) afirma que a pedagogia da “participação” se constituiu reforçando as concepções de “auto-ajuda” e “ajuda mútua”, configurando uma esfera programática da intervenção profissional onde a participação popular, nos programas de governo, se apresentava como eixo central da “integração” e “promoção” sociais.

Coloca-se assim, inicialmente, como uma modalidade de ideologização do projeto desenvolvimentista, reatualizando a “assistência educativa” apresentada como alternativa para a integração e promoção sociais; mas, de fato, significa uma reatualização de formas manipulatórias das necessidades sociais das classes subalternas e dos recursos institucionais (ABREU, 2002, p. 224).

Entretanto, Abreu (2002) ressalta que, contraditoriamente, a participação, a partir dos anos de 1950 e 1960, avançou, em meio aos trabalhadores, configurando-se em um mecanismo central de lutas sociais e de processos revolucionários em todo o continente

latino-americano.

Segundo a autora, o movimento da classe trabalhadora, na luta pela sua emancipação, envolveu a construção de uma nova cultura capaz de gerar uma nova conformidade social. Para Abreu (2002), no campo do Serviço Social, este processo se traduziu na construção de uma “pedagogia emancipatória”, onde o assistente social aparece como um “intelectual orgânico”, vinculado a um projeto de classe revolucionário de vocação socialista.

Abreu (2002, p. 128) demarca que “as possibilidades de vinculação do Serviço Social ao movimento de construção de uma perspectiva pedagógica emancipatória” se abriram num determinado momento sócio-histórico e político-ideológico muito preciso: no contexto que propiciou a deflagração do Movimento de Reconceitualização.

Num primeiro momento, entretanto, segundo Abreu (2002), a construção desse “perfil pedagógico emancipatório” enfrentou dificuldades. Em relação à vinculação da dimensão ídeo-política do Serviço Social ao projeto societário da classe trabalhadora, ocorreu um descompasso, no campo político-ideológico, entre a intencionalidade da prática profissional e a sua real efetividade.

Tal descompasso é demonstrado no fato de que a compreensão da dimensão política da profissão, isto é, do vínculo de classe e a busca de (re)legitimação a partir do compromisso com os interesses das classes subalternas não se fizeram acompanhar da construção de estratégias e táticas político-profissionais compatíveis com as condições históricas existentes (ABREU, 2002, p. 148).

Entretanto, a autora destaca que na sociedade brasileira dos anos de 1980, gestaram-se as condições concretas para o avanço de um projeto profissional no Serviço Social identificado com os interesses dos trabalhadores. Assim, em meio ao movimento de democratização das relações sociais, redesenham-se duas tendências que passam a

redimensionar as funções pedagógicas dos assistentes sociais na “perspectiva emancipatória” da classe trabalhadora.

Segundo Abreu (2002, p. 154), a primeira tendência “se limita aos compromissos com as lutas das classes subalternas pela defesa dos direitos civis, sociais e políticos, da democracia e da justiça social portanto, no horizonte das conquistas que consubstanciaram a experiência do chamado Estado de Bem-Estar (...)”. Outra tendência considera o “compromisso profissional com as lutas das classes subalternas no sentido da superação da ordem burguesa e construção de uma nova sociedade – a socialista, a qual supõe a ultrapassagem das lutas no campo dos direitos (...)” (ABREU, 2002, p. 154).

Com isso, a produção teórica de Abreu (2002) suscita uma re-atualização do debate em torno dos limites existentes entre a prática profissional e a militância política. Para a autora, o maior desafio do assistente social, hoje, é avançar na luta pela emancipação da classe trabalhadora, rumo à construção de uma nova ordem societária, superando a tendência que circunscreve os compromissos profissionais ao âmbito da defesa dos direitos.

Referindo-se às duas tendências acima mencionadas, Abreu (2002, p. 225 226), afirma:

(...) uma circunscreve os compromissos profissionais com as lutas das classes subalternas, nos limites das conquistas que consubstanciaram a experiência do chamado Estado de bem-estar, mediante defesa dos direitos civis, sociais e políticos, da democracia e justiça social, colocados por alguns segmentos como o fim último da intervenção profissional. (...) A outra tendência funda-se na vinculação profissional às lutas das classes subalternas, no sentido da superação da ordem burguesa e da construção de uma nova sociedade – a socialista –, a qual supõe a ultrapassagem das lutas no campo dos direitos nos limites da chamada democracia burguesa. Vinculadas a essas tendências inscrevem-se novas possibilidades das funções pedagógicas dos assistentes sociais na perspectiva emancipatória das classes subalternas.

Para exemplificar ações que poderiam concretizar esta “perspectiva emancipatória”, no processo de “construção de uma nova cultura pelas classes subalternas”, Abreu (2002, p. 215) destaca os processos de “orçamento participativo”, “ouvidoria”, “renda mínima articulada à educação”, “balanços sociais”, “programas de qualidade de vida e de trabalho”, entre outras.

Tal como algumas experiências do Orçamento Participativo, determinados programas de bolsa-escola tendem a configurar políticas públicas contrapostas ao ideário neoliberal, pois contribuem, na contracorrente das programáticas privatistas liberalizantes, para reafirmar as responsabilidades públicas do Estado e o compromisso deste com o estabelecimento de novas relações sociais a partir dos interesses das classes subalternas (ABREU, 2002, p. 218).

Um último exemplo apresentado por Abreu (2002), refere-se aos profissionais que encontram-se inseridos no Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – o MST. A autora afirma que os assistentes sociais “inseridos nesse movimento aliam o trabalho profissional à sua condição de intelectual militante (...)” (ABREU, 2002, p. 220).

A autora finaliza seu debate ressaltando a importância de

(...) um enraizamento dessa perspectiva profissional no movimento histórico de luta das classes subalternas, referência primeira das questões a serem enfrentadas e horizonte do fazer profissional no sentido da construção de uma nova sociabilidade, uma nova cultura (ABREU, 2002, p. 220).

Entretanto, em meio ao debate construído por Abreu (2002), acerca da dimensão ídeo-política do Serviço Social, algumas questões precisam ser debatidas com mais atenção.

Ao longo do seu debate, a autora não explicita a sua compreensão acerca do

termo “emancipatório”. Se Abreu (2002) afirma que a função pedagógica da prática profissional do assistente social redefiniu-se sobre bases que possuíam como objetivo a superação da ordem capitalista, nestes termos, o perfil pedagógico dos profissionais assumi contornos de uma emancipação revolucionária – cuja meta é a libertação dos trabalhadores frente a qualquer tipo de dominação e exploração. Esta concepção do termo “emancipatório” não pode ser empregada a uma tendência que luta pela ampliação dos direitos na esfera da sociedade burguesa. Sob este aspecto, o perfil pedagógico dos assistentes sociais se desenvolve na busca pela conquista, consolidação e ampliação de direitos.

Deste modo, encontramos nas elaborações teóricas de Abreu (2002) a utilização de uma mesma terminologia para indicar tendências pautadas em concepções ideológicas contraditórias, sem que o significado de tal termo seja esclarecido.

Outra questão central que circunda a obra de Abreu (2002) refere-se ao superdimensionamento da prática profissional do assistente social que acaba subestimando a dinâmica societária e suas implicações diretas nos processos interventivos desenvolvidos pelos profissionais.

Neste sentido, a reflexão apresentada pela autora realiza uma análise que confunde a natureza da profissão com a natureza da prática militante e com a natureza de classe. O Serviço Social, enquanto profissão – assim como o assistente social, enquanto profissional – não possui o poder, nem a capacidade de realizar o processo de transformação social. A profissão possui como horizonte um projeto ético-político profissional hegemônico sintonizado ao projeto societário dos trabalhadores.

O Serviço Social é, portanto, uma profissão inscrita da divisão sócio-técnica do trabalho, em meio à sociedade capitalista, que possui como horizonte a superação desta ordem societária, mas move-se na arena dos direitos. Não são os assistentes sociais que

precisam ultrapassar as lutas neste campo dos direitos, mas o conjunto dos trabalhadores.

Deste modo, quando Abreu (2002, p. 206) afirma que

(...) o primeiro e fundamental desafio que se coloca para os assistentes sociais (...) refere-se à contribuição profissional para o fortalecimento e o avanço de processos e lutas que favoreçam a ultrapassagem das conquistas das classes subalternas dos limites históricos do Estado de Bem-Estar, no sentido da construção de uma nova sociabilidade – a socialista;

Compreendemos que a autora realiza uma análise correta em torno do papel dos profissionais do Serviço Social enquanto agentes que desejem construir processos interventivos críticos que venham a colaborar com a luta dos trabalhadores pela constituição de uma nova ordem societária.

Entretanto, ao considerar o assistente social um agente capaz de realizar uma “pedagogia emancipatória”, incorre no equívoco do voluntarismo que menospreza os movimentos reais existentes na dinâmica societária. Abreu (2002, p. 2006), afirma que a “tendência emancipatória” “(...) estabelece o compromisso profissional com as lutas das classes subalternas no sentido da superação da ordem burguesa e construção de uma nova sociedade – a socialista (...)”. Desta forma, a autora identifica a prática profissional como um desdobramento da práxis social e, corroborando com Iamamoto (2007, p. 326) “parece propor um possível Serviço Social socialista em uma profissão exercida predominantemente na esfera do Estado burguês, nas corporações empresariais e nas chamadas ‘organizações da sociedade civil’”.

O Serviço Social – como qualquer outra atividade profissional – possui uma categoria profissional heterogênea. Embora exista uma direção ídeo-política hegemônica, o corpo da categoria profissional é constituído por assistentes sociais que expressam e defendem as mais diversificadas concepções políticas e ideológicas existentes.

Por isso não há como existir, de fato, um “Serviço Social socialista”. Não existe um consenso absoluto dentro da categoria que permita ao Serviço Social se auto-intitular revolucionário.

Além disso, uma reflexão que defenda a possibilidade do assistente social realizar, no seu processo de intervenção profissional, a “emancipação dos trabalhadores”, comete outro equívoco: desconsidera as adversidades da atual conjuntura. “Na atualidade, as bases sociais de um ‘projeto emancipatório’ têm sido politicamente erodidas” (IAMAMOTO, 2007, p. 328), pela conjuntura onde imperam os ecos da pós-modernidade.

Com relação aos exemplos mencionados pela autora – orçamento participativo, ouvidoria, programas de transferência de renda mínima, balanços sociais, programas de qualidade de vida e de trabalho –, concordando com Iamamoto (2007, p. 326), “verifica-se uma distância entre a radicalidade da proposta de uma ‘pedagogia emancipatória’ voltada à construção de uma sociedade socialista e a seleção das práticas profissionais acima citadas, como expressão daquela pedagogia”.

Por fim, em relação à experiência do MST, questionamos: seria objetivo do assistente social, enquanto profissional, desenvolver práticas militantes, no âmbito de sua intervenção profissional?

No entanto, apesar das questões polêmicas e controversas, a obra de Abreu (2002) possui grande relevância dentro de um debate em torno da dimensão ídeo-política do Serviço Social, pois estimula discussões sobre aspectos importantes que precisam ser refletidos em meio a esta temática.

Chegando ao final da análise de algumas das principais obras de autores que, através de suas elaborações, procuraram desvendar, problematizar e compreender a dimensão ídeo-política que perpassa a atuação do profissional do Serviço Social, podemos perceber que todas elas apresentam questões absolutamente pertinentes ao debate aqui

proposto.

Partindo de algumas das principais reflexões apresentadas por estes autores, sejam elas equívocos, tropeços, ou discussões que nos levam ao caminho de uma melhor apreensão desta dimensão, o próximo ponto desta dissertação possui o objetivo de apresentar um balanço reflexivo, tecendo algumas considerações que julgamos essenciais para este debate.

2.4. Considerações acerca da dimensão ídeo-política do Serviço Social

Realizando uma análise mais atenta sobre o debate teórico produzido, no âmbito do Serviço Social, acerca da dimensão ídeo-política da profissão, podemos perceber que alguns dos pontos mais relevantes nesta discussão são consensuais entre os autores abordados.

Neste sentido, gostaríamos de pontuar algumas questões centrais que perpassaram as discussões aqui apresentadas, no sentido de trazer à tona algumas considerações que, por vezes, atravessaram o debate desenvolvido, mas não emergiram em toda a sua nitidez.

Estas questões serão apresentadas sob a forma de eixos analíticos que agrupam alguns equívocos frequentes em meio a este debate e algumas questões significativas apontadas pelos autores anteriormente analisados.

Alguns equívocos acerca da dimensão ídeo-política da intervenção profissional

1º - A prática profissional enquanto militância política.

Este equívoco possui raízes no Movimento de Reconceituação e acompanhou o desenvolvimento do Serviço Social configurando, por muitas vezes, uma compreensão

distorcida da dimensão ídeo-política da prática profissional.

O encontro entre a profissão e o complexo universo marxista aconteceu, inicialmente, através dos múltiplos marxismos onde, na maioria das vezes, o personagem mais ausente era o próprio Marx. “Em outras palavras: foi a aproximação de um marxismo sem Marx” (IAMAMOTO, 2001b, p. 211).

Assim, o primeiro encontro entre a categoria profissional e a tradição marxista não deu-se por meio das fontes clássicas, mas através de manuais de divulgação do marxismo.

A leitura de divulgadores desta tradição intelectual à qual tivemos acesso, predominantemente a partir da militância política, forneceu-nos um determinado e problemático “recorte” que se encaixava às requisições postas naquele momento histórico para a profissão: o nosso primeiro encontro com o marxismo capturou deste os seus elementos ídeo-políticos, como aportes para a afirmação da ruptura em níveis mais gerais, ressaltando o embate contra a neutralidade profissional (SANTOS, 2007a, p. 01).

Deste modo, “o encontro do Serviço Social com a perspectiva crítico-dialética deu-se por meio do filtro da prática político-partidária” (IAMAMOTO, 2001b, p. 210), configurando-se em uma aproximação ideológica do marxismo. Esta aproximação realizou a convocação dos profissionais para que estes assumissem um compromisso político com a classe trabalhadora, redimensionando sua análise sobre a sociedade e sobre a sua própria função social, enquanto assistente social. Por meio deste caminho, muitas inquietações próprias da militância política e partidária foram automaticamente transferidas para o âmbito da prática profissional.

Sem deixar de ser importante naquele momento, esta radicalidade no posicionamento político provocada pela apropriação apenas ideológica do marxismo mistificou alguns aspectos da profissão devido à falta de clareza relativa a pontos essenciais do marxismo

ausentes (ou praticamente ausentes) das formulações às quais tivemos acesso (SANTOS, 2007a, p. 02).

A relação de identidade que estabeleceu-se entre prática militante e prática profissional foi responsável por dubiedades que acabaram por confundi-las, em muitos momentos, deixando de lado suas diferenças.

Por isso, equivocada é a concepção que dogmatiza os esquemas formais da política partidária como modelos que deveriam ser reproduzidos no Serviço Social. Uma perspectiva profissional pode se articular a uma perspectiva partidária e vice-versa, essencialmente quando ambas possuem uma mesma perspectiva de classe, mas são práticas que se desenvolvem em campos diferenciados e possuem significados distintos.

Deste modo, debater sobre a dimensão ídeo-política da intervenção profissional do assistente social não significa atribuir ao profissional um papel de militância política. “Sabe-se que a dimensão política da profissão não se confunde com o partido político – trata-se de uma categoria cravejada por diferenças sociais e ideológicas (...)” (IAMAMOTO, 2007, p. 229).

2º- A prática profissional supostamente apolítica.

Ao longo da década de 1980, ocorreu um segundo momento referente ao processo de aproximação do Serviço Social com a tradição marxista caracterizado, predominantemente, por uma apropriação epistemológica (SANTOS, 2007a).

O estruturalismo de Althusser constituiu-se em uma das maiores influências em meio ao debate teórico desenvolvido no Serviço Social. Tal influência muito contribuiu para a centralidade que a teoria assumiu – em detrimento da realidade – na profissão, ao longo nos anos de 1980. O teoricismo que resultou deste movimento produziu equívocos que se expressam na apreensão do marxismo como um modelo que se “aplica” na prática.

Tem-se aqui a percepção generalizada que emergiu da apropriação epistemológica do marxismo pelo Serviço Social: a de que deveria existir uma identidade entre teoria e prática; esta última seria moldada pela teoria de forma que o produto final correspondesse à teoria “aplicada” (SANTOS, 2007a, p. 06).

Esta concepção foi responsável pela formulação da famosa afirmativa “a teoria na prática é outra”. E, juntamente com parte dos profissionais que atribuíram à dimensão ídeo-política da profissão uma conotação messiânica e heróica, de transformação da realidade, estimulou também o seu oposto. Nutriu grupos de profissionais com críticas à tradição marxista acusando-a de não oferecer aos assistentes sociais instrumentos e técnicas próprios que lhes permitissem “aplicar” a teoria à realidade.

Ainda hoje, sustentados por estas críticas, muitos assistentes sociais afirmam não gostar de política e acreditam que seja possível debater o Serviço Social sem realizar discussões políticas.

Deste modo, podemos perceber que a concepção da dimensão ídeo-política da intervenção profissional encontra-se diretamente ligada a uma determinada concepção de mundo (TEIXEIRA, 1991).

A imagem de um Serviço Social apolítico vincula-se a várias teorias conservadoras que separam os conceitos teoria e prática, filosofia e ciência, ciência e técnica, perdendo a perspectiva da totalidade. Neste sentido, a dimensão ídeo-política da profissão aparece como um formalismo doutrinal, moralista, pois desliga a questão social do fazer humano concreto, produtivo e cultural, na medida em que identifica a miséria humana como distinta da relação entre capital e trabalho.

Este é outro equívoco: a negação da existência de uma esfera ídeo-política permeada de contradições sociais geradas pela luta de classes que atravessa cotidianamente a prática profissional.

3º - A dimensão ídeo-política enquanto prática profissional crítica.

Outro equívoco que pode ser cometido ao se pensar a dimensão ídeo-política da intervenção do assistente social, é a imediata correlação desta com uma prática profissional crítica, vinculada aos interesses políticos e ideológicos da classe trabalhadora.

O fato de o Serviço Social possuir uma dimensão ídeo-política que lhe é inerente não pressupõe que esta esteja naturalmente vinculada ao projeto societário dos trabalhadores. Ao contrário, como vimos anteriormente, a prática profissional de maior parte da categoria profissional manteve-se atrelada ao projeto societário da classe dominante por um longo período. E, mesmo depois da conquista hegemônica de um projeto profissional articulado aos interesses do conjunto dos trabalhadores, práticas profissionais conservadoras – sejam tradicionais, tecnocráticas, neoconservadoras ou aparentemente radicais, como nos aponta Netto (1996) – não desapareceram.

Portanto, a dimensão ídeo-política contida nos processos interventivos dos assistentes sociais pode materializar-se, através das ações por estes desenvolvidas, em perspectivas críticas ou conservadoras de atuação.

Assumir uma perspectiva crítica de intervenção profissional significa compreender a sua dimensão ídeo-política e empreender esforços para que as ações planejadas e executadas venham a somar com a luta dos trabalhadores contra os processos de exploração e dominação capitalistas, e não substituí-la. Em nossa atual conjuntura, representa desenvolver ações profissionais que somem esforços com todos os movimentos que se contraponham aos ajustes neoliberais e à barbárie capitalista.

Faz-se então necessário ao profissional que, pela via de conhecimento teórico, da escolha consciente por valores universais, da direção política que atribui a sua prática, bem como de uma postura renovada e qualificada, transcenda a mera

cotidianidade para alcançar o patamar do exercício crítico, competente e comprometido (GUERRA, 2007b, p. 12).

4º - A dimensão ídeo-política enquanto práxis revolucionária.

Um último equívoco a ser apontado refere-se aos limites da dimensão ídeo-política da intervenção profissional do assistente social. Diz respeito à atribuição de práticas revolucionárias aos assistentes sociais, colocando-lhes sobre os ombros uma responsabilidade que não compete a uma categoria profissional.

Os assistentes sociais não são “líderes messiânicos” encarregados de conduzir o processo de transformação da sociedade e nem assim devem se comportar. Entre os objetivos profissionais apontados pelo nosso projeto ético-político não encontra-se a condução da classe trabalhadora no processo de transformação social.

Análises neste sentido não levam em consideração que os principais atores políticos de nossa sociedade são as classes sociais e não as profissões. As reais transformações revolucionárias na sociedade só podem ser impulsionadas pela iniciativa e pelos esforços da classe trabalhadora.

Não cabe ao assistente social, enquanto profissional, o papel revolucionário de transformar a sociedade capitalista. A tarefa revolucionária de subverter a ordem do capital em detrimento da conformação de uma nova sociabilidade é do conjunto dos trabalhadores.

Desta forma, o Serviço Social, enquanto profissão situada na esfera da defesa dos direitos, não realiza a superação da ordem capitalista. Todas as ações desenvolvidas pelos assistentes sociais, mesmo que defendam interesses reais do conjunto dos trabalhadores, cabem muito bem dentro dos limites do sistema capitalista. O que este profissional pode construir são intervenções que potencializem, que contribuam, que reforcem a luta por uma outra sociedade sendo que esta, na sua essência, precisa ser conduzido pelos trabalhadores.

“Nestas circunstâncias, a atividade dos profissionais se pode definir como

progressista quando apóia, reforça ou estimula o esforço transformador daqueles que são os atores básicos da mudança social” (PALMA, 1987, p. 27).

No entanto, para que os profissionais possam desenvolver ações que fortaleçam o processo de transformação social, faz-se necessário que ele esteja em construção. Esta é uma tarefa que não cabe ao Serviço Social, porque é muito maior que qualquer profissão. Não é competência do assistente social, enquanto profissional, instituir esse processo, mas uma de suas atribuições pode ser a sua contribuição no desenvolvimento desta ação coletiva.

Algumas questões relevantes para o debate da dimensão ídeo-política da profissão

1ª - A origem da dimensão ídeo-política do Serviço Social.

Superando as imprecisões que circundam o debate acerca da dimensão ídeo-política da intervenção profissional do assistente social, levando muitos profissionais a uma compreensão equivocada sobre tal dimensão, podemos concluir que sua origem encontra-se na contradição essencial da sociedade capitalista – a contradição entre capital e trabalho. Esta contradição permeia não apenas o Serviço Social, mas qualquer atividade profissional, fazendo com que seu processo interventivo seja perpassado por interesses antagônicos.

Sendo o Serviço Social uma atividade socialmente determinada e historicamente legitimada, o assistente social, por meio de sua atuação profissional, atende tanto a interesses institucionais – normalmente atrelados aos interesses dominantes –, quanto a interesses dos sujeitos por ele atendidos. E, somente através da compreensão desta dinâmica, ou seja, apenas por meio de uma correta apreensão da dimensão ídeo-política inerente à sua prática profissional, pode empreender esforços na elaboração de estratégias

que venham a reforçar os interesses dos trabalhadores – uma vez que no decorrer do seu processo interventivo, repassa para os sujeitos valores, princípios e concepções de mundo.

Isto significa que o exercício profissional participa de um mesmo movimento que permite a continuidade da sociedade de classes e cria as possibilidades de sua transformação. Como a sociedade nas quais se inscreve o exercício profissional é atravessada por projetos sociais distintos - projeto de classes para a sociedade -, cria o terreno sócio-histórico para a construção de projetos profissionais também diversos, indissociáveis dos projetos mais amplos para a sociedade. Tem-se, portanto, a presença de forças sociais e políticas reais – não mera ilusão -, que permitem à categoria profissional estabelecer estratégias político-profissionais no sentido de reforçar interesses das classes subalternas, alvo prioritário das ações profissionais. Sendo a profissão atravessada por relações de poder, dispõe de um caráter essencialmente político, o que não decorre apenas das intenções pessoais do assistente social, mas dos condicionantes histórico-sociais dos contextos em que se insere e atua (IAMAMOTO, 2008, p. 08).

Portanto, o Serviço Social encontra-se inserido no processo de reprodução das relações sociais gestadas na sociedade capitalista. Esta reprodução das relações sociais é a “reprodução da totalidade do processo social, a reprodução de determinado modo de vida que envolve o cotidiano da vida em sociedade: o modo de viver e de trabalhar, de forma socialmente determinada, dos indivíduos em sociedade” (IAMAMOTO, 2003, p. 72).

A dimensão ídeo-política da intervenção profissional do assistente social é inerente ao Serviço Social pelo fato dele estar instituído em meio a relações sociais cujos contornos são estabelecidos pela sociedade capitalista, num processo incessante de disputas políticas e ideológicas entre classes sociais antagônicas. Estas disputas ídeo-políticas – que configuram-se na luta de classes – expressam seus interesses e suas propostas através de projetos societários vinculados a uma das duas classes fundamentais da sociedade capitalista: capitalistas e trabalhadores.

Deste modo, todas as profissões possuem uma dimensão ídeo-política. Esta dimensão não é privilégio do Serviço Social, ela é inerente a qualquer atividade coletiva

que esteja vinculada a um destes projetos societários em disputa. Por sua vez, ela não deriva da vontade política ou da concepção ideológica do profissional, mas da contradição própria da sociedade capitalista que perpassa todo o processo interventivo do assistente social. Por isso, apenas a sua plena compreensão pode fazer com que a categoria profissional seja capaz de elaborar estratégias que venham a fortalecer um destes projetos em disputa.

Portanto, a apropriação da dimensão ídeo-política do Serviço Social depende da compreensão teórica sobre a relação que se estabelece entre capital e trabalho, na sociedade capitalista, e sobre as contradições que se estabelecem a partir das classes fundamentais. Classes que não representam um conceito, um dado ou um pressuposto, mas que são um produto histórico real do movimento de produção e reprodução das relações sociais antagônicas estabelecidas pela ordem do capital.

Portanto a atuação do Serviço Social é visceralmente polarizada por interesses sociais de classes contraditórias, inscritos na própria organização da sociedade e que se recriam na nossa prática profissional, os quais não podemos eliminar. Só nos resta estabelecer estratégias profissionais e políticas que fortaleçam alguns dos atores presentes nesse cenário (IAMAMOTO, 1991, p. 60).

2ª - O Serviço Social como produto e produtor das relações sociais.

O profissional do Serviço Social atua em meio a uma totalidade concreta que se encontra em constante movimento, em um processo de estruturação e reestruturação permanente. Por isso, o Serviço Social – assim como qualquer outra profissão – precisa ser considerado a partir de dois ângulos indissociáveis. O primeiro refere-se à profissão como uma realidade que é vivida por seus agentes e através destes torna-se representada em discursos teórico-ideológicos que são construídos sobre o exercício profissional. O segundo ângulo deste mesmo fenômeno que é a atividade profissional diz respeito ao fato

da atuação do assistente social ser uma atividade socialmente determinada por circunstâncias sociais objetivas.

Em relação ao primeiro ângulo, podemos afirmar que o Serviço Social parece possuir certo privilégio em relação a outras atividades profissionais. A profissão assumiu a sua dimensão ídeo-política com a audácia necessária para propor um percurso profissional que venha a reforçar as tarefas da construção de uma nova ordem para além do capital.

No entanto, o segundo ângulo indica que a conjuntura produzida em determinados momentos históricos interfere diretamente na constituição da direção social da profissão e, conseqüentemente, no próprio processo interventivo realizado por seus agentes. O contexto histórico condiciona e, por vezes, ultrapassa a vontade e a consciência dos profissionais em relação às ações por eles desenvolvidas.

Portanto, a unidade entre estes dois ângulos é tão real quanto contraditória. Ela pode ocasionar uma defasagem entre as intencionalidades do profissional – expressas ou não no seu discurso – e o seu próprio fazer profissional. Nem sempre as representações que legitimam uma profissão caminham juntas com as condições propícias para o seu exercício e com os efeitos sociais que provoca.

Deste modo, fica evidente que existem muitos fatores que corroboram para que este descompasso aconteça. Fatores que vão além do domínio destes profissionais porque “a profissão não se constrói apenas internamente, pela ‘exclusiva vontade dos seus membros’ (...), o que nos mostra o justo limite para a autonomia profissional que o contexto histórico-social lhe coloca” (MONTAÑO, 2007, p. 197).

3ª - Os desafios apresentados pela realidade contemporânea.

O tempo presente acirra a naturalização das desigualdades sociais e a submissão das necessidades humanas ao poder do capital-dinheiro e do seu fetiche, características da

sociedade capitalista. E é dentro deste contexto, sob o efeito destas forças que se congregam para nos conduzir pelo caminho da indiferença diante do destino de enormes contingentes de trabalhadores, que atuam os assistentes sociais.

Desta forma, mesmo portando um projeto profissional que possui como horizonte a transformação radical deste modelo societário, o assistente social move-se em uma conjuntura onde o projeto societário hegemônico garante a efetividade dos interesses da classe dominante. Esta conjuntura faz com que as influências da crítica pós-moderna ao ideário da modernidade ecoem mais facilmente entre os profissionais do Serviço Social.

Como explicitamos no primeiro capítulo, as críticas pós-modernas se contrapõem à perspectiva da totalidade, à existência de classes sociais antagônicas e ao ideário revolucionário. Na pós-modernidade, a diversidade e a diferença dissolveram todas as antigas universalidades em uma pluralidade de estilos de vida e de identidades pessoais. E, se não existem mais interesses comuns e coletivos, não se faz mais necessária uma luta unificada por uma ideologia revolucionária. Não se faz mais necessária uma ruptura com o sistema de produção vigente na sociedade.

A dificuldade em se apreender a totalidade social, devido ao florescimento do pensamento pós-moderno, soma-se ao atual modelo de Estado regido pelos princípios neoliberais. Este modelo tem contribuído para um aprofundamento do processo de subordinação do Serviço Social. ‘Efetivamente, nele se prega (e pratica) a drástica diminuição e a minimização do Estado, dos recursos destinados às políticas sociais’ (MONTAÑO, 2007, p. 107).

Este contexto ocasiona impactos diretos no Serviço Social, seja pela redução direta do número de assistentes sociais contratados pelo Estado, seja pelo processo de precarização das condições de trabalho, através da terceirização dos mesmos, como também pela diminuição drástica de financiamento e recursos necessários aos profissionais

na execução das políticas sociais.

Isto aumenta a subordinação do assistente social, agora com menos recursos à sua disposição – e com menor demanda organizacional –, por ser um dos executores dessas políticas sociais, algumas das quais já são, para esses Estados, prescindíveis e descartáveis (MONTAÑO, 2007, p. 108).

O processo de subordinação do assistente social é cotidianamente reforçado pelas demandas e cobranças institucionais que se impõem ao profissional em seus espaços sócio-ocupacionais. Os objetivos burocráticos da instituição tendem a comprimir e limitar a liberdade do assistente social, rotinizando as funções que realiza durante sua intervenção profissional.

Na posição de um empregado assalariado do capital que possui uma intervenção profissional voltada para os trabalhadores, o assistente social, muitas vezes, encontra-se em uma posição desconfortável, debatendo-se entre os interesses institucionais e as reais necessidades dos sujeitos junto aos quais trabalha.

4ª - Os sujeitos com os quais o assistente social trabalha.

Os assistentes sociais, muitas vezes, encontram-se inseridos no contexto das políticas sociais setorizadas, parcializadas e focalizadas que segmentam a questão social em vários “problemas sociais”.

Com isso percebemos, primeiramente, que o tipo de demanda encaminhada ao assistente social, por parte do contratante – que fragmenta e autonomiza a realidade social, que transforma a “questão social” em “problemáticas” isoladas, as contradições estruturais em “disfunções” individuais, as consequências em causas, a “demanda social” em “demanda por serviços institucional-profissionais”, os processos mediatizados pelas lutas de classe em questões imediatas e emergenciais –, usualmente não exige conhecimento teórico-crítico das teorias sociais e atualização

acadêmica, numa perspectiva de totalidade, que permita o domínio dos fundamentos da “questão social”. Exige, sim, conhecimento apurado de técnicas e informações dos recursos organizacionais, tanto quanto da população atendida, com a qual estabeleça uma boa relação de empatia, e sólidos conhecimentos setoriais. Pede-se ao assistente social atividades de triagem, encaminhamento, relatórios, comunicação e divulgação de ações, coordenação de grupos etc., ou seja, respostas imediatas a demandas emergenciais (MONTAÑO, 2007, p. 106).

Assim, o fato de o assistente social, na maioria das vezes, encontrar-se alocado no campo das políticas sociais, acaba propiciando a adesão deste profissional – mesmo que involuntária – a uma forma de pensar pautada na fragmentação da realidade social. Esta visão segmentada reflete-se na própria compreensão do profissional sobre os sujeitos com os quais trabalha.

A população receptora dos serviços e, muitas vezes, vista pelo profissional sob uma perspectiva fragmentada – como pobres, crianças, famílias, idosos, população de rua, entre outros – de acordo com as carências apresentadas.

Assim, há a ausência de perspectiva de classe social dos profissionais, classificando a população receptora de seus serviços a partir do atendimento e da política social oferecida, não reconhecendo esta como pertencente a uma classe social – a classe trabalhadora. (CASSAB *et al*, 2006, p. 12)

Seguindo a mesma lógica, muitos são os assistentes sociais que identificam as demandas mais frequentemente apresentadas pelos sujeitos por ele atendidos como sendo de ordem individual, relacionadas à satisfação de necessidades pessoais e não coletivas.

O assistente social tem dificuldade de enxergar esta demanda como uma demanda coletiva, isto é, de compreender o indivíduo inserido em uma classe. De entender o indivíduo alvo de sua intervenção como “corpo laborante”, ou seja, o indivíduo que é pertencente a uma classe social e que, sobretudo, vivencia as contradições da relação entre capital e trabalho (CASSAB *et al*, 2006, p. 14).

Tais questões demonstram que a maioria dos assistentes sociais não consegue visualizar os sujeitos com os quais trabalha como pertencentes a uma classe social. Não conseguem perceber que suas demandas individuais refletem a história de luta e resistência da classe trabalhadora.

Torna-se evidente a existência de um descompasso entre a concepção teórica dos sujeitos sociais, que se constituem como público alvo do Serviço Social, trabalhada no decorrer do processo de formação profissional e a apreensão de tais sujeitos pelos profissionais que encontram-se inseridos no mercado de trabalho.

Este descompasso, em muitos casos, é consequência do tensionamento que se sobrepõe aos assistentes sociais – contratados para materializar o vínculo entre as políticas sociais e seus destinatários – dentro de condições particulares de assalariamento que “põem esses profissionais em situação política, econômica e funcionalmente subordinada” (MONTAÑO, 2007, p. 104).

(...) sendo em geral seu salário (muitas vezes seu único meio de sustento) extremamente limitado; colocando-se numa tensa relação entre o patrão, ligado aos interesses das classes hegemônicas, ao capital, e o “usuário”, ligado às classes subalternas, ao trabalhador; administrando ou implementando geralmente recursos escassos (...) (MONTAÑO, 2007, p. 104).

5ª - O assistente social sintonizado com os interesses dos trabalhadores.

Todo o processo de subordinação do assistente social, para o qual contribuem fatores históricos, estruturais e conjunturais, pode ser enfrentado e, até mesmo, alterado, “pois a subordinação do assistente social é um fenômeno histórico e não natural. Portanto, assim como é construída, também pode ser destruída” (MONTAÑO, 2007, p. 108).

Não é nada fácil percorrer caminhos e consolidar intervenções críticas e

sintonizadas com os interesses da classe trabalhadora. No entanto, a prática profissional do assistente social não é apenas resultante de um processo histórico, ela é, também, produto teórico-prático dos agentes que a ela se dedicam.

A profissão é tanto um dado histórico, indissociável das particularidades assumidas pela formação e desenvolvimento de nossas sociedades, quanto resultante dos sujeitos sociais que constroem sua trajetória e redirecionam seus rumos (IAMAMOTO, 2008, p. 09).

Este fator abre aos profissionais a possibilidade de lutar por uma atuação diferenciada que ultrapasse as barreiras impostas pelo contexto amplamente desfavorável. “Para isto, não basta ao Serviço Social restringir-se ao campo das políticas sociais que minimizam o desemprego e a miséria, mas buscar compreender criticamente as condições de trabalho que caracterizam a sociedade contemporânea” (MUSTAFA, 2004, p. 180).

Neste sentido, o atual hegemônico projeto ético-político profissional do Serviço Social configura-se como um importante instrumento. O valor central defendido por este projeto é a liberdade – “a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais” (NETTO, 1999A, p. 15). Deste modo, percebemos que este projeto profissional vincula-se, claramente, a um projeto societário que traz como núcleo central a proposta da construção de uma sociedade sem relações de exploração e dominação de classe, etnia ou gênero.

A dimensão política do projeto é claramente enunciada: ele se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Correspondentemente, o projeto se declara radicalmente

democrático – considerada a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida (NETTO, 1999A, p. 16).

Não há como elaborar um receituário de estratégias e táticas que tornem o exercício profissional efetivamente comprometido com as reais demandas dos trabalhadores, mas alguns caminhos podem ser apontados para que cheguemos, futuramente, às respostas. Um dos principais caminhos refere-se ao projeto ético-político profissional, atualmente hegemônico, no Serviço Social. E, para este debate encontramos algumas pistas essenciais em Guerra (2007b). Segundo a autora, um projeto profissional crítico

(...) traz no seu interior determinada forma de conceber as funções do Estado e o papel das políticas sociais, como a mediação necessária para impor limites ao processo de mercantilização da vida social, normatiza as formas de estabelecer relações com o usuário dos serviços e das políticas sociais, de viabilizar direitos, de organizar e mobilizar a participação dos indivíduos, grupos e populações na vida das instituições, no planejamento e nas decisões institucionais, bem como a participação dos sujeitos sociais, comunidades e organizações na reivindicação e defesa de seus direitos. Não obstante, toma cuidado em não responsabilizá-los pela situação na qual se encontram (GUERRA, 2007b, p. 21).

Segundo Vasconcelos (2002), sem um projeto sistematizado de intervenção profissional, a maioria dos assistentes sociais acaba empreendendo esforços no sentido de repassar aos sujeitos com os quais trabalha a sua análise sobre a realidade, os seus valores, as suas opiniões. Demonstrem-se incapazes de produzir condições objetivas que criem possibilidades para que a própria população usuária realize um processo de reflexão sobre o seu cotidiano, a sua realidade e exercite seu potencial organizativo buscando romper com práticas controladoras e ampliar seus direitos. “Desse modo, repassar para os usuários a posição política dos profissionais, como um fim em si mesmo, acaba por exercer controle,

através de um discurso pautado na solidariedade” (VASCONCELOS, 2002, p. 119).

O real enfrentamento dessa situação exige uma atuação profissional que extrapole a simples reprodução da normatização institucional e proponha a abertura de novas frentes de trabalho capazes de alargar as funções do assistente social diante da realidade social que a ele se apresenta, descortinando possibilidades até então não percebidas. Este processo implica em uma problematização teórica e histórica do contexto conjuntural e sócio-institucional do espaço onde se concretiza a intervenção profissional para decifrar o significado social de sua atuação, e assim, desvendar estratégias políticas, alianças e táticas possíveis de serem concretizadas no espaço profissional.

Conclusão

Chegando ao final desta dissertação, percebemos que o debate realizado costuma provocar uma questão que é central para tal discussão: se o Serviço Social não é uma atividade revolucionária estariam, então, os assistentes sociais aprisionados nos limites do reformismo?

Partindo da assertiva de que o Serviço Social não se configura enquanto uma prática revolucionária, a resposta é: sim. O processo de intervenção que o assistente social desenvolve no cotidiano de sua prática profissional não possui o poder de modificar as estruturas da sociedade, ou seja, não toca a raiz da ordem societária vigente.

O assistente social atua, essencialmente, onde encontram-se afloradas as expressões da questão social, mas não tem a capacidade de alterar a essência da contradição existente entre as classes sociais.

Entretanto, os assistentes sociais podem desenvolver intervenções profissionais aptas a refletir mudanças na forma de pensar, de sentir, de viver e de lutar dos seus sujeitos com os quais trabalha. Estas intervenções podem estimular e potencializar a resistência dos trabalhadores fazendo com que, ainda na ordem vigente, surjam elementos de contestação, de rebeldia, de organização voltados para a ampliação dos direitos.

O propósito é promover uma permanente articulação política no âmbito da sociedade civil organizada, para contribuir na definição de propostas e estratégias comuns ao campo democrático. Esse projeto requer ações voltadas ao fortalecimento dos sujeitos coletivos, dos direitos sociais e a necessidade de organização para a sua defesa, construindo alianças com os usuários dos serviços na sua efetivação. Nesse sentido é fundamental estimular inserções sociais que conttenham potencialidades de democratizar a vida em sociedade, conclamando e viabilizando a ingerência de segmentos organizados da sociedade civil na coisa pública (IAMAMOTO, 2008, p. 21).

Neste ponto nos defrontamos com outro problema: grande parte dos assistentes sociais, atualmente, não tem desenvolvido, nem sequer planejado, ações neste sentido. Uma das causas pode ser atribuída à situação conjuntural amplamente desfavorável. Pois, para que o assistente social, através de sua intervenção, possa contribuir com a luta dos trabalhadores é preciso que esta luta esteja em construção.

Entretanto, no momento histórico atual, frente ao cruel processo de desmobilização, individualização e, até mesmo, desesperança que vem recaindo sobre o conjunto dos trabalhadores, não são muitas, ou pelo menos muito visíveis, as manifestações de combate ao sistema vigente. Estamos vivendo tempos de duro combate à luta organizada e, diante desta situação, muitos movimentos, organizações e mobilizações vêm sucumbindo – embora existam ainda, em todo o mundo, movimentos sociais e políticos combativos e resistentes aos ataques do capital.

Todavia, se o contexto não favorece o florescimento de experiências concretamente organizadas, o conjunto de trabalhadores que configura o público alvo do assistente social lhe oferece diariamente conteúdos de resistência à ordem vigente com os quais o profissional pode trabalhar e desenvolver inúmeras ações. Segundo Yamamoto (2008, p. 04), nossa “sociedade apresenta um terreno minado de resistências e lutas travadas no dia a dia de uma conjuntura adversa para os trabalhadores, as quais carecem de maior organicidade para terem força na cena pública”.

Muitas vezes, mesmo que não seja de forma consciente e com objetivos claramente definidos, os sujeitos com os quais o assistente social trabalha lhe apresentam manifestações de questionamento e oposição ao seu modo de vida e elas passam despercebidas pelos profissionais.

Neste sentido, configuram-se como importantes aliados de uma intervenção profissional crítica: a análise de conjuntura – que permite a percepção dos processos que

incidem na sua prática profissional –; a análise institucional – que facilita a identificação dos processos de correlação de forças dentro e fora dos espaços sócio-ocupacionais –; o diagnóstico social – que aproxima o profissional da realidade local onde se dá o processo interventivo –; a construção de alianças e parcerias – seja com outros profissionais, com entidades, movimentos, organizações, instituições, mas, principalmente, com os próprios sujeitos com os quais o profissional trabalha –; e o estímulo às ações coletivas – que captam e congregam a potencialidade contestadora presente em meio aos sujeitos junto os quais o assistente social atua.

Detectar focos de resistência dos trabalhadores e colocar-se a serviço destes no seu processo de mobilização deve constituir-se em atribuição privilegiada dos assistentes sociais.

Nesse sentido faz-se necessário reassumir o trabalho de base, de educação, mobilização e organização popular, que parece ter sido submerso do debate profissional ante o refluxo dos movimentos sociais. É necessário ter a clareza que a qualidade da participação nesses espaços públicos não está definida *a priori*. Podem abrigar experiências democráticas, que propiciem a partilha do poder e a intervenção em processos decisórios, ou estimular vícios populistas e clientelistas quanto ao trato da coisa pública (IAMAMOTO, 2008, p. 22).

Deste modo, se é verdade que o Serviço Social encontra-se no campo da reforma, também é verdadeiro afirmar que as ações realizadas pelos profissionais podem provocar refrações que ultrapassam as barreiras do reformismo.

No entanto, como trabalhador – que sofre todo o processo de dominação capitalista –, o assistente social pode realizar ações que contribuam para o enfrentamento da sociedade vigente.

Estas ações, por sua vez, não irão adquirir peso nem monta se não constituírem-se em atuação coletiva. Por tanto, o assistente social deve buscar colaborar com a articulação

de espaços coletivos, estejam eles dentro ou fora do âmbito da categoria profissional.

Enquanto categoria profissional, temos a responsabilidade cívica e política de nos somarmos a outras entidades da sociedade civil, a outros profissionais na direção indicada, de maneira que o anúncio de valores éticos que regem a prática profissional não se transforme apenas em declaração de belas intenções (IAMAMOTO, 2001a, p. 104).

Deste modo, faz-se necessário que os assistentes sociais, além de ocupar os espaços políticos da própria categoria realizem articulações destes com outros movimentos sociais e políticos que possuam objetivos comuns na luta por uma sociedade mais justa e igual. Como trabalhador, como cidadão que deseja contribuir efetivamente para uma transformação do sistema, o assistente social pode e deve inserir-se em outros espaços políticos, como sindicatos, movimentos sociais, partidos políticos, entre outros.

O desafio que está posto, hoje, aos trabalhadores é desenvolver táticas que possam materializar, no cotidiano da vida social, a luta pela construção de uma sociedade humana, dona do seu próprio destino. É preciso “arrancar esse projeto da utopia pura a que foi relegado até o presente” (BIHR, 1998, p. 158).

Portanto, enquanto trabalhador, esta passa a ser uma tarefa cuja responsabilidade é, também, dos assistentes sociais. “Entendo que o assistente social é antes de tudo um cidadão. É como tal que ele tem a responsabilidade de participar e interferir nos rumos que estão abertos para a nação” (IAMAMOTO, 1991, p. 71). Mas, esta atuação política do assistente social – assim como de qualquer outro trabalhador – só obterá meios de alcançar os objetivos propostos quando for capaz de decifrar e compreender os caminhos por onde se envereda a prática social.

Contudo, entre os assistentes sociais, este processo de desvelamento da realidade sócio-histórica, por vezes, tem sido dificultado por uma postura “salvadora” que confunde

a práxis revolucionária com a prática profissional e se sustenta em um discurso “mágico” de compromisso com a classe trabalhadora, esvaziada de ações concretas. A consolidação deste compromisso exige a realização de análises teóricas e históricas das situações concretas.

Esvaziado desses componentes, a intenção do compromisso – embora indicando um rumo político desejável para a ação – redonda na restauração do velho idealismo que atribui à vontade a capacidade de mover a realidade. É o velho discurso travestido de roupagem modernizada, em tinturas aparentemente progressistas (IAMAMOTO, 2000, p. 190).

Para os profissionais que desejam contribuir com a construção de uma perspectiva crítica de atuação que venha, de fato, romper com os traços conservadores que perseguem a prática do assistente social, desde a gênese da profissão, Netto (1996, p. 119) aponta duas estratégias cruciais: “não ter nenhum medo de estar absolutamente contra a corrente política do nosso tempo (...)”; insistir que através da tradição marxista “é possível tornar inteligíveis e apreender o sentido das transformações societárias em curso”.

É preciso não ter medo de assumir que o Serviço Social possui, sim, uma dimensão ídeo-política – onde a política não se restringe ao Estado, nem à relação entre governantes e governados, mas permite a constituição de um sujeito histórico, graças à elaboração de uma vontade coletiva – que lhe é inerente e que, embora não encubra, mantém subordinada a ela a dimensão técnico-profissional da atuação do assistente social.

Este é o caminho para os assistentes sociais que não pretendem limitar sua atuação profissional às exigências mercadológicas, mas que acreditam no protagonismo histórico daqueles que são capazes de moldar com as mãos, através do seu trabalho, o mundo no qual vivemos.

Bibliografia

ABRAMIDES, M. B. C.; CABRAL, M. S. R. **O Novo Sindicalismo e o Serviço Social - trajetória e processos de luta de uma categoria: 1978 – 1988.** São Paulo: Cortez, 1995.

ABRAMIDES, M. B. C. **Desafios do Projeto Profissional de ruptura com o conservadorismo.** In: *Serviço Social e Sociedade*, n. 91, ano XXVIII. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **O projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro.** Tese de Doutorado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

ABREU, M. M. **A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira.** In: *Serviço Social e Sociedade*, n. 79, ano XXV. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional.** São Paulo: Cortez, 2002.

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** 4.ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** 6.ed. São Paulo: Biotempo, 2002.

BARROCO, M. L. S. **Considerações sobre o Código de Ética dos assistentes sociais.** In: BONETTI, D. A. (org). *Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis.* 4.ed. São Paulo: Cortez, 2001a.

_____. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos.** São Paulo: Cortez, 2001b.

_____. **Serviço Social, Ética e Direitos Humanos.** In: *Praia Vermelha: estudos de política e teoria social*, n. 11 – “Ética e Direitos Humanos”. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Escola de Serviço Social – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

BATISTONI, M. R. **Análise da inserção do assistente social nos espaços de ação profissional.** In: *Serviço Social: as respostas da categoria aos desafios conjunturais.* IV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – Congresso Chico Mendes. São Paulo: Cortez, 1991.

BIHR, A. **Da grande noite à alternativa. O movimento operário europeu em crise.** São Paulo: Boitempo, 1998.

BORÓN, A. **A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal.** In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org). *Pós-Neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático.* 5.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BOTTOMORE, T. (editor). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOYLE, D. **O Manifesto Comunista de Marx e Engels**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

CASSAB, M. A. T.; PEREIRA, C. V.; ABRITTA, L.; SCHETINO, P. **O trabalho dos assistentes sociais na esfera pública: natureza, atribuições e particularidades – municípios da Zona da Mata Mineira**. Juiz de fora: Mímeo, 2006.

CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CELATS – Centro Latinoamericano de Trabajo Social. **Serviço Social Crítico: problemas e perspectivas**. Tradução: José Paulo Netto. São Paulo: Cortez, 1985.

ESPING-ANDERSEN, G. **As três economias políticas do Welfare State**. In: *Revista Lua Nova*, nº 24, 1991.

FALEIROS, V. P. **Metodologia e Ideologia do Trabalho Social**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. **Relações Sociais e Sujeitos Históricos da Ação Profissional**. In: *Serviço Social: as respostas da categoria aos desafios conjunturais*. IV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – Congresso Chico Mendes. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Saber Profissional e Poder Institucional**. São Paulo: Cortez, 1985.

FERNANDES, R. M. C. **Educação permanente: um desafio para o Serviço Social**. Disponível em: revistaseletronicas.pucrs.br/graduacao/ojs/index.php/fass/article/view/1055/832. Acesso em: 03/07/2008.

GUERRA, Y. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2007a.

_____. **Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social**. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, nº 62, ano XX. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Instrumentalidade no trabalho do assistente social**. Módulo 04 de Capacitação em Serviço Social e Política Social, Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/ UnB, 1999.

_____. **O Projeto Profissional Crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional**. In: *Serviço Social e Sociedade*, n. 91, ano XXVIII. São Paulo: Cortez, 2007b.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 6.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

_____. **Espaços da Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 15.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

IAMAMOTO, M. V. **As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. Trajetória e desafios**. Disponível em: www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-2.pdf. Acesso em: 30/05/2008

_____. **O debate contemporâneo do Serviço Social e a ética profissional**. In: BONETTI, D. A. (org). *Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2001a.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001b.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Serviço Social na contradição capital/trabalho: concepção da dimensão política na prática profissional**. In: *Serviço Social: as respostas da categoria aos desafios conjunturais*. IV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – Congresso Chico Mendes. São Paulo: Cortez, 1991.

LESBAUPIN, I. **Apresentação – O desmonte de um país**. In: LESBAUPIN, Ivo (org). *O desmonte da nação – balanço do governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1999.

MARQUES, R. M.; MENDES, A. **Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula**. In: *Revista Katálysis*, vol. 10, n. 1. Santa Catarina: Editora UFSC, jan/jun 2007.

MONTAÑO, C. **A natureza do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MOREIRA, S. S. **O projeto ético-político e a prática profissional dos assistentes sociais na saúde**. Dissertação de Mestrado – Escola de Serviço Social – UFRJ, 2006.

MUSTAFA, A. **Reflexões sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social**. In: *Praia Vermelha: estudos de política e teoria social*, n. 11 – “Ética e Direitos Humanos”. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Escola de Serviço Social – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

NETTO, J. P. **A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova**. In: *Serviço Social e Sociedade*, n. 79, ano XXV. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea.** Capacitação em Serviço Social e Política Social – Módulo I: *Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social*. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UNB, 1999a.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1992.

_____; FALCÃO, M. C. **Cotidiano: conhecimento e crítica.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Ética e crise dos projetos de transformação social.** In: BONETTI, D. A. (org). *Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras.** In: LESBAUPIN, Ivo (org). *O desmonte da nação – balanço do governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1999b.

_____. **O Movimento de Reconceituação – 40 anos depois.** In: *Serviço Social e Sociedade*, n. 84, ano XXVI. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Repensando o balanço do neoliberalismo.** In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org). *Pós-Neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático*. 5.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **Transformações Societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil.** In: *Serviço Social e Sociedade*, n. 50, ano XVII. São Paulo: Cortez, 1996.

NICOLAU, M. C. C. **Formação e fazer profissional do Assistente Social: trabalho e representações sociais.** In: *Serviço Social e Sociedade*, n. 79, ano XXV. São Paulo: Cortez, 2004.

OLIVEIRA, F. de. **Neoliberalismo à Brasileira.** In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org). *Pós-Neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático*. 5.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ORTIZ, F. S. G. **O Serviço Social e sua imagem: avanços e continuidades de um processo em construção.** Tese de Doutorado – Escola de Serviço Social – UFRJ, 2007.

PAIVA, B. A. de. **Algumas considerações sobre ética e valor.** In: BONETTI, D. A. (org). *Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PAULA, A. P. P. de. **Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

PAULA, L. G. P. de. **“Se muito vale o já feito, mais vale o que será...” – Movimento Estudantil de Serviço Social: caminhos históricos e contribuições na formação profissional.** Monografia de Graduação – Faculdade de Serviço Social – UFJF, 2003.

_____. **“Vamos precisar de todo mundo, um mais um é sempre mais que dois...” – Participação Popular e Espaços Institucionalizados no SUS: a experiência do Conselho Local de Saúde Progresso – Juiz de Fora/MG.** Monografia de Especialização – Núcleo de Assessoria, Treinamento e Estudos em Saúde – UFJF, 2007

PALMA, Diego. **A Prática Política dos Profissionais: o caso do Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1987.

RAICHELIS, R. **Gestão Pública e Questão Social na Grande Cidade.** In: *Lua Nova*. São Paulo: 2006.

REIS, M. B. M. dos. **Notas sobre o projeto ético-político do Serviço Social.** Disponível em: www.cressmg.org.br/Textos/notas_sobre_o_projeto_etico_politico_do_servico_social_marcelo_braz_m_reis.pdf. Acesso em: 25/06/2008.

_____. **O governo Lula e o projeto ético-político do Serviço Social.** In: *Serviço Social e Sociedade*, n. 78, ano XXV. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, C. M. **Os Instrumentos e Técnicas: Mitos e Dilemas na Formação Profissional do Assistente Social no Brasil.** Tese de Doutorado – Escola de Serviço Social – UFRJ, 2006.

_____. **Instrumentos e Técnicas: intenções e tensões na formação profissional do assistente social.** Disponível em: www.revistalibertas.ufjf.br. Acesso em: 19/01/2008.

SANTOS, J. S. **Apropriações da tradição marxista no Serviço Social.** In: *Cadernos Especiais*, n. 42, edição: 22 de janeiro a 19 de fevereiro de 2007a. Disponível em www.assistentesocial.com.br.

_____. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro.** Coleção *questões da nossa época*. São Paulo: Cortez, 2007b.

SILVA, M. V. **Ética, Direitos Humanos e o Projeto ético-político do Serviço Social.** In: *Praia Vermelha: estudos de política e teoria social*, n. 11 – “Ética e Direitos Humanos”. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Escola de Serviço Social – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

TAVARES, M. A. **Trabalho e Demandas Sociais na Reestruturação do Capital: o Serviço Social entre a prática e a realidade.** In: *Anais do X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*. ABEPSS, 2006.

TEIXEIRA, J. B. **Concepção da dimensão política da prática profissional.** In: *Serviço Social: as respostas da categoria aos desafios conjunturais*. IV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – Congresso Chico Mendes. São Paulo: Cortez, 1991.

TRINDADE, R. L. P. **Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais.** In: *Revista Temporalis*. Rio de Janeiro: 2001.

VASCONCELOS, A. M. **A prática do Serviço Social – cotidiano, formação e alternativas na área da saúde.** São Paulo: Cortez, 2002.

WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo.** Rio de Janeiro: Boitempo, 2003.